

Universidade de São Paulo

Instituto de Psicologia

Fernanda Quirino Ramos

Reflexões sobre o potencial terapêutico
dos encontros com crianças e adolescentes
em situação de rua
no centro da cidade de São Paulo

São Paulo

2011

Fernanda Quirino Ramos

Reflexões sobre o potencial terapêutico
dos encontros com crianças e adolescentes
em situação de rua
no centro da cidade de São Paulo

Dissertação apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Mestre

Orientador: Prof. Andrés Eduardo Aguirre Antúnez

Área de concentração: Psicologia Clínica

(versão original)

São Paulo

2011

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Ramos, Fernanda Quirino.

Reflexões sobre o potencial terapêutico dos encontros com crianças e adolescentes em situação de rua no centro da cidade de São Paulo / Fernanda Quirino Ramos; orientador Andrés Eduardo Aguirre Antúnez. --São Paulo, 2011.

118 p.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Crianças de rua 2. Adolescentes 3. Acompanhamento terapêutico 4. Ética I. Título.

HV877

Folha de Aprovação

Fernanda Quirino Ramos

Reflexões sobre o potencial terapêutico dos encontros com crianças e adolescentes em situação de rua no centro da cidade de São Paulo

Dissertação apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Mestre

Área de concentração: Psicologia Clínica

Orientador: Prof. Andrés Eduardo Aguirre Antúnez

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Agradecimentos

Ao Andrés Aguirre Antúnez, meu orientador e guia ético e respeitoso dessa trajetória, pela presença dedicada em todas as etapas. Muito obrigada mesmo!

À Margarida Mamede e Gilberto Safra, pelas preciosas contribuições no momento de exame de qualificação.

Ao Kleber, pela companhia ao longo destes últimos anos e por me ajudar a acreditar que seria possível realizar esta empreitada.

Aos Joãos, Tatianas, Maurícios com quem nos encontramos pelas ruas da cidade, pelos encontros e desencontros durante estes anos de trabalho. Pela possibilidade de compartilhar momentos, nos humanizando e guiando nossas ações no dia a dia do trabalho.

À Ana Clara, Anaí, Bruno Ramos, Bruno Rocha, Camila, Cintia, Fernanda, Ingo, Isabela, Joana, Lucas e Ingrith, queridos educadores terapêuticos que me auxiliaram nas reflexões da pesquisa, consentindo a utilização de seus relatórios.

À Cybelle pelo carinho e gentileza da tradução.

A toda equipe do Programa Refugiados Urbanos, àqueles que estão e aos que já passaram, por estes anos de aprendizado. Ao Claudio, Cecília, Lucas e Isabel, Gisele, pela companhia e discussões sempre muito comprometidas em pensar formas de contribuir para alguma mudança nesta realidade, desde o meu primeiro dia de trabalho na instituição. A todos do Projeto Quixote.

À Alessandra, Luana e Siglia, pela importância que têm em minha vida, pela amizade que me é vital. À Pitty querida, por todas as dedicadas leituras e pelo incentivo. À Letícia, em especial, sem palavras para agradecer a presença e companhia ao longo desse processo, que revelou uma grande amizade.

Ao meu pai, minha mãe, Luciana, Martha e avó, alicerce familiar, pelo apoio, incentivo e pela torcida. À Camila, Fernando, Camila e Laura, afilhados e sobrinha, por trazerem a infância para meu dia a dia, não me deixando esquecer o essencial dos relacionamentos. Por todos os momentos de brincadeira.

A todos os amigos, pela torcida carinhosa.

Resumo

RAMOS, Fernanda Quirino. **Reflexões sobre o potencial terapêutico dos encontros com crianças e adolescentes em situação de rua no centro da cidade de São Paulo**. 2011. 118p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

A partir das experiências de educadores do Projeto Quixote, este estudo busca investigar se há ou não um potencial terapêutico nos encontros com crianças e adolescentes em situação de rua no centro da cidade de São Paulo. Para responder a tal questão utilizamos o método fenomenológico-clínico. Com o método fenomenológico buscou-se compreender a esfera intersubjetiva dos encontros entre os educadores e as crianças e, em seguida, realizou-se reflexões clínico-teóricas a partir do conceito de criatividade de Donald Winnicott e da perspectiva clínico-ontológica de Gilberto Safra. Os procedimentos utilizados para a coleta de dados foram: análise de diário de campo e análise de relatórios institucionais que contemplaram as experiências intersubjetivas. As reflexões sobre os encontros com estes meninos e meninas retratam e testemunham como eles vivem o dia-a-dia nas ruas do centro da cidade. Nota-se que estas crianças e adolescentes tentam interromper ciclos de abandono e violência vivenciados em seus contextos de origem e a chegada às ruas parece indicar a esperança de encontrarem relações significativas a partir das quais possam estabelecer uma relação pessoal e significativa com a vida. Discutiu-se a confiabilidade, a corporeidade, o brincar e o acompanhamento terapêutico das inserções das crianças na rede de proteção. As reflexões apontam que os educadores contribuem, essencialmente, oferecendo outras formas de se relacionar, a partir da oferta de uma presença disponível, que no contexto da saúde é terapêutica. O educador, sendo capaz de reconhecer cada acompanhado em sua singularidade e necessidades éticas fundamentais, favorece que estas crianças possam vir a se constituir e sentirem-se reais, podendo estabelecer uma relação pessoal com o mundo. Conclui-se que há possibilidades de estabelecer uma potencialidade terapêutica no encontro com estas crianças e adolescentes que circulam pelas ruas da cidade, no entanto para obter resultados satisfatórios dependerá não só das possibilidades das crianças se aproximarem e interagirem, mas também do acolhimento e hospitalidade dos profissionais que delas se aproximam. Assim, uma aliança poderá desenhar-se e estabelecer um potencial terapêutico; potencial como possibilidade de reconhecer o valor da intensidade vivida na aproximação, por meio da terapêutica de intervenção e do cuidado dos educadores.

Palavras-chave: Crianças e adolescentes em situação de rua; Projeto Quixote; acompanhamento terapêutico; ética.

Abstract

RAMOS, Fernanda Quirino. **Considerations about the therapeutic potential of meetings with street children and street adolescents in downtown São Paulo.** 2011. 118p. Dissertation (Master Degree) – Institute of Psychology, University of São Paulo.

Based on the experiences of the educators from Projeto Quixote, this work intends to investigate whether there is a therapeutic potential in the meeting with street children and teenagers in downtown São Paulo. In order to answer such a question the phenomenological-clinical method was used. The phenomenological method was used in the understanding of the inter-subjective area present in the meetings between educators and children, followed by clinical-theoretical considerations on the basis of Donald Winnicott's concept of creativity together with the clinical-ontological perspective of Gilberto Safra. The procedures used to collecting the data were: the analysis of a field work diary and the analysis of the institutional reports dealing with inter-subjective experiences. The considerations about the meetings with these boys and girls are at the same time a portrait and a testimony on their daily way of living in downtown streets. We noticed that these children and teenagers try to interrupt the cycles of abandonment and violence experienced in their original environment and the arrival in the streets seems to indicate their hope in finding significant relations from which they may establish a personal and significant relation with life itself. We discussed reliability, corporeity, playing and the therapeutic accompaniment of the children's insertion into the institutions of protection. The discussions reveal that the educators contribute essentially in offering other ways of relating by means of their presence and availability, which in the health context is therapeutic. The educator, being someone capable of considering each person accompanied in his/her singularity, and his/her fundamental ethical necessities, helps these children's constitution as being and feeling real, enabling them to establish a personal relationship with the world. We conclude that there are possibilities to establish a therapeutic potential in the meetings with these children and teenagers that wander about the streets of the city. However the positive results depend not only on the children's possibility of approaching and interacting, but also on the professional's hospitality. In this way, an alliance may happen and establish a therapeutic potential; potential as the possibility to recognize the value of the meeting intensity given by the therapeutics of the educators' intervention and care.

Keywords: street children and adolescents, Projeto Quixote, therapeutic accompaniment; ethic.

Sumário

1. Introdução.....	08
1.1. O desenho de uma questão.....	08
1.2. O que se descreve na literatura sobre o tema.....	10
1.3. Sobre o caminho trilhado.....	14
2. Era uma vez.....	16
2.1. O Projeto Quixote.....	16
2.2. O Programa Refugiados Urbanos.....	19
2.2.1. Os educadores terapêuticos (ETs).....	23
2.2.2. O dia a dia de trabalho no centro da cidade.....	24
3. Companheiros de percurso.....	29
3.1. Autores.....	29
3.2. Referenciais teóricos.....	30
3.2.1. A importância do outro e da criatividade originária.....	30
3.2.2. O homem como ser criativo.....	38
3.2.3. O sofrimento.	42
3.2.4. Da situação clínica	44
4. Metodologia.....	48
4.1. O método.....	48
4.2. O diário de campo e os relatórios institucionais.....	51
4.3. Procedimentos.....	52
4.4. Considerações éticas.....	53

5. De mochila nas costas, ganhando as ruas.....	54
5.1. As ruas dos meninos.....	54
5.2. A provisoriedade como ‘marca’ do viver nas ruas.....	58
6. Encontros e Desencontros.....	62
6.1. Desencontros.....	62
6.2. Encontros.....	64
7. As potências e impotências dos encontros.....	74
7.1. Confiabilidade.....	74
7.1.1. A continuidade na descontinuidade da rua.....	75
7.1.2. Cuidando de quem cuida.....	80
7.2. A corporeidade	81
7.2.1. Banhos.....	83
7.2.2. Corpos frágeis.....	87
7.3. O Brincar.....	89
7.3.1. O brincar e a rua.....	93
7.3.2. Brincando junto.....	95
7.4. De mãos dadas pela cidade.....	98
7.4.1. Andanças.....	100
7.4.2. Inserções na rede.....	102
8. Considerações finais.....	106
Referências bibliográficas.....	111

Capítulo 1: Introdução

1.1 O desenho de uma questão

Crianças brincando nos chafarizes de praças do centro da cidade; dormindo pelas calçadas ou embaixo de viadutos. Crianças e jovens descuidados, pedindo comida ou dinheiro nas portas de restaurantes, lanchonetes e janelas de carro. Situações variadas que, muito provavelmente, a maioria de nós já testemunhou alguma vez na vida.

Em 2006 passei a conviver com alguns desses garotos...

Eu estava a cinco anos trabalhando num programa de atendimento a adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa de Liberdade Assistida¹, quando soube que uma organização não governamental (ONG), chamada Projeto Quixote², iniciava um trabalho de abordagem e acompanhamento com crianças e adolescentes em situação de rua³ no centro da cidade de São Paulo, ao qual me candidatei a trabalhar.

Depois do processo seletivo passei a andar cotidianamente pelas ruas do centro da cidade, estabelecendo diálogo vivo com as pessoas, em especial as crianças e os adolescentes, que fazem dessa região lugar de morada durante uma etapa da vida. Crianças e adolescentes que, em razão de problemas complexos, deixam suas comunidades em bairros pauperizados e muito distantes do centro e chegam a ele, gradativamente, elegendo-o como lugar privilegiado para sobrevivência. Às vezes o fazem por significativos períodos da vida.

Neste período em que estou no Projeto Quixote, as experiências foram inúmeras. Ações desenvolvidas nas próprias ruas, acompanhamentos em atendimentos em serviços de saúde e internações, acompanhamentos de períodos de abrigamento, atendimentos e visitas familiares

¹ A Liberdade Assistida é uma das medidas sócio-educativas de meio aberto aplicadas aos adolescentes autores de ato infracional, previstas pelo Estatuto da Criança e Adolescente - ECA (Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, artigos 118 e 119).

² O Projeto Quixote é um projeto social vinculado ao Departamento de Psiquiatria e Psicologia Médica da UNIFESP.

³ O trabalho de abordagem de rua é uma das políticas públicas voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco.

em que se trava contato com os dramas dos universos familiares, assistência aos retornos iniciais e às vezes mais definitivos ao convívio familiar e comunitário - ajudando, quando possível, a desenhar campos de inserção e pertencimento. Tudo isso tendo em vista a perspectiva das crianças poderem deixar as ruas e, quando possível, voltarem a viver com a família, ou então buscar outras alternativas quando a própria casa já não é mais lugar a partir do qual seja possível sonhar com novos horizontes.

Trabalhar com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco⁴ desperta sentimentos intensos, pois deparamo-nos com a violação de direitos e o abandono nas mais diversas esferas: social, política e familiar.

No trabalho com crianças e jovens em situação de rua, somam-se a estas experiências, vivências de extrema instabilidade, por se ter nas ruas o principal contexto de atuação. Na rua imperam a imprevisibilidade e a circulação incessante.

Dada a intensidade do que experimentamos na relação com os meninos, é notória a necessidade da equipe de compartilhar o que vive, e, talvez em função das peculiaridades exigidas pelo trabalho de abordagem nas ruas no Projeto Quixote, falar e refletir sobre o que se vive com as crianças ganha lugar de destaque nas reuniões diárias, supervisões e discussão de casos, espaços institucionais voltados a esse fim.

Após aproximadamente dois anos nesse trabalho, também como uma reverberação da necessidade de refletir sobre o que se experimenta nos encontros com as crianças pelas ruas, nasceu meu desejo em realizar esta pesquisa. Nela, a partir de minha experiência como educadora e a partir de relatos de vivências de companheiros de minha equipe de trabalho, buscarei refletir sobre o potencial terapêutico dos encontros com as crianças e adolescentes nas ruas da cidade, com o intuito de apreender de que forma vimos contribuindo para favorecer a transformação da situação de rua em formas mais saudáveis de viver.

⁴ Crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal tem sido definidas como aquelas que não estão tendo condições físicas, psico-afetivas e/ou emocionais de desenvolvimento (Hawkins, 1986).

Refletir sobre encontros vividos, mais do que sobre experiências de acompanhamentos longitudinais de algumas crianças, não foi uma escolha aleatória nesta pesquisa. Pelas ruas, as relações e os lugares são provisórios e a circulação é incessante. E, nesse contexto, ou, como o denominamos, nesse circuito de sociabilidade de rua, os encontros com as crianças e adolescentes são soltos. Um *bom* encontro com uma criança na rua não é, de maneira alguma, sinônimo de continuidade de relação, regular no espaço e tempo. Pelas ruas fazemos parte da vida dessas crianças pelo período que é possível e, algumas vezes, um único encontro é toda a oportunidade de contato que temos com um menino, que, depois, não vemos nunca mais.

Assim sendo, refletir sobre os encontros revela uma importante faceta das intervenções na abordagem de rua; parece expressar mais efetivamente a vivência que se tem no trabalho que realizamos pelas ruas do centro da cidade de São Paulo.

1.2. O que se descreve na literatura sobre o tema

Infelizmente a existência de crianças e adolescentes vivendo pelas ruas não é nova. A História nos mostra que se trata de um fenômeno existente desde tempos remotos, expressando-se, desde sempre, como uma das facetas mais radicais do abandono de crianças e adolescentes. O primeiro registro histórico sobre essa problemática data do II milênio a. C., no Código babilônico de Hamurábi, onde aparece a primeira regulamentação escrita sobre o abandono de crianças (Marcílio, 2006).

No Brasil, o ato de abandonar crianças foi introduzido pela colonização portuguesa, já que os índios não abandonavam os próprios filhos. Foi então incorporado às leis, às instituições, às condutas assistenciais e à proteção à infância abandonada portuguesa, nos moldes do que vinha sendo adotado desde os tempos medievais, como a Roda dos Expostos e as amas-de-leite que eram remuneradas pelo Estado para amamentar as crianças “enjeitadas” (Marcílio, 2006).

No final do século XIX e início do XX, o advento da República, a abolição da escravatura, a urbanização e a industrialização provocaram mudanças profundas no cenário brasileiro, e o

crescimento da pobreza trouxe um número cada vez maior de crianças desamparadas para as grandes cidades. Nesse contexto, do ponto de vista jurídico, surge a 'questão do menor'. Em 1927 é elaborado e criado o Código de Menores, lei fundamentada na doutrina da situação irregular, na qual a categoria 'menor' incluía todas as crianças e adolescentes material e moralmente abandonadas, e que passaram a receber assistência e proteção do Estado por meio de instituições disciplinares (Frontana, 1999).

As primeiras experiências inovadoras de abordagem junto aos meninos em situação de rua deram-se no final da década de 70, inaugurando articulações políticas de organizações não governamentais (ONGs). A criação da Pastoral do Menor e do Movimento de Defesa do Menor também marcaram, no mesmo período, uma ampliação da organização de movimentos e entidades em defesa das crianças e adolescentes em situação de rua (Gregori e Silva, 2000).

Psicólogos, pedagogos e antropólogos inseriram o tema em seus respectivos campos de atuação apenas a partir de meados da década de 80, através de estudos sistematizados que buscaram desvelar as problemáticas que atravessavam as vidas e as condições de sobrevivência dessas crianças e jovens nas ruas. Até então haviam ocupado-se deles principalmente juristas e assistentes sociais (Gregori, 2000).

Em 1990, então, deu-se a aprovação e publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que, incorporando a dimensão de cidadania, indicou uma nova postura frente à infância e à adolescência. A partir de então, com a intenção de acolher e integrar as crianças em situação de rua, foram criadas uma série de políticas públicas e dispositivos governamentais e não governamentais especificamente voltados para esta população (Lescher e Bedoian, 1998).

Na literatura científica, encontramos trabalhos que abordam a temática da infância e adolescência em situação de rua a partir de diferentes aspectos.

Alguns estudos procuraram problematizar a questão da avaliação psicológica e da compreensão da personalidade de crianças e adolescentes que viviam nas ruas das cidades.

Petersen e Koller (2006) realizaram uma revisão bibliográfica sobre como a literatura científica vem abordando o tema da avaliação psicológica nesse contexto. Maciel (2005), em um estudo retrospectivo, procurou descrever e compreender as principais características da personalidade de adolescentes que tinham vivido nas ruas do município de São Paulo. Por sua vez, Menezes e Brasil (1998) procuraram, através da metodologia da pesquisa-ação, desenvolver um diagnóstico dinâmico da criança e do adolescente em situação de rua das áreas do Plano-Piloto no Distrito Federal, sem desconsiderar as dimensões psíquicas e sociais que permeiam essa população.

Outros autores trataram o tema a partir da perspectiva institucional. Em sua dissertação, Oliveira (2008) sistematizou a história de uma instituição que presta atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de São Paulo, a Associação de Apoio as Meninas e Meninos da Região da Sé (AAMM). Perez (2005) em seu trabalho, procurou problematizar a parceria existente entre as Organizações não Governamentais (ONGs) e o Estado na execução de políticas públicas voltadas ao atendimento da população infantil em situação de rua. Malfitano (2008) descreveu o programa Criando Rede de Esperança, de Campinas, buscando avaliar o programa a partir do olhar de diferentes informantes-chaves, entre eles as diferentes Secretarias que compunham a rede de atendimento, os coordenadores e técnicos dos serviços que atendiam esta população e os meninos beneficiários do programa que se encontravam em situação de rua. Seguindo essa mesma perspectiva, Santana, Doninelli, Frosi e Koller (2005) procuraram descrever quatro instituições de atendimento à criança em situação de rua na cidade de Porto Alegre, segundo as informações dadas por seus coordenadores. Já Conceição e Sudbrack (2004) procuraram identificar os fatores que favoreceram e aqueles que desfavoreceram a permanência de crianças e adolescentes em situação de rua em uma instituição voltada para o atendimento dessa população.

A respeito de estudos sobre representação social, Medeiros (1998), em sua tese de doutorado, analisa, a partir da ótica de adolescentes que viveram nas ruas de Goiânia, as representações sociais da rua, as relações estabelecidas dentro do grupo de meninos que vivem na rua, entre estes e sua família e entre os adolescentes e as instituições públicas que lhes

prestam serviço. Já Medeiros, Ferriani, Gomes e Munari (2002) analisaram as representações sociais que meninos em situação de rua têm sobre a própria casa e a rua.

Outros autores estudaram a percepção que crianças e adolescentes em situação de rua têm sobre suas próprias vivências. Campos, Del Prette e Del Prette (2000) estudaram os valores, as crenças e as habilidades interpessoais de meninos e meninas que estão em situação de rua. Em um de seus trabalhos, Ribeiro e Ciampone (2002) discutem a percepção que esta população tem a respeito das instituições em que foram atendidas. Já em outro artigo, Ribeiro (2003) analisa o significado que esta população atribui à rua.

Contribuição importante sobre o tema foi dada pelas investigações propostas por Tfouni e Moraes (2003) e Yunes, Arrieche, Tavares e Faria (2002), que se propuseram a estudar a percepção que os meninos e as meninas em situação de rua tinham sobre suas próprias famílias. Já Paludo e Koller (2008) procuraram descrever as características socio-demográficas dessas famílias, a partir dos relatos das crianças e adolescentes.

Alguns estudos problematizaram a questão do processo saúde-doença na população infanto-juvenil que está em situação de rua. Enquanto Nunes (2004) investigou a vulnerabilidade às DSTs e ao HIV em adolescentes que vivem nas ruas, Gomes (1994, 1996) abordou a questão da sexualidade feminina e o comprometimento da saúde que a exposição à violência acarreta a essas adolescentes. Em relação ao papel dos serviços de saúde junto à população em situação de rua, Villarosa e Bunchaft (1993) investigaram como se dava o acesso dessas crianças e adolescentes aos serviços de saúde, e Oliveira e Ribeiro (2006) pesquisaram como se poderiam formular intervenções na área da saúde para tal população.

Alguns autores realizaram estudos de caráter mais descritivo e fizeram um levantamento das características sócio-demográficas da infância e adolescência que vive nas ruas das cidades de Londrina, Porto Alegre e Salvador (Martins & Jorge, 2009; Santos et. al. 2002; Santos et.al., 1998). Já outros autores investigaram como se dava o uso e abuso de substâncias lícitas e ilícitas por crianças e adolescentes em situação de rua, além de analisar as

consequências que acompanham tal comportamento (Forster, Barros & Tannhauser, 1992; Noto, 1998; Ribeiro, Oliveira, Silva & Barros, 2003).

Alves et. al. (2002) realizaram um estudo descritivo em que observaram as atividades de um grupo de crianças e adolescentes que vivia em situação de rua. Em outro estudo, Alves et. al. (2001) apresentaram dados sobre as opiniões de crianças em situação de rua a respeito dos seguintes temas: brincar, trabalho, espaços e companhias de brincadeiras.

Especificamente sobre a temática da relação entre educadores e crianças e adolescentes em situação de rua, encontramos a dissertação de mestrado de Rocha (2000), que busca conhecer as vivências e questionamentos dos educadores de rua a partir de seus depoimentos, e a dissertação de Guimarães (2007b), que também retrata sua vivência de trabalho no Projeto Quixote e que contribuirá de maneira marcante para as reflexões desta pesquisa, ao considerar a importância do ambiente e da relação com o outro para que as crianças e adolescentes possam vir a estabelecer uma relação criativa com o mundo em que vivem.

1.3. Sobre o caminho trilhado

Considerando a importância de situar o leitor no contexto em que se desenvolveu esta pesquisa, inicio esta dissertação realizando uma breve apresentação do Projeto Quixote (historicizando sua fundação e princípios gerais) e o projeto específico dentro do qual se insere minha atuação, o Programa Refugiados Urbanos.

Como importantes conceitos para refletir sobre a qualidade terapêutica das experiências investigadas, utilizarei as contribuições de Donald Winnicott e Gilberto Safra acerca do ser humano visto por meio da criatividade originária, e as considerações clínicas decorrentes desse posicionamento, que serão descritas no capítulo 3.

O método fenomenológico-clínico será então apresentado no capítulo 4, tendo revelado-se uma importante sustentação metodológica para o contato com meu diário de

campo e relatórios institucionais, materiais nos quais busquei por experiências de encontros vividas com as crianças nas ruas do centro da cidade.

No capítulo 5, a partir do olhar de educadora, constituído por minha experiência, transitaremos por uma descrição das ruas do centro da cidade, caracterizando os serviços ofertados e a dinâmica da circulação por esse circuito, para, finalmente, podermos adentrar no campo das experiências que vivemos com as crianças pelas ruas da cidade, no capítulo 6.

A partir da minha experiência como educadora na instituição, e a partir de relatos de experiências de companheiros de equipe, no capítulo 7 abordarei facetas da potencialidade humana nos encontros, e as impotências sentidas quando eles não ocorrem, levando em consideração a importância da experiência da confiabilidade, da corporeidade e da possibilidade de brincar e de transitar com alguém significativo pela cidade, como eixos significativos do trabalho realizado com as crianças pelas ruas.

E, por último, no capítulo 8, retomando os principais aspectos refletidos durante o percurso, buscarei realizar uma discussão sobre as possibilidades e limites do atendimento apresentado.

Capítulo 2: Era uma vez

2.1. O Projeto Quixote

O projeto Quixote foi criado em 1996, por iniciativa de alguns profissionais que, na época, trabalhavam num programa de atendimento a dependentes de drogas na Universidade Federal de São Paulo, chamado PROAD (Programa de Atendimento de Dependentes).

O início da década de 90 marcou a chegada significativa do crack à cidade de São Paulo e, com ele, não demorou para que os primeiros pedidos de ajuda chegassem ao PROAD. A equipe do programa, por ir adquirindo experiência nessa especialidade, e também pela necessidade de contemplar outros importantes vetores de atuação (ensino e pesquisa), foi gradativamente vinculando-se a atividades de supervisão, para além dos atendimentos, passando a conviver com outras instituições, junto às quais prosseguiu refletindo sobre a questão do uso de crack nas diferentes populações atendidas por cada serviço.

Foi nesse contexto que a equipe foi procurada por um grupo de educadores que, na época, atuava com crianças e adolescentes em situação de rua na região do CEASA (Centro Estadual de Abastecimento, situado na Zona Oeste de São Paulo), e que enfrentava dificuldades para intervir diante da nova realidade que a dinâmica do crack trazia à sociabilidade de rua (Cecília Motta⁵, comunicação pessoal, 2006).

Ao longo desses encontros e reflexões emergiu, entre outras importantes questões, a constatação de uma grande diferença entre o padrão de uso de drogas da população atendida no PROAD e o padrão das crianças e jovens que viviam nas ruas. Foram dando-se conta de que o uso de drogas ocupava um lugar muito específico na vida destes últimos, primeiro porque era muito elevado se comparado ao consumo entre crianças e jovens estudantes da mesma faixa etária (e isso nas mais variadas classes econômicas), e, segundo, porque na maioria dos casos tinha caráter circunstancial, relacionado às vivências específicas da sociabilidade da rua. Notou-

⁵ Cecília Motta é psicóloga e uma das fundadoras do Projeto Quixote e Coordenadora Geral de Programa.

se que esse uso fazia parte do estilo de vida de muitos grupos e envolvia inúmeros fatores, tais como uma vivência temporal onde impera o imediatismo e o alívio para o enfrentamento da realidade.

Entendendo então que o uso de crack assumia um caráter circunstancial entre as crianças e jovens em situação de rua, as reflexões passaram a revelar que as intervenções, mais do que ações no sentido de tratar uma toxicomania precoce com tratamentos de desintoxicação e acompanhamento médico, precisavam oferecer espaços alternativos para essas crianças e jovens, propor outros circuitos de sociabilidade, conforme nos explica Bedoian (2007, p. 14 – 15):

Considerar o aspecto circunstancial deste uso implica em tecer estratégias que podem interferir nestas circunstâncias. O esforço se concentra em tecer um circuito alternativo ao da rua, onde novas relações, vínculos e possibilidades de ser e estar no mundo possam ser vislumbradas. Trata-se de oferecer outras referências que possibilitem o reconhecimento e a escuta deste jovem em seus apelos. Ser referência é o papel e o lugar que muitas vezes as instituições não ocupam. (...) A prevenção ao uso indevido de drogas implica em gerar pertencimento social, protagonismo, incentivo de projetos de vida e vínculos afetivos. Implica o implicar-se na própria vida.

Ao longo dos encontros também constatou-se a quase inexistência, até aquele momento, de instituições que atendessem a essa população considerando suas especificidades. Observou-se uma tendência assistencialista ou “medicalizante”, onde o uso da droga era captado como a “deixa social” para a intervenção, campo em que as interações de crianças e adolescentes em situação de rua ganhavam toda legitimidade (Bedoian, 2007).

E foi, então, a partir desse contexto sócio-político e dessas constatações, que o Projeto Quixote foi criado em 1996. Através de programas específicos, que na maioria dos casos atuam de forma integrada, o Projeto Quixote oferece atualmente trabalhos diferenciados para os diversos públicos e necessidades (Lescher e Beboian, 2007, p. 105), a saber:

- a) Programa de Pequenos: oficinas lúdicas, artísticas, culinária e informática para crianças de 0 a 12 anos de idade.

- b) Programa de Jovens: oficinas de break, grafite, gastronomia, informática e cidadania para jovens acima de 12 anos.
- c) Programa de Família: responsável pelo acompanhamento dos familiares ou responsáveis pelas crianças e jovens atendidos. Oferece trabalhos de geração de renda através da venda de produtos artesanais, além de atendimentos clínicos e sociais.
- d) Programa de Educação para o Trabalho: para jovens acima de 14 anos, busca formar jovens para a inserção no mercado de trabalho.
- e) Agência Quixote Spray Arte: inclusão através da venda de serviços de graffiti e workshops para empresas.
- f) Programa Cuidar: voltado para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, oferece atendimento individual.
- g) Programa Refugiados Urbanos: situado na Praça da República⁶, voltado para a abordagem e acompanhamento de crianças e adolescentes em situação de rua.

Com exceção das ações do Programa Refugiados Urbanos e do Programa Cuidar, todos os demais atendimentos oferecidos pelo Quixote priorizam os momentos de grupo, através de oficinas⁷, entendidas como espaços privilegiados de inserção nos quais as crianças e jovens podem se expressar, construir vínculos e descobrir interesses e talentos, favorecendo na apresentação de um mundo que faça sentido, que tenha relação com eles e do qual podem fazer parte ativamente. Os atendimentos individuais (psicológicos, sociais e psicopedagógicos) são associados ao projeto, elaborados com cada criança e são sistematicamente reavaliados. E as discussões dos casos procuram envolver, dentro do possível, todos aqueles que participam

⁶ Os demais programas funcionam todos na mesma casa, numa sede recém inaugurada na região da Vila Mariana, situada à Av. Engenheiro Luis Gomes Cardim Sangirardi, 789.

⁷ As oficinas variam bastante, haja vista sempre buscarem refletir os interesses das crianças e adolescentes. Contudo, há algumas que já funcionam há bastante tempo, como a de break, graffiti, capoeira, futebol, informática e culinária. (Guimarães, 2007)

do atendimento da mesma criança, buscando garantir um olhar mais integrado sobre o que se passa com cada acompanhado.

Da população atendida por esses trabalhos, 70% vem encaminhada por algum serviço da rede de proteção (abrigos, centros de juventude, escolas, conselhos tutelares, fóruns e instituições que realizam o trabalho de abordagem de rua), tendo como principais demandas o uso de drogas ou a necessidade de acompanhamento psicológico, em função de problemas de comportamento, geralmente associados a agressividade, hiperatividade ou dificuldades de aprendizagem. Há um número importante de crianças que chegam ao Quixote por curiosidade ou vontade de participar de alguma oficina específica, e outras ainda que vêm por indicações de amigos, vizinhos ou parentes que frequentam ou já frequentaram o Projeto (Guimarães, 2007b).

2.2. O Programa Refugiados Urbanos

No início de suas atividades, a equipe do Quixote também desenvolveu alguma experiência no trabalho de abordagem de rua, além do acolhimento das crianças e adolescentes encaminhados pela rede de proteção, conforme descrito acima. As abordagens davam-se a partir da oferta de oficinas lúdicas e aconteciam tanto no centro da cidade, como, uma vez por semana, em uma feira livre localizada nas imediações da sede. Contudo, tendo em vista o tamanho da equipe e a constatação de que as maiores deficiências da rede indicavam para a necessidade de serviços de suporte para as crianças e adolescentes atendidos pela rede, a equipe voltou-se mais exclusivamente para o acolhimento deste público, deixando o trabalho de abordagem por conta das instituições parceiras que já realizavam essa intervenção, a fim de não duplicar ações. Permaneceu, porém, acompanhando os trabalhos de rua a partir de supervisões e capacitações (Cecília Motta, comunicação pessoal, 2007).

Segundo Loureiro (comunicação pessoal, 2008), a idéia de voltar a desenvolver um trabalho propriamente de abordagem nas ruas de São Paulo nasceu no Quixote em 2005, a partir de uma intervenção integrada por educadores do Quixote, por um grupo articulado de

grafiteiros, por alunos residentes de psiquiatria da UNIFESP⁸ e por crianças e adolescentes em situação de rua no bairro da Luz, nas proximidades da cracolândia⁹.

Solicitada pela Secretaria de Cultura, a elaboração e produção conjunta de um grafite no muro da Pinacoteca do Estado¹⁰ trouxe forte testemunho para a gravidade e precariedade em que permaneciam as crianças e jovens em situação de rua no centro da cidade. Condição de estrangeiros, excluídos e abandonados dentro do que deveria ser a sua própria cidade.

Junto a esse testemunho, veio a proposta da prefeitura para que o Quixote tivesse uma base para atendimento na região da cracolândia. Então, em meados de 2005, (re)inicia-se na instituição um trabalho específico com crianças e adolescentes em situação de rua, que foi batizado como Programa Refugiados Urbanos.

Tal nomeação não foi despropositada. Ao contrário disso, a equipe, na elaboração do plano de trabalho, viu-se envolvida com a reflexão sobre a aplicabilidade do termo 'Refugiados Urbanos' para caracterizar a condição das crianças e adolescentes em situação de rua no centro da capital, equiparando-a à dos exilados e refugiados de guerra, enquanto pessoas que vêm-se obrigadas a fugir de situações de violência, privação e insegurança e a romper com seus vínculos territoriais, familiares e comunitários. Migram para campos de refúgios que, no caso daquelas crianças e adolescentes, foram vislumbrados nas ruas do centro da cidade. Como nos contam Lescher e Loureiro (2006, p.02),

Essas crianças e esses jovens, quando rompem ou interrompem seus vínculos familiares, nas periferias, e se apropriam do espaço das ruas do centro da cidade, viram protagonistas da cena urbana: pequenos Quixotes, exilados dentro de suas próprias cidades, enfrentam dragões e moinhos de vento, banham-se no chafariz da Praça da Sé e pipam suas pedras de

⁸ A participação destes alunos esteve associada a um curso extra-curricular vinculado à disciplina de Psiquiatria Social e Psicologia Médica do Departamento de Psiquiatria da UNIFESP, que estava sendo ministrado por dois dos coordenadores do Projeto Quixote, no primeiro semestre de 2005.

⁹ A Cracolândia (por derivação do crack) é uma denominação popular para uma região do centro da cidade de São Paulo, nas imediações das avenidas Duque de Caxias, Ipiranga, Rio Branco, Cásper Líbero e a rua Mauá, onde historicamente se desenvolveu intenso tráfico e consumo de drogas e meretrício.

¹⁰ Localizada na Praça da Luz, a Pinacoteca é um museu e centro educacional com rico acervo museológico, arquivístico e bibliográfico de artes visuais produzidas por artistas brasileiros, ou intrinsecamente relacionados com a cultura brasileira.

crack nas escadarias da catedral. (...) Essas crianças e adolescentes merecem o estatuto humanitário de Refugiados Urbanos.

O Programa Refugiados Urbanos iniciou suas atividades numa casa chamada pela equipe de Moinho da Luz. O objetivo era oferecer um lugar intermediário entre a rua e um abrigo, por exemplo, que pudesse escutar e acolher as demandas iniciais das crianças e adolescentes ainda em situação de rua.

Localizado em um terreno cedido pela prefeitura, na rua Mauá (próxima à Cracolândia), o Refugiados Urbanos inicialmente estruturou-se a partir da oferta diária de oficinas de grafite, que, em função de tudo o que já se havia experienciado na instituição até aquele momento, mostravam-se uma importante atividade para favorecer a aproximação e comunicação entre os educadores e as crianças e adolescentes.

Além do oficinairo-educador, essas atividades contavam também com a presença de uma psicóloga e de uma assistente social, que ficavam disponíveis para o acolhimento das demandas que emergiam, buscando os encaminhamentos necessários para as diferentes situações.

Inicialmente as crianças eram trazidas por educadores de outros projetos que atuavam na abordagem de rua e, às vezes, vinham conhecer o espaço por conta própria, trazidas pela curiosidade ao passar em frente ao portão e ver uma produção artística em andamento.

O Moinho, nessa fase inicial do trabalho, também era bastante frequentado por crianças e adolescentes que moravam nas precárias ocupações e invasões que existem pela região. Crianças que não estavam efetivamente morando nas ruas, mas que, em função da falta de recursos comunitários e da precariedade das condições de suas moradias, buscavam um espaço para ocuparem o período do dia em que não estavam na escola. Seus familiares muitas vezes também se beneficiavam de nossa localização, tendo acesso às inserções sociais mais urgentes ou recebendo orientações básicas para poderem circular pela rede de atendimento com mais informações e autonomia (Guimarães, 2007b).

Após aproximadamente seis meses de trabalho nesses moldes, o Quixote recebeu uma proposta por parte da prefeitura para associar as ações no Moinho da Luz a um trabalho propriamente de abordagem nas ruas, com o objetivo de atingir uma grande parcela das crianças e jovens que por ali permaneciam mas que não acessavam o trabalho ofertado.

A partir da proposta e refletindo sobre o que se havia experienciado até aquele momento, a equipe foi dando-se conta de que o envolvimento com a sociabilidade da rua ganhava uma dimensão tal para a maioria das crianças que a simples oferta de um novo serviço na região não parecia ser suficiente para despertar seu interesse ou provocar mudanças em seu cotidiano, e a maior parte delas permanecia circulando pelas ruas.

Notou-se a necessidade e a importância de profissionais que, inseridos no cotidiano das ruas, pudessem oferecer-se como uma companhia viva, capaz de facilitar campos de inserção e pertencimento que fizessem a articulação com a rede. A experiência evidenciara que uma das grandes dificuldades encontradas para garantir o sucesso de muitas das intervenções era a ausência de uma figura que pudesse acompanhar a criança ou o adolescente em todo o processo de encaminhamento, fazendo as mediações necessárias, especialmente entre eles e as instituições que os acolham (Guimarães, 2007b). A equipe foi dando-se conta, por exemplo, da longa jornada a ser percorrida para atender um pedido para um cuidado médico. No intervalo entre a necessidade e o atendimento propriamente dito havia o caminhar até um hospital público da região; havia a necessidade de se apresentar para uma atendente; o tempo de espera (que muitas vezes é bem longo e fora das condições da criança de agüentar); e havia, ainda, a relação com o médico, que, na maioria das vezes, infelizmente, não está preparado para receber uma criança em situações tão peculiares.

Somava-se a essas evidências a percepção de que os conflitos vividos pelas próprias crianças em relação a seus desejos e escolhas acontecem na maioria das vezes numa atmosfera de urgência, descaracterizando-se no dia seguinte. A precariedade de tal situação pede um acompanhamento mais próximo, um acompanhamento que conte com alguém disponível para contemplar tanto as questões objetivas quanto subjetivas das demandas (Guimarães, 2007).

2.2.1. Os Educadores Terapêuticos (ETs)

Após uma série de reflexões, a equipe encontrou na prática do Acompanhamento Terapêutico (AT) subsídios que muito vinham ao encontro das necessidades do ‘fazer’ do trabalho, principalmente no que dizia respeito à necessidade de intensificar a relação com a criança nas próprias ruas, acompanhando-a em suas andanças e compartilhando a realização de tarefas significativas.

De acordo com Fujihira (2008), o acompanhamento terapêutico surgiu na Argentina, na década de 70, contextualizado pelo movimento antipsiquiátrico, como uma intervenção alternativa para pacientes que sofriam com os fracassos das intervenções psiquiátricas tradicionais, cabendo a um acompanhante terapêutico (at) participar ativamente dos grupos e contextos sociais dos pacientes. No Brasil, essa modalidade de atendimento chegou a São Paulo e Rio de Janeiro em meados da mesma década, sendo inicialmente exercido por auxiliares psiquiátricos que eram requisitados para acompanharem os pacientes em suas próprias casas. Fujihira explica-nos que *“o at se implica no cotidiano de seu paciente, de modo a cumprir funções necessárias para a constituição e integração de aspectos do self do seu acompanhado. Este implicar-se no cotidiano demanda que o at possa manejar este último de forma a criar condições que supram as funções ambientais necessárias”* (p.33). Apesar da origem ligada à articulação entre a psicose e suas redes sociais, o acompanhamento terapêutico é um recurso que hoje se ampliou para outros campos de atuação, como o da dependência química, o da deficiência, o da internação hospitalar, entre outros.

Então, em junho de 2006, após aditamento do convênio com a prefeitura, o programa Refugiados Urbanos cresceu, incluindo na equipe, além de mais uma psicóloga e uma assistente social, acompanhantes terapêuticos, que receberam o nome de educadores terapêuticos – e foi nesse momento que passei a integrar a equipe, como uma das educadoras terapêuticas.

Como nos lembra Loureiro (comunicação pessoal, 2008), o nome *Educador Terapêutico* foi uma contingência, uma adaptação necessária para os termos de convênio com a prefeitura. Ocorria que éramos um projeto conveniado com a Secretaria Municipal de Assistência e

Desenvolvimento Social (SMADS), e o *acompanhante terapêutico* é um profissional exclusivamente previsto nas planilhas da Secretaria de Saúde, conforme prevêem as políticas públicas. À SMADS cabia apenas a possibilidade de contratar *educadores* para a prática de abordagem de rua. Buscando então as conciliações necessárias para iniciar o trabalho, nomeou-se o acompanhante terapêutico do Quixote de *Educador Terapêutico* (ET).

Vale dizer que ET não foi um nome premeditado, todavia rapidamente incorporou-se como um apelido carinhoso no cotidiano do nosso trabalho, tanto pela equipe como pela rede de atendimento, pois ele em muito nos ajuda a expressar uma série de vivências muito peculiares de quem tem nas ruas o principal lugar de trabalho. ETs (extraterrestres) somos nós nos aproximando de realidades tão diferentes das nossas. ETs (extraterrestres) somos nós aos olhos das pessoas que passam e não compreendem nosso investimento e disponibilidade para crianças já desacreditadas. ETs (extraterrestres) são as crianças para a cidade, que não sabe lidar com elas. ETs (extraterrestres) é a situação destas crianças, desassistidas, perambulando pela cidade, fora do lugar próprio para o desenvolvimento da infância. E, nosso trabalho, ET, tarefa efetivamente extra-terrestre nas ruas agitadas e impessoais de uma das maiores cidades do Brasil.

2.2.2. O dia a dia de trabalho no centro da cidade

Desde sua implantação, o Refugiados Urbanos já mudou de endereço duas vezes.

A primeira ocorreu depois de aproximadamente um ano de trabalho, quando, em função das operações do Projeto Nova Luz¹¹, a prefeitura solicitou a devolução do terreno onde trabalhávamos. A instituição, naquela mesma fase, inaugurara um abrigo na região do Bixiga¹², onde fomos temporariamente instalados. Uma realidade que, em pouco tempo, mostrou-se

¹¹ O Projeto Nova Luz é um programa de renovação urbana criado pela prefeitura de São Paulo (através da Secretaria Municipal de Planejamento) para promover a recuperação de edifícios, praças, parques e avenidas da região atualmente ocupada pela cracolândia.

¹² Durante aproximadamente dois anos, a instituição assumiu a administração de um Centro de Referências da Criança e Adolescente, que é uma política pública com o objetivo de fornecer o primeiro acolhimento em regime de abrigamento para as crianças e adolescentes em situação de rua.

inviável: primeiro, em função da estrutura bastante diferente que um equipamento de abrigo exige (como rotina sistematizada e assistida, por exemplo), e, segundo, pela sua considerável distância geográfica dos locais onde permaneciam as crianças e adolescentes em situação de rua.

Até encontrarmos um novo local para o desenvolvimento das atividades, passamos praticamente um ano nos reunindo em espaços públicos da cidade, fazendo as reuniões e supervisões em cafés e restaurantes do centro, e, sem espaço para desenvolver as oficinas de acolhimento, debruçando-nos intensamente no trabalho de abordagem nas ruas.

Desde outubro de 2008, a casa-sede do projeto está localizada em uma sobreloja na Praça da República¹³, fruto de uma parceria com o setor privado. Nela, voltamos a promover o acolhimento das crianças e jovens através de atividades. Recebemos as famílias para os atendimentos e buscamos favorecer os contatos entre pais e filhos, ora acompanhando telefonemas para casa, ora facilitando os primeiros encontros. É nessa casa também que realizamos todos os contatos e as constantes reuniões de rede que, cada vez mais, têm revelado-se como importante estratégia no desenvolvimento do trabalho.

Além de uma reunião geral que acontece uma vez por semana para discutir clinicamente a continuidade dos casos em acompanhamento, todos os dias, no final da tarde, acontecem reuniões com toda a equipe presente no período para discutir as diversas demandas emergentes ao longo do dia: questões pontuais dos casos em acompanhamento, atividades desenvolvidas com as crianças na casa, impressões e experiências vividas no universo das ruas, novos encontros com crianças.

Para o trabalho nas ruas, os educadores terapêuticos dividem-se em duas equipes (com aproximadamente o mesmo número de pessoas cada) e trabalham em regiões mais ou menos definidas, com a intenção de conhecerem e participarem mais profundamente do cotidiano de cada uma das regiões, que são basicamente as imediações da Praça da Sé, Vale do Anhangabaú,

¹³ Endereço: Praça da República, 452 A .

Praça da República, Largo do Arouche e Cracolândia, e mais outros espaços que vão configurando-se ao longo do tempo.

Não é todo dia que vão exatamente as mesmas pessoas para a rua, já que, além dessa tarefa, os ETs também fazem visitas às crianças nas instituições e/ou em casa, enquanto desdobramentos de vínculos iniciados nas ruas. Contudo, preocupamo-nos que, dentro do possível, a equipe possa disponibilizar-se diariamente em cada região, considerando a importância da presença contínua para o trabalho que pretendemos realizar – este aspecto será detalhado mais adiante.

Como instrumento de trabalho, cada educador terapêutico sai às ruas identificado com uma camiseta da instituição e com uma mochila, chamada por nós de mochila lúdica. Esta contém uma série de materiais gráficos e lúdicos (como jogos, bexigas, massinha e tinta) que ficam à disposição do educador como recursos que possam favorecer aproximações e encontros e que também possam registrar momentos e experiências compartilhadas¹⁴.

A proposta não é abordar o menino na rua para interná-lo ou levá-lo para casa de qualquer jeito, mas sim investir numa aproximação no sentido de hospedar aquele que está completamente exilado em sua própria pátria, entrando em contato com outros universos de valores e com outras formas de linguagens, para, a partir das sutilezas de uma relação humana com o educador, buscar favorecer a transformação gradual da viração da rua em outras possibilidades de viver (Loureiro, comunicação pessoal, 2006).

Mais do que promover encaminhamentos e alterar a realidade imediata e concreta da criança, os educadores buscam promover encontros o mais genuínos possíveis, aguardando emergir o que é próprio de cada criança, respeitando seu processo de construção e deixando a relação desenhar seus próprios caminhos. Para tanto, uma conversa na calçada, uma brincadeira compartilhada, uma ida a uma Unidade Básica de Saúde para fazer um curativo ou a companhia durante uma visita a uma instituição da rede que ofereça banho, para além de encaminhamentos assistenciais, são oportunidades para encontros humanos.

¹⁴ Voltarei a uma descrição mais pormenorizada destes materiais no capítulo 7, item 7.2.

Vale ressaltar que o trabalho desenvolvido pelos ETs nas ruas, em parte das vezes, conforme o vínculo com os garotos ganha consistência, desdobra-se em outros acompanhamentos, uma vez que a perspectiva da equipe é de que a criança deixe a rua e volte a viver com a família, quando possível, ou venha a buscar outras alternativas quando a casa já não é mais referência de lugar a partir do qual seja possível sonhar com novos horizontes.

Não me aprofundarei na descrição desses outros campos que compõem o trabalho da equipe, tendo em vista garantir o foco deste estudo, que é a reflexão sobre o potencial terapêutico dos encontros que acontecem entre os educadores e as crianças no *universo das ruas* do centro da cidade de São Paulo. Porém, apenas para que se tenha uma idéia, em função do que temos experimentado e elaborado, viemos dividindo didaticamente o trabalho em três grandes “momentos”: Fase 1 – rua; Fase 2 – saída da rua; Fase 3 – retorno para casa ou abrigo mais-definitivo¹⁵.

A fase 1 diz respeito a todo o conjunto de ações que desenvolvemos com a criança quando ela ainda está envolvida com a rua como lugar privilegiado de estada nesse momento da vida. Essas ações são encontros para jogar alguma coisa, a companhia numa Unidade Básica de Saúde (UBS) para fazer o curativo de um machucado, um passeio planejado conjuntamente, uma ligação para casa, entre uma série de outras experiências que retomarei mais adiante.

A fase 2, por sua vez, é o momento em que a criança passa a desejar sair da rua e a acompanhamos em um abrigo provisório ou em retornos iniciais para casa. Trata-se de um momento de lidar mais efetivamente com conflitos e ambigüidades delicados tais como a necessidade de posicionar-se quanto à família de origem, que muitas vezes oscila entre a família que tem dificuldades, problemas e em decorrência disso muitas vezes maltrata e a família que carrega uma série de recursos e potencialidades. Muitas vezes um acompanhamento próximo auxilia para que tudo isso possa ir se processando gradativamente entre criança e familiares.

¹⁵ Mais-definitivo para dizer que foi a melhor saída até aquele momento, mas a dinâmica da vida traz surpresas e ele pode voltar para casa ou ser adotado, ou ficar na rua, ou morar com a tia...

A fase 3 é o momento de um retorno mais definitivo para casa ou da definição com a criança por um abrigo mais efetivo¹⁶ quando a casa da família não se mostra como um lugar a partir do qual se possa sonhar um futuro. Nesse momento de passagem há muito trabalho a ser feito: há a preocupação com a inserção comunitária em espaços que façam sentido para a criança e há a atenção com a ajuda possível na mediação dos conflitos familiares inerentes às questões da readaptação, para que uma vida compartilhada possa ser possível.

Reitero que essa forma de compreender e dividir esse complexo fenômeno em três fases distintas é meramente didática, já que até hoje nunca acompanhamos crianças em “etapas que se findam”, o que me parece bastante próprio e saudável da condição humana. Não são raras as vezes em que, num abrigo, um garoto tenha a necessidade de voltar a experimentar a vertigem da rua; visitar a família quando ainda dormindo pelas ruas...

Trata-se de uma divisão que, por vezes, nos auxilia a refletir sobre os diferentes ‘fazer’ (maneios) e os diferentes campos que compõem o trabalho da equipe.

¹⁶ Neste momento ocorre a passagem do Centros de Referência da Criança e Adolescentes (CRECA) para o Abrigo.

Capítulo 3: Companheiros de percurso

3.1. Autores

Após terminar o curso de graduação em Psicologia, saí ávida por experimentar um pouco do mundo profissional; experimentar tudo aquilo que eu havia aprendido e que havia me interessado durante os cinco anos de formação acadêmica. Queria sentir algumas referências teóricas e estar aberta para o que os encontros com as pessoas pudessem revelar, enquanto necessidades para ir constituindo o meu fazer profissional. Nessa fase, fazia supervisão (em função do trabalho em consultório) e lia apenas textos indicados.

Alguns anos depois de formada, no entanto, senti necessidade de voltar a estudar sistematicamente. Buscar suporte teórico passou a ser uma necessidade para poder encontrar lugar e sentido para as experiências que vinha tendo. Poder também cuidar melhor do que vinha fazendo, dar mais consistência ao meu fazer.

Minha trajetória, até o presente momento, me pôs fundamentalmente em contato com as idéias de Donald D. Winnicott (1896-1971) e Gilberto Safra¹⁷. Encontrei nesses autores possibilidades de diálogo claro e vivo com minhas experiências no cotidiano. Tratam-se de autores que, a partir de suas contribuições teóricas, fenomenologicamente elaboradas, possibilitam abertura de diálogo com minhas experiências, auxiliando a refletir sobre o meu dia a dia de trabalho e ofertando referenciais para pensar e operar.

¹⁷ Podemos encontrar mais aspectos da biografia profissional de Winnicott no prefácio de *Textos selecionados: Da Pediatria à Psicanálise* (1988), escrito por M. Masud R. Khan; e de Safra no prefácio de seu livro *A Po-Ética na Clínica Contemporânea* (2004), escrito por Tales A. M. Ab'Sáber.

3.2. Referenciais teóricos

Atravessada pela questão do potencial terapêutico dos encontros entre os educadores terapêuticos e as crianças nas ruas da cidade de São Paulo, busquei conhecer como esses autores poderiam contribuir para este estudo.

Conforme discorrerei a seguir, encontrei nesses autores considerações sobre (3.2.1.) a importância do outro e da criatividade originária na constituição do si mesmo e do mundo; (3.2.2.) o homem enquanto ser criativo; (3.2.3.) o sofrimento/adoecimento da capacidade criativa; e (3.2.4.) considerações clínicas decorrentes desse posicionamento, importantes conceitos para refletir sobre a qualidade terapêutica das experiências investigadas neste estudo.

3.2.1. A importância do outro e da criatividade originária

Encontrei em Winnicott e Safra sustentação teórica desenvolvida ao longo de uma vasta e rica experiência clínica que nos leva a refletir sobre as condições necessárias para que o estabelecimento de si mesmo e a experiência de ser possam vir a acontecer, enfatizando íntima interdependência entre a pessoa e o mundo.

Winnicott enfatizou a importância de um outro significativo para que o indivíduo possa vir a se constituir e estabelecer uma relação significativa com a realidade. Acentuou a importância de presença e cuidados humanos no início da vida, tanto físicos como psicológicos e afetivos, enquanto experiências fundamentais para que o homem tenha condições de descobrir e constituir o próprio eu (*Self*) e assim existir e sentir-se real¹⁸.

Para Winnicott (1975), além da genética e hereditariedade, o ser humano vem ao mundo provido de uma tendência inata a crescer e alcançar a maturidade, mas que, entretanto, nada se realiza no crescimento emocional humano sem que esteja em comunhão

¹⁸ “Sentir-se real é mais do que existir; é descobrir um modo de existir como si mesmo, relacionar-se aos objetos como si mesmo e ter um eu (*Self*) para o qual retirar-se, para relaxamento” (Winnicott, 1975, p. 161).

com um meio ambiente suficientemente bom¹⁹; meio ambiente aqui descrito enquanto as condições humanas que atendem às necessidades específicas de cada estágio de amadurecimento ao longo do desenvolvimento pessoal.

Descrevendo o processo de amadurecimento pessoal em termos de jornada da dependência absoluta à independência²⁰ do meio, o autor chama atenção para o importante paradoxo resguardado na concepção de ‘dependência do meio’ em suas postulações. Esclarece-nos que o ambiente não é determinação, mas facilitador ou dificultador no amadurecimento pessoal. *“Podemos dizer que o ambiente favorável torna possível o progresso continuado dos processos de maturação. Mas o ambiente não faz a criança. Na melhor das hipóteses possibilita a criança a concretizar seu potencial”* (Winnicott, 1983, p. 81). A importância da presença do outro, segundo o autor, fala de uma necessidade fundante que inicialmente deve ser ofertada ao bebê pela mãe, mas que deve continuar a ter sua importância em termos da criança e da família.

Safra (2004), por sua vez, sustentado pelas problemáticas testemunhadas na clínica contemporânea, traz novos elementos a essa reflexão, assinalando que, além das postuladas por Winnicott, há *“(...) outras facetas fundamentais para que o acontecimento humano possa se dar”* (Safra, 2004, p. 40).

Assentado na concepção russa de *Sobornost*²¹, Safra (2004) concebe o ser humano não como um indivíduo, mas como a singularização da vida de muitos. Trata-se de um olhar que compreende cada ser humano como a singularização da vida de seus ancestrais e como

¹⁹ *“Observe-se que a palavra ‘perfeito’ não figura neste enunciado; a perfeição é própria das máquinas, e as imperfeições, características da adaptação humana à necessidade, constituem qualidade essencial do meio ambiente que facilita”* (Winnicott, 1975, p. 188).

²⁰ *“A independência nunca é absoluta. O indivíduo normal não se torna isolado, mas se torna relacionado ao ambiente de um modo que se podem dizer serem indivíduo e o ambiente interdependentes”* (Winnicott, 1983, p. 80).

²¹ *“Sobornost (unidade, conciliar comunitário) é uma noção fundamental no pensamento russo, utilizada nos vértices filosófico, psicológico e teológico. Ela nos permite vislumbrar não só aqueles que são os princípios mais fundamentais do viver russo, mas também o que foi compreendido por esse povo sobre o fenômeno humano ao longo dos séculos. Foi enfocada pela primeira vez pelos pensadores russos Khomiakov e Kireevsky (1846-1848)”*. (Safra, 2004, p. 42). Safra esclarece ainda que a concepção de *Sobornost* é ontológica e assim procura iluminar as condições fundamentais para o acontecer humano.

presentimento daqueles que virão. O sentido de si, nessa perspectiva, é compreendido como um fenômeno ontológico, que acontece em meio à comunidade humana e como comunidade. Conforme nos aponta Safra, nesse enfoque, “(...) o ser é comunidade” (Safra, 2004, p 43).

Assim sendo, a verdade de si mesmo acontece e se revela somente pelo rosto do outro, que, enquanto comunidade, tanto acolhe o aparecimento da pessoa, quanto lhe transmite os elementos disponíveis e necessários para que acesse um sentido para as suas agonias e possa dar conta de sua existência. “Um ser humano deixado a si mesmo, sem o Outro²², não alcança a sua personalidade” (Safra, 2004, p.58).

De acordo com Winnicott (1990), no mais primitivo dos estágios iniciais, o bebê é uma mera continuidade de ser e sua única expectativa é continuar a ser. E que, quando vem ao mundo, precisa encontrar uma base para ser, para continuar vivo e sendo.

Acentua que, “(...) há algo na mãe que a torna particularmente qualificada para proteger seu bebê nessa fase de vulnerabilidade e que a torna capaz de contribuir positivamente com as claras necessidades da criança” (Winnicott, 1993, p. 03). Nesse sentido, dada a total imaturidade apresentada pelo bebê no início da vida, a mãe precisa, para satisfatoriamente atendê-lo e auxiliá-lo a continuar desenvolvendo-se, adaptar-se absolutamente às suas necessidades, atendendo-as tão prontamente se manifestem²³.

Essa total adaptação realizada pela mãe não emerge como fruto de qualquer instrução especial ou esforço intelectual, ela se dá instintivamente. Ao final da gestação e durante o início da vida de seu filho, a mãe desenvolve uma capacidade tal de ficar identificada com seu bebê que é capaz de saber o que ele está sentindo e de que necessita, de modo a poder

²² Safra (2004) assinala que utiliza Outro com maiúscula, para referir-se ao outro compreendido como *Sobornost*. Explica: “O Outro implica então, ao mesmo tempo, o contemporâneo, os ascendentes, a coisa, a Natureza, o mistério. Aspectos fundamentais na constituição da morada humana. Por outro lado, uso a palavra outro minúsculo para fazer referência ao outro visto em sua imanência, sem a presença do vértice transcendente existente na concepção de Outro-Sobornost” (p. 43 – nota de rodapé).

²³ Winnicott refere-se especificamente à mãe, por considerá-la a melhor pessoa para realizar esta tarefa, mas aponta que, “uma mãe adotiva, ou qualquer outra mulher que possa ficar doente no sentido de apresentar uma “preocupação materna primária”, pode ser capaz de se adaptar suficientemente bem, por ter alguma capacidade de se identificar com o bebê” (1988, p. 497)

espontaneamente atender à sua demanda momentânea²⁴, o que para o bebê significa poder continuar existindo e, conseqüentemente, se desenvolvendo.

Contribuindo para essa reflexão acerca das condições da mãe e sua possível oferta no momento de recepção e início de vida do bebê, Safra chama atenção para o fato de que, ao falarmos da mãe suficientemente boa, precisamos ter ciência de que estamos diante de um fenômeno extremamente complexo, que exige um posicionamento histórico. Assim, “*o corpo da mãe é lugar de muitos. Ele carrega os traços daqueles que foram significativos na história da mãe e também da tradição cultural do grupo étnico ao qual ela pertence*” (Safra, 1999, p. 102).

Safra (2004) resgata que uma das necessidades fundamentais do homem no estabelecimento de seu *ethos* é a de ser recebido no mundo humano pelo Outro, e que a recepção que cada bebê encontra estará marcada pela possibilidade que sua família tem de estar enraizada em cada uma das dimensões do *ethos* humano e de *Sobornost*. A apresentação da mãe ou do pai ao seu bebê é, assim, fenômeno histórico, que depende do contexto sócio-cultural no qual está inserida a família. A mãe e o pai são constituídos pelo que sua família preserva em registro transgeracional na memória do *ethos* humano.

O autor também não nos deixa esquecer que, para além das questões transgeracionais, faz diferença o momento em que a criança nasce, já que algumas peculiaridades desse fenômeno inevitavelmente promoverão alterações significativas na maneira de ser do bebê, posicionando sua singularidade em questões e tarefas específicas. (Safra, 1999 e 2004)

Podemos observar assim que, através de sua presença viva e cuidadosa, a mãe participa intrinsecamente da constituição de seu bebê no início da vida.

De acordo com Winnicott, no início da vida do bebê, a possibilidade de quietude em estado não-integrado, as repetidas experiências de cuidado corporal e as experiências

²⁴ A essa disponibilidade e capacidade instintiva da mãe, Winnicott dará o nome de Preocupação Materna Primária.

instintivas²⁵ constituirão, gradativamente, o que poderá vir a chamar-se de uma personalização satisfatória. Será o acúmulo de sucessivas experiências de ter sido prontamente atendido em suas diferentes necessidades (que têm como base de exigência a continuidade de ser), que irá prover as condições para o início da constituição do si-mesmo e para o contato com a realidade.

De acordo com Winnicott, para que o indivíduo possa vir a constituir-se e alcançar uma relação viva e significativa com o mundo, precisa, nos estágios iniciais da vida, iniciar-se numa qualidade de mundo descrita por ele como realidade subjetiva. A realidade subjetiva diz respeito àquela qualidade de mundo “(...) *em que nada ainda distinguiu-se como não-eu (...)*” (Winnicott, 1993, p. 25).

Sobre os alicerces fundantes dessa realidade subjetiva no indivíduo, Winnicott nos explica que o bebê, nos momentos descritos como excitados, quando tomado por uma crescente tensão instintiva (fome, sede, etc...), dada a sua inerente condição humana, desenvolve uma expectativa, “(...) *na qual está preparado para encontrar algo em algum lugar, mas sem saber o quê.*” (Winnicott, 1990, p. 120). E esclarece ainda que,

(...) podemos dizer que em razão da vitalidade do bebê e através do desenvolvimento de uma tensão instintiva o bebê acaba por esperar alguma coisa; e então há o movimento de alcançar algum algo, que pode rapidamente tomar a forma de um movimento impulsivo da mão ou da boca em direção a um suposto objeto (...) (Winnicott, 1990, p. 122).

O autor aprofunda essa reflexão, afirmando que o bebê, nesse precoce momento de seu amadurecimento, encontra-se apto para criar²⁶. Enfatiza a existência de uma criatividade inata potencial (criatividade primária) e que nesse momento precoce do amadurecimento o bebê deve poder fazer uma importante contribuição pessoal na satisfação de suas necessidades

²⁵ Winnicott denominará essas três experiências de três tarefas fundamentais que o bebê precisa realizar no início de seu desenvolvimento: integração no espaço e tempo; alojamento da psique no corpo e início das relações objetais. Essas realizações dependem de determinados cuidados ambientais para serem alcançados e que Winnicott define, respectivamente como: *holding*, manejo (*handlig*) e apresentação de objeto.

²⁶ “*Creio que não será inadequado dizer que o bebê está pronto para criar.*” (Winnicott, 1990, p. 122)

instintuais: neste início, em função de uma necessidade pessoal, é muito importante que o bebê crie o mamilo de forma criativa²⁷ (Winnicott, 1990).

Frente a essa expectativa, a mãe disponível, esperando ser descoberta, vai ao encontro do momento criativo específico de seu bebê, colocando o mamilo exatamente ali, no momento certo, permitindo ao bebê ter a ilusão de que o seio e tudo aquilo que ele significa foi criado pelo impulso originado pela sua necessidade.

Tal comunhão, entre necessidade do bebê e oferta precisa da mãe, permite ao bebê viver a experiência de que foi o seu próprio gesto quem criou o objeto²⁸ capaz de atender às suas necessidades. Experiência fundamental denominada por Winnicott (1975) de ilusão de onipotência.

Acerca de sua importância, Dias (1999) nos esclarece que,

Ao criar o seio o bebê faz uma pequena experiência de integração momentânea que é sentida como real. O encontro “realiza” a necessidade não apenas no sentido da satisfação, mas no de tornar real a própria necessidade, o próprio impulso, o gesto espontâneo e o algo que encontra, porque para o si-mesmo muito imaturo de um bebê muito pequeno, o que ele sente como real é essa expressão de si-mesmo” (Dias, 1999, p.293).

Contribuindo para essa reflexão sobre a importância do encontro mãe-bebê no início da vida, Safra (2004) afirma que o bebê, a fim de que possa iniciar a constituição de si-mesmo, necessita de alguém que seja seu anfitrião e acolha seu gesto, propiciando o início de si-mesmo. Assinala que é importante ter claro que o gesto que inaugura a possibilidade de ser faz-se em direção à presença humana posicionada no lugar da ação do bebê. *“A mãe, ao se colocar no lugar onde o bebê, com sua ação, a cria, permite que o Self da criança aconteça. Ela dá campo para que o querer do bebê surja como função de alguém existente” (Safra, 1999, p. 92).*

Para Winnicott, essa possibilidade de encontro entre a mãe e seu bebê só é possível sob a base de um ambiente de continuidade e confiabilidade, qualidades que também precisam ser

²⁷ “Aqui o ser humano se encontra na posição de estar criando o mundo. O motivo é uma necessidade pessoal.” (Winnicott, 1990)

²⁸ A esta qualidade de objeto, Winnicott denominará objeto subjetivo.

oferecidas pelos cuidados maternos. Sobre essa qualidade de experiência, a mãe, em sua delicada e precisa disponibilidade, cuida também para que o mundo do bebê permaneça sempre o mesmo, atenta para que não hajam alterações significativas. O bebê retira-se para descansar, a mãe devotada tende a preservá-lo imperturbado e sustenta essa qualidade ambiental no tempo, aguardando que ele, diante de uma nova necessidade instintual, retome uma busca qualquer.

De acordo com Dias (1999, p.294),

O bebê só pode retirar-se para descansar porque começa a confiar que o mundo continua vivo e permanece lá assim que precisar. Além disso, para que o gesto espontâneo seja sentido como real é preciso que parta, que brote, de um estado de repouso. O retorno à não integração é a condição necessária para que, o que quer que se dê nos momentos excitados, seja sentido como real. Se o que se estabelece é a impossibilidade de descanso, o gesto já estará alienado na base.

Esse complexo fenômeno de encontros entre mãe-bebê, do manuseio corporal vivenciado nos cuidados e a possibilidade de descanso em um estado não integrado num ambiente contínuo, traz ao bebê a possibilidade de ir paulatinamente se constituindo num mundo subjetivo, adquirindo uma primeira apreensão de mundo através do contato com objetos subjetivos, e adquirindo experiência de confiabilidade em relação ao ambiente. Tudo isso tendo como principal necessidade a continuidade de ser, existir.

De acordo com Winnicott, na continuidade do processo de amadurecimento, passado o período necessário para que o bebê estabeleça as bases dessas importantes primeiras conquistas, inicia-se um gradativo processo de desadaptação dos cuidados maternos em relação ao pronto atendimento às necessidades do bebê.

Winnicott situa que essa é uma importante passagem tanto para a mãe quanto para o bebê: a mãe, através da desadaptação, vai retomando aos poucos outros aspectos de sua vida, enquanto seu filho, na mesma proporção, pode iniciar o alcance de um novo sentido de realidade (Winnicott, 1975).

Winnicott esclarece que, mais cedo ou mais tarde, surge no desenvolvimento do bebê uma tendência a entremear objetos ‘diferentes-de-mim’ no padrão pessoal. Nesse progresso de sentido da experimentação, que vai do puramente subjetivo ao objetivamente percebido, podemos acompanhar o surgimento de certos objetos e fenômenos que, em função de suas qualidades, serão definidos pelo autor como transicionais (Winnicott, 1975).

O objeto transicional pode ser um objeto, um padrão ou um som que emerge como um novo elemento na “realidade” do lactante no momento de passagem em que a mãe começa a inserir as gradativas desadaptações, e que é eleito pelo próprio bebê de acordo com sua habilidade de compensar o fracasso relativo. Esse objeto possuirá a característica de simbolizar a união entre mãe/bebê, quando diante da separação da dupla, ao mesmo tempo em que se sustentará enquanto símbolo dessa separação que se inicia” (Winnicott, 1975).

Winnicott assinala que na temática dos objetos transicionais a maior importância não está nas características do objeto em si, mas sim em seu específico valor de propiciar a experiência de união e ao mesmo tempo de separação entre mãe/bebê. Esclarece que esse objeto, na verdade, guarda seu verdadeiro valor por representar a gradativa transição do bebê de um estado fundido com a mãe para um estado em que está em relação com ela como algo externo e separado.

De acordo com Winnicott, nenhum ser humano está livre da tensão de relacionar a realidade interna e externa e que o alívio dessa tensão, a partir da posse²⁹ do objeto transicional pelo bebê, é proporcionado por uma área intermediária de experiência que não será contestada quanto a pertencer à realidade interna ou externa. Explica-nos que,

Trata-se de uma área que não é disputada, porque nenhuma reivindicação é feita em seu nome, exceto que ela existe como lugar de repouso para o indivíduo empenhado na perpétua tarefa humana de manter as realidades interna e externa separadas, ainda que inter-relacionadas (Winnicott, 1975, p.15).

²⁹ Winnicott utiliza a palavra *possessão* para designar os primeiros padrões de relação estabelecidos pelo bebê com objetos e fenômenos que sejam vividos como “não-eu” (1975).

A essa específica área de experimentação da vida, enquanto terceira dimensão da vida do ser humano (entre o subjetivo e o objetivamente percebido), Winnicott denominou de espaço potencial. Ele explica que se trata de uma específica área de experimentação da realidade pelo indivíduo. Inicia-se a partir de uma necessidade adaptativa do bebê, tendo em vista garantir a segurança de seu processo de *continuar a ser* e, progressivamente, será mantida como essencial “lugar” da vida humana, trazendo a experiência de se habitar o mundo de um modo pessoal e criativo, haja vista poder contar com a realidade interna e externa para sua composição (Winnicott, 1975).

O espaço potencial acontece apenas em relação a um sentimento de confiança por parte do bebê, isso é, confiança relacionada à fidedignidade da figura materna que cuida para que o ambiente, nesta fase, permaneça estável e seguro, tendo o bebê para onde voltar depois de feita a experimentação necessária. Winnicott esclarece que é somente a partir desse estado não-integrado, possível na área intermediária, que o gesto criativo pode emergir.

Winnicott (1975) afirma que na continuidade do processo de amadurecimento o destino do objeto transicional é que possa ser descatexizado, especialmente na medida em que se desenvolvem os interesses culturais. Perde o significado pelo fato de tornar-se difuso, espalhar-se por todo o território entre a ‘realidade psíquica’ e o ‘mundo externo’. Contudo, o espaço potencial deverá ser preservado em qualquer etapa do amadurecimento e em qualquer setor da vida para que a realidade externa tenha significado pessoal. A terceira área da experiência deverá poder ser exercida no terreno que lhe é próprio, as artes e a cultura em geral. Se tudo correr bem, é o lugar onde mais passamos tempo durante a nossa existência.

3.2.2. O Homem como ser criativo

Winnicott apresentou uma nova perspectiva para a temática da criatividade humana. Até aquele momento, trabalhava-se na psicanálise essencialmente com a idéia da criatividade enquanto um fenômeno decorrente do funcionamento psíquico, sendo derivada e, portanto, dependendo do início do funcionamento psíquico para vir a se desenvolver enquanto

capacidade humana. Winnicott, nesse contexto, trouxe um novo e inédito olhar para a questão, acenando para a faceta originária da criatividade na condição humana. Propõe uma inversão entre funcionamento psíquico e criatividade, assinalando que, na verdade, é a ação criativa que origina o psíquico, que, por sua vez, é uma aquisição ao longo do processo maturacional, alcançado a partir da relação mãe-bebê (Safra, 2009).

Sendo a criatividade fundamento para a constituição psíquica, acompanhamos o quanto o pensamento de Winnicott propõe uma significativa redefinição da concepção de homem no campo da psicanálise, o que inevitavelmente também exige reconsiderações sobre o modo de se conduzir a situação clínica.

De acordo com Winnicott, *“dada a oportunidade o bebê começa a viver criativamente e a utilizar objetos reais, para neles e com eles ser criativo. A partir de então, todo e qualquer pormenor da sua vida constitui exemplo do viver criativo”* (1975, p. 141).

Na perspectiva apresentada pelo autor, podemos estabelecer uma relação intrínseca entre o viver criativo e o viver propriamente dito, já que, como pudemos compreender anteriormente, é apenas a partir do gesto criativo refletido por um outro significativo que o homem tem condições de descobrir-se, de constituir-se em torno de uma unidade (*Self*) e habitar no mundo de maneira e significativa. É apenas através do gesto espontâneo acolhido por um outro devotado que a criança pode vir a reconhecer-se, sentir-se real e entrar no mundo de forma pessoal e singular. Neste sentido, Winnicott nos diz claramente que o verdadeiro self significa poder viver criativamente (Winnicott, 1975).

Winnicott nos esclarece que, desde o início da vida, o ser humano está envolvido com a problemática da relação entre aquilo que é percebido objetivamente (realidade externa) e aquilo que é concebido subjetivamente (realidade interna); trata-se de um assunto que concerne inerentemente à condição humana. E nessa dimensão, a área intermediária da experiência, enquanto lugar que nunca será contestado quanto a pertencer ao mundo subjetivo ou à realidade objetivamente percebida, *“(...) existe como lugar de repouso para o indivíduo*

empenhado na perpétua tarefa humana de manter as realidades interna e externa separadas, ainda que inter-relacionadas” (Winnicott, 1975, p.15).

Se tudo correr bem, é nessa área intermediária que passamos grande parte do tempo, pois, após ser inaugurada nos estádios iniciais do desenvolvimento, servimo-nos dela para poder experimentar a vida, relacionando mundo subjetivo com realidade objetivamente percebida, habitando o mundo de modo pessoal e significativo. Winnicott explica-nos que o *“(...) espaço potencial entre o bebê e a mãe, entre a criança e a família, entre o indivíduo e a sociedade ou o mundo, depende da experiência que conduz à confiança. Pode ser visto como sagrado para o indivíduo, porque é aí que este experimenta o viver criativo” (Winnicott, 1975, p. 142).*

Derivado das experimentações nas fases iniciais da vida no campo dos objetos transicionais e da brincadeira, no viver criativo, mais do que qualquer produção concreta, o que efetivamente importa é o estado de transição em que a criança se encontra. Sobre esse aspecto, Winnicott afirma que ao brincar, a criança

(...) traz para dentro dessa área objetos e fenômenos oriundos da realidade externa, usando-os a serviço de alguma amostra da realidade interna ou pessoal. Sem alucinar. A criança põe pra fora uma amostra do potencial onírico e vive com esta amostra num ambiente escolhido de fragmentos oriundos da realidade externa (Winnicott, 1975, p. 76).

Winnicott afirma que no viver criativo, em qualquer etapa da vida, a importância está sempre na precariedade do interjogo entre a realidade psíquica pessoal e a experiência de controle dos objetos reais. A precariedade está no fato de que ela se acha sempre na linha teórica existente entre o subjetivo e o objetivamente percebido - experiência possível apenas no campo da transicionalidade. Segundo Winnicott:

O brincar é inerentemente excitante e precário. Esta característica não provém do despertar instintual, mas da precariedade própria ao interjogo na mente da criança do que é subjetivo (quase-alucinação) e do que é objetivamente percebido (realidade concreta ou realidade compartilhada) (Winnicott, 1975, p. 77).

Safra, a partir da perspectiva de Winnicott acerca da criatividade originária, desenvolve importantes reflexões sobre a maneira de abordar a pessoa humana, seu sofrimento e seu

percurso pela vida. Enfatiza que abordar o ser humano como quem possui esta criatividade originária é compreendê-lo como ser que se constitui por meio do gesto; como ser que acontece por meio da ação, necessariamente acolhida e hospedada pela comunidade humana; ou seja, do gesto que acontece em *Sobornost*³⁰. De modo que

(...) o gesto que encontra o Outro é anúncio de si e possibilita a ilusão constitutiva em que o que é criado não é só presença humana, mas é também uma situação humana, histórica, ali estabelecida no berço da criança. A criação do mundo realizada pela criança por meio de seu gesto e a recepção que ela encontra ofertada pelos seus pais, possibilita que ela aconteça em sua história familiar (Safra, 2004, p. 104).

Safra anuncia que ao compreender o ser humano como ser que cria a si mesmo, o Outro e o mundo por meio da ação, é também compreendê-lo como ser que cria ruptura, que cria o inédito, que acontece como evento inédito dentro da sua história familiar. Pois a ação humana, que possibilita o acontecer e o aparecimento do singular do si mesmo, promove ruptura com o que está colocado, demandando redefinição de tudo o que está posto no mundo, ao mesmo tempo em que cria o já existente e também alcança o que está posicionado dentro da história familiar da pessoa (Safra, 1999; 2004).

Trata-se de um posicionamento que nos permite compreender que o ser humano tem determinações decorrentes do campo sociocultural e da constituição biológica, mas também seu gesto, enquanto ruptura com o que está colocado, possibilita sempre um para além. O gesto, por ser ação no mundo e para além dele, faz com que o ser humano seja sempre ser entre as fronteiras do ser e do não-ser, que acontece no mundo e para além do mundo.

Podemos compreender com Safra que o ser humano, que é gesto como ruptura e pertencimento à comunidade humana³¹, nasce e vive continuamente como ser inacabado. E o fato de ser inacabado dota-lhe da possibilidade de reinventar-se, de posicionar seu destino,

³⁰ Nesse sentido, Safra nos esclarece que “A ação que encontra o outro devotado se humaniza em gesto. Este revela a pulsação do encontro humanizador”. (Safra, 1999, p. 93)

³¹ “O gesto dirigido ao Outro possibilita o sentido de si mesmo, que, por sua vez, é a possibilidade da pessoa existir entre os homens e a abertura para a experiência de liberdade” (Safra, 2004).

continuamente originando novos sentidos, respondendo à sua existência a partir do gesto, da ação (Safra, 2008).

A criatividade e a liberdade, assim, emergem ao ser humano como possibilidades que permitem dar conta de sua condição originária de instabilidade, da situação paradoxal da sua condição humana.

Safra nos orienta que ser um ser inacabado é ser um ser transitório, sempre em transformação³²; é contínuo devir, contínuo reinventar-se. E a criatividade, decorrente do gesto fundamental, inicia a experiência de liberdade e o devir humano em direção a um sentido sempre em transformação ao longo da vida (Safra, 2004).

3.2.3. O sofrimento / adoecimento

Winnicott (1975) chama atenção para o fato de que, apesar da questão da criatividade ser discutida como pertencendo à terna infância, trata-se de uma questão que jamais deixa de ter sentido enquanto a pessoa estiver viva. Enquanto atravessamento ontológico, o homem está sempre acompanhado pela pergunta sobre até que ponto pode conceder à realidade externa sem ser explorado ou vetado de sua espontaneidade.

Para Winnicott há a existência de uma relação diretamente inversa entre criatividade e submissão, sendo o viver criativo um estado saudável, e a submissão, uma base doentia para a vida. Nesse sentido, ele esclarece: *“Descobrimos que os indivíduos vivem criativamente e sentem que a vida merece ser vivida, ou, então, que não podem viver criativamente e têm dúvidas sobre o valor da vida”* (Winnicott, 1975, p. 102).

No início da vida, saúde e criatividade são sinônimos da possibilidade de continuar sendo, existindo; e a doença e a submissão, por sua vez, relacionam-se à experiência de intrusão, que leva o indivíduo a reagir à realidade externa. Quando os cuidados maternos estão suficientemente bem adaptados às necessidades do bebê, este pode ser atendido e assim,

³² Safra acentua que a transicionalidade é faceta fundamental da condição humana (Safra, 2008).

“seguir existindo” (Winnicott, 1990, p. 148). Contudo, se a disponibilidade da mãe não estiver em comunhão às necessidades do bebê, seja por excesso ou falta, essa não-correspondência será vivida como uma intrusão e levará o bebê a reagir. Tal reação, não como fruto de um impulso próprio, mas como alteração reativa em função de uma mudança no ambiente, promove uma interrupção na continuidade do ser. E, enquanto o bebê está reagindo, ele não está sendo, existindo (Winnicott, 1990).

Trata-se de uma compreensão da relação entre criatividade e submissão nos estágios iniciais da vida que, na continuidade do amadurecimento, estará relacionada à possibilidade da criança poder se apresentar ao mundo e reconhecer-se em sua singularidade através do olhar do outro. Nesse sentido, para Winnicott, se a mãe está tendo condições de realizar bem sua tarefa de cuidar do bebê, está olhando para ele e aquilo com o que ela se parece está relacionado com o que ela vê ali. No entanto, nos casos em que a mãe não está em condições de dedicar-se suficientemente bem aos cuidados de seu bebê, o que ela reflete de volta é si mesma. Seu próprio humor e defesas, e, nessa situação, o bebê não pode receber de volta aquilo que está dando. O rosto da mãe, assim, não é um espelho. *“Eles olham e não vêem a si mesmos”* (Winnicott, 1975, p. 154).

Winnicott (1975) mostra que, nesses casos, a percepção toma o lugar da apercepção, a percepção toma lugar do que poderia ter sido o começo de uma troca significativa com o mundo e isso tem importantes consequências para o desenvolvimento emocional da criança.

Acentua que a submissão, quando prevalece enquanto forma de viver no mundo, traz ao homem um sentimento de inutilidade e associa-se diretamente à idéia de que nada importa e que não vale a pena viver a vida. O mundo, nessa situação, é reconhecido apenas como algo a que ajustar-se ou a adaptar-se.

Quando as condições não são ofertadas o ser humano perde a noção de si, haja vista a impossibilidade de estabelecer trocas significativas com o mundo. Quando os indivíduos não encontram no rosto da mãe e da família espelho para sentirem-se refletidos, e portanto reais,

podem, se atravessados pela esperança, procurar outros meios de obter algo de si de volta, a partir do ambiente (Winnicott, 1975).

Com Safra (2004), podemos compreender que na perspectiva de *Sobornost* cada ser humano está fundado, em registro ontológico, em seus contemporâneos, em seus ancestrais, em seus descendentes, na natureza, nas coisas (artefatos humanos), no mistério, e a fratura de qualquer uma destas facetas, ou mesmo sua redução a um registro diferente do ontológico (por exemplo sociológico ou psicológico), leva ao adoecimento do homem, não apenas nos estágios iniciais da vida, mas em qualquer momento de sua existência.

Especificamente para o ser humano visto por meio da criatividade originária, a questão fundamental que atravessa a existência é a possibilidade de não vir alcançar o ser que é, e “(...) *o terrível, nesta condição, é ver-se sempre avizinado pelo Nada. Nada, que é rosto do não ser, que ameaça o ser humano como a possibilidade de não vir-a-ser e com ausência de sentido*” (Safra, 2004, p. 59).

O gesto que não é acolhido pelo Outro joga o indivíduo no espaço sem fim, em agonias impensáveis³³; naquilo que não pode ser colocado sobre o domínio do gesto, ameaçando o ser humano com o não-ser.

3.2.4. Da situação clínica

Safra e Winnicott são bastante expressivos ao nos falarem que a posição que tomamos frente a questão da criatividade humana solicita clinicamente de nós uma postura ética com importantes peculiaridades.

Winnicott acentua que, na psicoterapia, é importante olhar para a criatividade do paciente como aspecto da vida e do viver total, e que a compreensão sobre o trabalho terapêutico pode ser ricamente auxiliada “*se nos interarmos de que a base do que fazemos é o*

³³ Safra (2009) utiliza o termo winnicottiano ‘agonias impensáveis’, enfatizando o seu caráter de infinitude. Seu caráter de ausência de tempo e espaço; cair para sempre; dor sem fim; desperar-se no espaço sem fim.

brincar do paciente, uma experiência criativa a consumir tempo e espaço, intensamente real para ele” (Winnicott, 1975, p. 75). E nesse sentido, pode-se pensar no processo terapêutico como uma forma altamente especializada do brincar, a serviço da comunicação consigo mesmo e com o outro.

A psicoterapia pode ser assim compreendida como a superposição de duas áreas do brincar, a do paciente e a do terapeuta, onde há a possibilidade de se introduzir enriquecimentos, com o terapeuta interessando-se pelos processos de crescimento e pela remoção dos bloqueios ao desenvolvimento do paciente. Nesse contexto, *“o brincar é essencial porque nele o paciente manifesta sua criatividade”* (Winnicott, 1975, p. 80).

Em consequência desse posicionamento, Winnicott (1975) nos adverte: quando o brincar não é uma possibilidade para o paciente, o terapeuta deve se ocupar dessa condição antes de que qualquer outro trabalho possa alcançar sentido. O trabalho deve direcionar-se no sentido de trazer o paciente de um estado em que não é capaz de brincar para um estado em que é.

Winnicott esclarece que, no campo terapêutico, podemos aplicar todos os pormenores a respeito do brincar de crianças aos adultos, apesar dessa descrição poder ficar dificultada quando o material aparece principalmente em termos de comunicação verbal. Porém, mesmo assim, podemos olhar a possibilidade de brincar nos adultos através da escolha das palavras, em suas inflexões de voz e também através de seu senso de humor. *“O brincar pode ser uma forma de comunicação na psicoterapia”* (Winnicott, 1975, p. 63).

No processo terapêutico visto pelo vértice da criatividade em Winnicott, mais do que explicações e interpretações, o que o paciente efetivamente precisa é de uma nova experiência, levando em conta a fidedignidade no ambiente especializado da relação com o terapeuta - elemento essencial que torna possível o relaxamento necessário para que as experiências criativas possam se manifestar.

Não haveria melhores palavras para traduzir o que Winnicott descreve neste sentido:

Psicoterapia não é fazer interpretações argutas e apropriadas; em geral, trata-se de devolver ao paciente, a longo prazo, aquilo que o paciente traz. É um derivado complexo do rosto que reflete o que há para ser visto. Tendo em mente que, se o terapeuta realizar esta tarefa suficientemente bem, o paciente descobrirá seu próprio eu (Self) e será capaz de existir e sentir-se real. Sentir-se real é mais que existir, é descobrir um modo de existir como si mesmo, relacionar-se com os objetos como si mesmo e ter um eu (Self) para o qual retirar-se, para relaxamento (Winnicott, 1975, p. 161).

Winnicott nos lembra, finalmente, que o brincar é universal e próprio da saúde humana, e que devemos estar atentos ao fato de que a terapia não é o único meio de se levar uma pessoa a brincar e viver criativamente. É importante compreendermos que o brincar por si mesmo, enquanto possibilidade de estado de transicionalidade, é um processo terapêutico, e isso em qualquer etapa da vida.

Safra, compondo esse campo de reflexão, assinala que o gesto criativo que possibilita o acontecer e o aparecimento do singular de si mesmo é *“elemento que só podemos testemunhar”* (2004, p. 61), o que pede do terapeuta uma postura ética muito importante.

Safra aponta para o valor de haver duas respostas subjacentes a qualquer tipo de intervenção ou interpretação, que correspondem a duas necessidades fundamentais do ser humano: *estética e ética*. No sentido de que *“é a resposta estética e ética que possibilita corroborar ontologicamente com o outro, pois no registro ético a resposta à presença da pessoa veicula esteticamente o reconhecimento, o consolo, a ajuda, a reflexão, o testemunho, a dignidade”* (Safra, 2004, p. 157).

Safra afirma que o gesto humano, quando encontra o reflexo especular fornecido pelo Outro, abre à pessoa a possibilidade de encontrar a si mesma e, ao mesmo tempo, ao outro, e que *“este fenômeno frequentemente vem acompanhado da experiência de encanto. (...) A experiência de encanto anuncia o emolduramento de aspectos fundamentais do self, que aguardam a possibilidade de vir-a-ser”* (Safra, 1999, pp. 38-39).

Para estarmos disponíveis a ofertar respostas estéticas e éticas é preciso posicionar-se em um estado de disponibilidade tal que, naquele momento, a dor ou experiência de quem fala deve tornar-se parte da própria realidade de quem escuta, *“vivida no registro da*

transicionalidade” (Safra, 2006, p. 143). E fazer do destino do outro o próprio, no registro transicional, implica em um posicionamento de humildade e altruísmo ontológicos - altruísmo compreendido como abertura para o Outro, numa posição em direção à transcendência ontológica, e humildade de deixar-se desfazer para que se possa ocupar do mundo apresentado pelo interlocutor, constituindo o que o autor denomina de *Comunidade de Destino*.

Estar em comunidade de destino é ser afetado nos diferentes registros, afetivo, empático, estético, discursivo e ético, pelas experiências vividas com o paciente. E o fenômeno da transferência, dentro desse enfoque, é compreendido como importante elemento para a apreensão do modo de ser e da maneira singular como cada pessoa é habitada e busca lidar com seu sofrimento existencial (Safra, 2006).

Serão, então, estes os referenciais teóricos que me acompanharão na análise do material que utilizarei nessa pesquisa, tendo como principal intuito refletir sobre o potencial terapêutico dos encontros entre os educadores terapêuticos e os meninos e as meninas em situação de rua na cidade de São Paulo.

Capítulo 4: Metodologia

4.1. O método

Estar aberto aos encontros com os meninos nas ruas da cidade exige um estado de disponibilidade peculiar. Muitas vezes somos atravessados por situações que precisam ser manejadas, para que se possa manter a atenção no contato que se está estabelecendo com eles. São inúmeros os fatores que compõem o espaço onde se dá esse encontro. E tudo isso pede disciplina na presença do educador, para que não distraia seu olhar, para que não deixe ofuscar seu principal objetivo, que é buscar oportunidades de contatos significativos com essas crianças e jovens.

Trata-se de um exercício de disciplina que constatamos também ser necessário para que as reflexões sobre as experiências vividas com os meninos possam, de alguma forma, alcançar o objetivo pretendido nessa dissertação, que é refletir sobre o potencial terapêutico dos encontros entre os educadores terapêuticos e as crianças nas ruas.

Encontrei na investigação fenomenológica um método que parece vir de encontro às necessidades colocadas pelo presente trabalho: propõe o rigor para a leitura das experiências vividas e atende à necessidade de reflexão sobre o que se passa *entre* educador e criança, compreendendo a dimensão intersubjetiva desse acontecimento.

Podemos compreender a fenomenologia “(...) *como reflexão sobre aquilo que se mostra, sobre um fenômeno*” (Ales Bello, 2006, p. 16). De acordo com essa corrente filosófica³⁴, entramos em contato com o mundo através das sensações, que são percebidas e registradas por nós. Temos uma série de atos ligados às sensações que nos permitem dizer muitas coisas referentes tanto ao mundo físico externo, como a nós mesmos e à relação entre nós e o mundo físico.

³⁴ Corrente filosófica cujo fundador foi Edmund Husserl na Alemanha no fim do século XIX. Podemos encontrar mais informações sobre o tema em Ales Bello (2006).

Distintos dos atos perceptivos, temos os atos da consciência e, entre eles, há o que podemos chamar de entropatia. O ato da entropatia se distingue da percepção, da recordação, da imaginação, da fantasia. É um ato *sui generis* que me permite, frente a outro ser, reconhecer de súbito que aquela pessoa que está à minha frente é um ser humano, alguém semelhante a mim. Enquanto vejo alguém, tenho ao mesmo tempo percepção e entropatia, percepção e apreensão de que é um ser humano. E essa primeira apreensão não é nem de simpatia, nem de antipatia - que já estas podem ser consideradas como reações psíquicas. É através da experiência de entropatia que temos a possibilidade de contato com o outro, embora, do ponto de vista experiencial, sempre vivemos junto com outros, num contexto humano. *“É através da entropatia que entramos num mundo intersubjetivo. Com o ato de entropatia compreendemos que estamos junto a outros como nós, esta é a dimensão intersubjetiva constitutiva da pessoa”* (Ales Bello, 2006, p. 50).

Registramos as coisas do mundo através da nossa capacidade intuitiva de dar-mo-nos conta das coisas³⁵. Registramos e temos consciência³⁶ - um primeiro nível de consciência, que deve ser distinguido de um segundo grau, relacionado aos atos reflexivos ou espirituais. E a consciência que temos dos atos é chamada de vivência.

As vivências (ou o vivido), segundo AmatuZZi (2008), indicam as reações interiores que se apresentam como resposta pessoal àquilo que nos acontece³⁷, antes mesmo que tenhamos refletido e elaborado conceitos; trata-se da experiência imediata; daquilo que sentimos diretamente, para além das mediações pensadas; para além das minhas escalas de valor.

³⁵ Este “dar-se conta” está diretamente relacionada à idéia de que os seres humanos, enquanto condição originária para orientar-se, buscam naturalmente os sentidos das coisas; tem a necessidade de compreender o significado das coisas que se apresentam a ele.

³⁶ *“A consciência não é um lugar físico, nem um lugar específico, nem é de caráter espiritual ou psíquico. É como um ponto de convergência das operações humanas, que nos permite dizer o que estamos dizendo ou fazer o que fazemos como seres humanos. Somos conscientes de que temos a realidade corpórea, a atividade psíquica e uma atividade espiritual e temos consciência de que registramos atos”.* (Ales Bello, A, 2006, p.45-46)

³⁷ Nessa dimensão, AmatuZZi (2008, p.54) dá ênfase ao fato de estar referindo-se à “nossa” reação, em contraposição a uma postura objetiva e neutra, acentuando que trata-se da *“(...)nossa reação interior àquilo que nos acontece e não simplesmente àquilo que acontece. A diferença é justamente a conexão com nosso eixo pessoal.”*

Podemos dizer que uma pesquisa psicológica de inspiração fenomenológica procura refletir sobre o sentido de algo que se mostra a alguém, ou seja, o sentido de um fenômeno. E para tal investigação, o vivido, na maioria das vezes, revela-se como o “(...) *melhor guia para as nossas ações e pensamentos do que concepções e idéias construídas mais ou menos artificialmente*” (Amatuzzi, 2008, p.53).

Amatuzzi (2008) afirma que voltar ao vivido não significa, em hipótese alguma, negar as elaborações que podemos fazer a partir dele. Significa colocá-las provisoriamente em suspenso, para revê-las depois, à luz daquilo que foi vivenciado. Explica que é como deixar de lado tudo aquilo que se coloca em cima do que é primeiro, para voltar à pureza original, para permitir que essa pureza original dê vida a tudo o que se segue a ela, corrigindo distorções, esclarecendo a relatividade das elaborações. O percurso de uma pesquisa fenomenológica consiste em substituir sua significação contextual imediata pela significação de contexto trazido pelo pesquisador dialogicamente.

A pesquisa, nessa dimensão, é um pensamento que se desdobrou como uma reflexão, pondo-se deliberadamente e sistematicamente a olhar para os pensamentos primeiros, que expressam o vivido originariamente.

Uma pesquisa psicológica de inspiração fenomenológica não se encerra com a afirmação de um fato, mas com a afirmação de uma possibilidade de compreensão que se estende para além dos sujeitos estudados naquela amostra. Segundo Holanda (2003) “*a pesquisa fenomenológica é basicamente uma pesquisa de natureza*” (p.19). Ela pretende dar conta do que acontece pelo clareamento do fenômeno, construindo uma compreensão de algo.

Vale finalmente ressaltar a consonância entre o método de investigação utilizado e a postura ética-clínica dos autores que referenciaram as reflexões. Observamos que tanto Donald Winnicott como Gilberto Safra enfatizam a importância da apreensão do idioma pessoal e de cada movimento que acontece na relação com o outro para que possamos contribuir ontologicamente com quem nos relacionamos, tal como refletido no capítulo 3.

4.2. O Diário de Campo e os Relatórios Institucionais

A reflexão e a discussão dos casos e das experiências vividas sempre tiveram um lugar fundamental para o desenvolvimento do trabalho no Projeto Quixote. Trabalhamos com crianças e jovens que, de diferentes formas, são marcadas por inúmeras vivências de violência e vulnerabilidade, o que, também por isso, inevitavelmente nos afeta numa exigente intensidade. Somos constantemente convocados a compreender e nos posicionar diante de complexas demandas e situações. E, nessa realidade cotidiana, o espaço para refletir, trocar experiências, se expressar, ganha lugar de excelência tanto para pensar nas necessidades fundamentais de cada criança quanto para cuidar da saúde da própria equipe.

Em minha experiência como educadora terapêutica, encontrei na escrita um fecundo recurso para lidar com inquietações, ansiedades e necessidades de buscar sentido para uma série de vivências do dia a dia.

Pouco tempo depois do início de minha atuação, passei a escrever o que vinha vivendo, em uma qualidade de registro que guarda as especificidades do que denominamos diário de campo.

Neste, procurei registrar os encontros vividos o mais próximo possível da data de sua ocorrência. E, em termos de conteúdo, tratam-se, na grande maioria das vezes, de registros de natureza descritiva, geralmente contendo impressões, sensações despertadas e reflexões preliminares acerca do que se passava.

Além do diário de campo (elaborado no período em que atuei como educadora terapêutica) e minha memória sobre o trabalho, utilizarei como sustentação empírica para este estudo alguns relatórios institucionais de outros educadores que, a partir da descrição de suas experiências, contribuíram de maneira expressiva para a compreensão do fenômeno em questão.

Quanto a esses relatórios institucionais, faz-se importante esclarecer que são materiais produzidos pela equipe de educadores terapêuticos, que mensalmente são convidados a memorar, descrever e, mediante interesse ou necessidade, refletir sobre as experiências que tenham sido significativas para si durante aquele mês de trabalho.

Justifico a utilização dos relatórios institucionais³⁸ por considerar que, em algumas ocasiões, outros companheiros de equipe conseguiram ser tão claros e precisos na descrição de importantes fenômenos que compõem este campo de investigação que acrescentaram e enriqueceram o estudo proposto.

4.3. Procedimentos

Com o intuito de refletir sobre o potencial terapêutico dos encontros entre educadores terapêuticos e as crianças e adolescentes nas ruas da cidade de São Paulo, a partir de minha experiência como educadora, entrei em contato com meu diário de campo e os relatórios institucionais, em busca de relatos sobre experiências intersubjetivas.

Foram então estruturados eixos temáticos (facetas) expressivos do fenômeno investigado, tal como se revelaram em minha experiência e contato com o material. Cada eixo temático está fundamentalmente sustentado por vinhetas clínicas (trechos do meu diário de campo e de relatórios institucionais) que contemplaram vivências intersubjetivas e que, na sequência, serão refletidas clínico-teoricamente a partir das noções de criatividade e clínica de Donald Winnicott e Gilberto Safra, apresentadas no capítulo 3.

Para que o material – enquanto registro do vivido – possa ser adequada e eticamente tratado, AmatuZZi (2006) afirma que é necessário estarmos cientes de que não podemos ter acesso direto ao vivido, já que ele é sempre acompanhado de alguma significação. E, em função disso, faz-se necessário percorrer certo caminho, para que as experiências vividas possam chegar a dar sustentação consistente às reflexões propostas.

³⁸ Apesar de ter uma natureza distinta do diário de campo, a utilização dos relatórios institucionais para sustentação empírica deste estudo se justifica enquanto depoimento do vivido. O depoimento não é sempre a manifestação direta e imediata do vivido. Às vezes o sujeito recorre à memória. E, na leitura de um depoimento, devemos levar em conta a elaboração que pode ter sido acrescida pela memória. A base para afirmar que um depoimento é expressão do vivido, embora indireta, é que o fluxo da consciência no tempo não se dá de forma entrecortada e justaposta, pois há uma continuidade. Essa é a função da memória. Os significados vividos dão continuidade à experiência imediata e se constituem em desdobramentos do vivido. Justifica-se então, segundo AmatuZZi (2008) que se colham depoimentos baseados na memória.

De acordo com Amattuzzi (2006) o vivido torna-se vivido para alguém a partir da inscrição mínima na consciência. Esclarece que essa inscrição na consciência é duplamente determinada: pela influência (a) dos modelos de pensamento e linguagem que existem no contexto sócio-cultural e também (b) da história pessoal e individual do sujeito. E é com essa inscrição (vivido constituído) que podemos entrar em contato com o vivido.

Em função dessas determinações, o autor orienta que na pesquisa psicológica de inspiração fenomenológica o pesquisador deve procurar inicialmente dizer este significado do vivido para o sujeito³⁹ (imerso às suas determinações), para posteriormente, por um trabalho de abstração intelectual, ir se desprendendo do contexto concreto do sujeito, em busca de seu significado mais geral. Significado este que aparece no contexto mais amplo da existência humana, naquele aspecto que está sendo problematizado pelo pesquisador.

4.4. Considerações éticas

Serão apresentadas vinhetas clínicas de experiências vividas pela pesquisadora, bem como de outros profissionais da equipe, de modo a preservar todos os dados de identificação, garantindo o sigilo ético e a não exposição das crianças, adolescentes e educadores envolvidos.

Quanto à utilização dos relatórios institucionais, há autorização institucional para serem utilizados, bem como todos os educadores que tiveram algumas das suas experiências relatadas neste estudo, foram previamente consultados e aceitaram ter suas descrições inclusas.

³⁹ Para o autor, lemos o vivido entrando em contato com as suas manifestações, que se expressam corporalmente e por meio de ações que interferem no mundo.

Capítulo 5: De mochila nas costas, ganhando as ruas

5.1. As ruas dos meninos

Iniciar o trabalho como educadora terapêutica foi conhecer de novo o centro da cidade de São Paulo. Eu nunca havia sido uma frequentadora do centro da minha própria cidade, até iniciar o trabalho no Quixote. Conhecia algumas regiões centrais apenas de andanças, quando pequena, com minha bisavó, que ainda tinha lá referências de boas lojas e comércio, e, um pouco mais tarde, passei a frequentar alguns pontos específicos como a Catedral da Sé, Teatro Municipal, Sala São Paulo ou Feira da República.

De toda forma, começando esse novo trabalho, sem dúvida passei a conhecer um novo centro: um centro da cidade habitado por crianças e adolescentes que, por razões complexas, através de longos e sofridos processos de desenraizamento⁴⁰, deixam suas comunidades em bairros pauperizados e muito distantes do centro e chegam a ele, gradativamente elegendo-o como lugar privilegiado para convivência, sobrevivência e constituição de elementos identitários, às vezes por significativos períodos da vida.

Após um breve período de capacitação, conversando e acompanhando o cotidiano de parceiros da rede que também desenvolviam o trabalho de abordagem de rua, compreendemos que, para iniciar o nosso trabalho, as principais regiões de atuação deveriam contemplar o Vale do Anhangabaú, imediações do Teatro Municipal, Praça da República, Av. Amaral Gurgel, Praça da Sé e bairro da Luz, enquanto principais lugares de permanência das crianças. Então, de mochilas nas costas, em duplas ou grupos maiores, passamos um período circulando por todos esses espaços, buscando nos familiarizar com nosso novo “ambiente de

⁴⁰ Simone Weil (1943, p. 347) assinala que o enraizamento é *“talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. E uma das mais difíceis de definir. Um ser humano possui uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certo pressentimento do futuro”*. Quando a experiência de enraizamento não é permitida, o desenraizamento correspondente traz a vivência de ruptura e desagregação, em graus variados.

trabalho”, até nos dividirmos em duplas e passarmos a referenciar certas regiões mais efetivamente.

As impressões iniciais vinham todas juntas e misturadas. Via crianças e jovens que fazem das calçadas e praças públicas local de dormida e convivência; que alimentam-se das comidas que são ofertadas ou pedidas aos transeuntes e comerciantes; que vestem-se com roupas ofertadas nas próprias ruas ou adquiridas através dos projetos de assistência pelos quais circulam; consomem variados tipos de droga (cola, thinner, crack, maconha); mantêm sistemático e truculento contato com policiais; entretêm-se com atividades ofertadas nas próprias ruas pelos projetos; e, na relação com a população, oscilam entre situações de mendicância e prática de pequenos furtos, como meio para obtenção de certa quantia monetária.

Mas, aos poucos, o olhar foi ‘acalmando’, e emergindo então a percepção de que, para além de uma dinâmica de “viração”⁴¹ comum a todas as crianças e adolescentes nessa condição de vulnerabilidade, o estar nas ruas no centro da cidade de São Paulo oferta uma infinidade de possibilidades e diferentes exigências.

Como educadora terapêutica, o caminhar cotidiano foi deixando mais claro, por exemplo, que, em função da região em que a criança ou adolescente se encontra em determinado momento de sua circulação pelo centro da cidade, emergem distintas regras de convivência, diferentes formas de lidar com os atores da cidade, usos de diferentes drogas e

⁴¹ “Viração é um termo coloquial empregado para designar o ato de conquistar recursos para a sobrevivência. (...) Os meninos de rua se viram, o que significa, em muitos casos, se tornarem pedintes ou ladrões ou prostitutas ou “biscateiros”, ou ainda se comportarem como menores carentes nos escritórios de assistência social. Para eles, a viração contém em si algo mais do que mera sobrevivência, embora seja seu instrumento. Há uma tentativa de manipular recursos simbólicos e “identificatórios” para dialogar e se posicionar, o que implica a adoção de várias posições não excludentes(...). Nesse sentido é uma noção que surge, mais do que o movimento – que é dinâmico e constante-, uma comunicação persistente e permanente com a cidade e seus vários personagens. (...) Assim, a viração na rua não se vincula apenas à aquisição de bens para a sobrevivência imediata, ela pode fornecer, sobretudo, relações e interações entre parceiros.” (Gregori, 2000, p. 31)

diferenças quanto aos cuidados com o corpo; assuntos que detalharei um pouco mais no próximo item desse mesmo capítulo.

As andanças também foram revelando a existência de diferentes ofertas de atendimento para os meninos nas próprias ruas da cidade: projetos com uma tônica mais assistencialista-religiosa; uns mais lúdico-pedagógicos; outros ainda voltados para os cuidados com a saúde, oferecendo curativos e cortes de cabelo e unha. Há ainda Agentes Comunitários da Família (ACFs⁴²), em busca daqueles que precisam de atenção médica, e profissionais da Secretaria de Assistência, cadastrando e ofertando abrigo. Tratam-se de distintos trabalhos, cada qual alcançando diferentes crianças e jovens, ou, algumas vezes ainda, alcançando os mesmos meninos em diferentes momentos de sua 'estada' na rua. Também encontramos nas ruas crianças e jovens que não são alcançados por nenhum destes trabalhos, ao menos até agora.

Descobri também a existência dos CRECAS⁴³, das casas de assistência que ofertam alimentação e banho em dias específicos da semana, das clínicas de recuperação para dependentes químicos, compondo uma rede de atendimento que praticamente todas as crianças conhecem e, na maioria das vezes, utilizam para a satisfação de necessidades mais imediatas, como, por exemplo, aguardar a cicatrização de um machucado ou "dar um tempo do crack", voltando a circular pelas ruas pouco tempo depois.

Existem crianças e jovens que dormem nas calçadas centrais da cidade ao longo do dia, outros que procuram um local mais protegido à noite. Crianças e jovens que andam mais em pequenos grupos; outros são mais solitários. Alguns preferem pagar pelo próprio almoço, outros conhecem os melhores pontos para pedir. Crianças e jovens que estão há pouco tempo na rua, outros que já estão há anos circulando pelas calçadas do centro.

⁴² Os ACFs são profissionais ligados ou às Unidades Básicas de Saúde ou às Unidades Básicas de Saúde da Família que circulam pelas ruas e visitam as residências da região, orientando os moradores quanto a questão da prevenção de doenças e dimensionando a importância de cuidados médicos em casos específicos.

⁴³ Os CRECAS (Centros de Referência da Criança e Adolescentes) são equipamentos previstos pela política pública da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, que têm a função de promover o abrigo provisório das crianças e adolescentes em situação de rua.

A grande maioria das crianças e jovens que vivem nas ruas têm famílias⁴⁴; sabem chegar sozinhos em casa e os responsáveis, na grande maioria marcada mais efetivamente pela figura da mãe, sabem onde estão seus filhos. Encontramos nas ruas crianças que mantêm um movimento de idas e vindas para casa, revelando que, mesmo os vínculos estando esgarçados, estes normalmente não chegam a se desfazer por completo pela vivência de rua; outras já há tempos interromperam seus vínculos familiares, e outras ainda que, desde o nascimento, já encontraram nas ruas a principal referência de morada e contexto de desenvolvimento pessoal.

Tal multiplicidade de formas de se estar nas ruas marca significativamente a importância do atendimento personalizado e singular que deve ser desenvolvido pelo trabalho do Educador Terapêutico. Porém, mais do que isso, evidencia as diferentes realidades vividas pelas crianças e adolescentes que se encontram nessa situação na capital paulista. Diferenças marcadas pelas razões que motivaram a interrupção dos vínculos familiares e comunitários cotidianos, desdobrando-se na manutenção ou não de alguma forma de contato com os familiares e, na perspectiva da rua, manifestando-se nas formas “escolhidas” para viver nos espaços públicos urbanos.

Assim, de estrangeira, gradativamente passei a me sentir uma visitante diária das ruas. Aquelas crianças que a princípio tinham para mim a mesma feição e o mesmo sexo, foram, gradativamente, revelando rostos, nomes e histórias. Foram deixando ser apenas jovens em situação de rua e, a partir dos contatos, apresentando-se como Walters, Amandas, Jaimes e Sílvios em situação de rua.

Valter saiu de casa por não aguentar mais conviver com a ambigüidade da mãe em relação aos seus cuidados em função de suas crises psicóticas; não fala com a família há três anos e, na rua, permanece na Amaral Gurgel, fazendo uso de crack. Amanda foi para as ruas em razão de ter sido abusada pelo padrasto e não ter podido contar com a proteção da mãe, que ‘preferiu’ acreditar na inocência de seu companheiro; visita e fala com a mãe constantemente, e permanece na região da República, fazendo um intenso uso de thinner. Jaime encontrou na

⁴⁴ Apresentarei algumas das características dessas famílias mais adiante, no capítulo 6.

vida de rua uma forma de cessar as surras que levava do pai, que constantemente chegava em casa embriagado; seu pai é convocado frequentemente pelos serviços por onde Jaime passa, e, na rua, quando não está nos serviços de assistência ou abrigo, fica pelo Vale do Anhangabaú, cheirando cola. Sílvio não suportou mais acompanhar de tão perto o sofrimento depressivo da mãe; não sabe da família e fica no farol da Praça Princesa Isabel fingindo-se de aleijado para conseguir alguns trocados para garantir o uso do crack.

5.2. Provisoriedade como ‘marca’ do viver nas ruas

Depois de aproximadamente três meses de trabalho, escrevi o seguinte diário de campo:

“No Vale do Anhangabaú, por exemplo, se comparado ao que acompanhamos em outras regiões, as crianças parecem sempre muito disponíveis para conversar, desenvolver atividades e jogos lúdicos. Por ali concentra-se a grande maioria dos projetos. Percebemos que, por lá, elas podem experimentar dias um tanto animados, preenchidos por atividades como lona lúdica, pagode, projetos volantes de teatro. As crianças e adolescentes permanecem mais ou menos juntos e os grupos, se é que podemos chamá-los assim, são essencialmente infanto-juvenis. Raramente vemos adultos convivendo com as crianças durante o dia. Sabemos, porém, da existência de adultos de rua (os “paizões”) e do mocós, que dão suas caras e abrigo no cair da tarde e início da noite. No vale, a droga predominante é a cola.

Já na região da República, podemos encontrar grupos mais heterogêneos – adultos convivendo com mais facilidade junto às crianças e jovens ao longo de todo o dia. Nosso público por ali são, em sua grande maioria, jovens. E, na relação com estes, dá pra sentir uma organização de grupo um pouco mais estruturada. Sentimos que ali aparece com mais clareza a idéia de pai e mãe de rua, com adolescentes mais velhos cuidando e administrando o cotidiano dos mais novos. Faz-se uso mais preponderante de thinner. No entanto, já encontramos muitos jovens que fazem uso do crack por ali também. Porém, o que se vê é que essa droga nunca é utilizada nas proximidades de onde ficam. Normalmente os usuários de crack dali vão até a cracolândia, fumam suas “pedras” e voltam. Às vezes, permanecem por alguns dias na cracolândia fazendo um uso mais intenso do crack, mas retornar para a República significa não usar crack, pelo menos enquanto se está por ali, e isso é exigido pelo grupo.

Na Praça da Sé vivemos outras peculiaridades. Por lá encontra-se crianças e jovens em situações muito diversas, mais sozinhas e geograficamente distanciadas umas das outras. Algumas são usuárias de crack e buscam na Sé, durante o dia, refúgio para o sono; outras vivem aliciados pelo tráfico; algumas jovens fazendo programas, outras tuteladas por um pai de rua... Trata-se de uma região onde também encontramos muitos adultos e famílias em situação de rua e, por esta razão, por ali se testemunha um alto consumo de bebidas alcoólicas também. Sempre comum ver crianças bastante pequenas com seus pais, que, muitas vezes, fazem de suas carroças abrigo para os filhos contra sol, chuva... As situações por ali são variadas, bem como as drogas que compõem este circuito de sociabilidade.

Trabalhamos também na região da Av. Amaral Gurgel. Lugar poluído, de grande circulação de automóveis. Sob o viaduto, ocupando dois diferentes lugares, de um lado permanecem os adultos, a “cozinha” e um pequeno espaço mais reservado, para o consumo de crack. Na calçada mais central (que divide as duas pistas da Av. Amaral Gurgel), permanecem as crianças e adolescentes, fazendo uso de thinner. Uma convivência que pressupõem respeito a regras.

Já na cracolândia (como o próprio nome indica, espaço privilegiado na rua para o consumo do crack), o que vemos em nossas andanças é muito assustador. As crianças e adolescentes estão sempre “muito sujos e magros, vestidos com farrapos, enrolados em cobertores, deitados pelas calçadas, confundindo-se com a rua” (Guimarães, 2007, p. 06). Por ali, dorme-se no mesmo lugar em que se come; usa-se droga no mesmo local onde se faz necessidades fisiológicas. Percebemos que as crianças e adolescentes, quando não estão usando a droga, permanecem mais sós ou em grupos muito pequenos (de no máximo três). Os encontros entre eles (se é que podemos chamar o que se dá de encontro) acontecem durante o tempo em que fazem uso do crack. Amontoam-se em cantos das calçadas e, quando acabam-se as pedras dispersam-se os agrupamentos, que não demoram para voltar a se formar. O contato entre os educadores e as crianças nessa região sempre é muito mais difícil; difícil conversar ou partilhar atividades lúdicas, pois, quando acordadas, geralmente estão fazendo seus corres para conseguir mais drogas ou estão na “nóia”. Para se conseguir estabelecer um vínculo ali é necessária muita persistência... passar pelo mesmo local várias vezes e dias” (Diário de campo, fevereiro 2007).

No começo do trabalho, essa era, mais ou menos, a forma como eu e a maioria dos colegas de equipe compreendíamos configurarem-se os territórios em que passávamos grande parte de nosso tempo de trabalho. Para nós, naquele precoce momento do trabalho, tratavam-

se de espaços e sociabilidades mais ou menos fixos, através dos quais as crianças circulavam, submetendo-se às diferentes regras de cada contexto a cada momento de estada neles.

No entanto, com o passar do tempo, acompanhamos que tais ‘configurações’ foram gradativamente sofrendo mudanças, na maioria das vezes diretamente associadas às mais diversas intervenções públicas, como reformas, o aumento de policiamento, períodos de eleição, etc.

Num determinado momento, a colocação de câmeras nas imediações do Viaduto do Chá pela Segurança Pública acabou por migrar as crianças e jovens que permaneciam no Vale do Anhangabaú para espaços de menor exposição e controle, como o viaduto da Avenida 23 de Maio e Praça do Redondo. E o subsequente início de reformas na Praça da República, dispersou a população para a região da Praça Roosevelt e imediações do viaduto 9 de Julho (região da redação do jornal Estadão).

Nessas migrações passamos a encontrar garotos que havíamos conhecido em regiões distintas convivendo juntos por algum período, enquanto ficamos sem notícias de outros com os quais alguns dos primeiros se relacionavam anteriormente. O consumo de thinner passou a ser mais indiscriminado, atingindo também os garotos que até então havíamos visto fazendo uso mais abusivo apenas da cola.

Passado mais algum tempo, fomos gradativamente deixando de encontrar crianças e jovens sob o viaduto da Avenida Amaral Gurgel e passamos a observar uma maior presença deles numa praça de ligação entre as avenidas Paulista e Doutor Arnaldo. Alguns pontos do bairro da Liberdade também se configuraram como território para os meninos durante uma fase do ano passado, descaracterizando-se meses depois. E com as constantes e polêmicas intervenções públicas na região da Luz, também fomos acompanhando uma “pulverização” da cracolândia para vários outros espaços do centro. A Praça da República, por exemplo, no auge de uma das operações, foi palco de uma grande concentração de pessoas utilizando crack. No entanto, a comoção pública logo tratou de empurrá-los para espaços de menor visibilidade.

Tentando acompanhar essas vertiginosas andanças, fomos dando-nos conta de que as crianças circulam pelos diferentes espaços de sociabilidade, que, por sua vez, também circulam pela geografia do centro, sempre reconfigurando novas sociabilidades efêmeras.

A circulação na rua é constante. As crianças e jovens dificilmente se fixam a um lugar, assim como não estabelecem relações mais permanentes. Eles relacionam-se com os lugares e as pessoas sempre de modo apressado, sempre de passagem. E isso tudo, sem considerar os constantes movimentos que fazem de idas e vindas entre suas casas, as instituições e as ruas.

Gregori (2000) nos explica que, de fato, a questão da circulação não é um mero detalhe, mas sim elemento constitutivo no estilo de vida das crianças e adolescentes nas ruas, como um importante suporte de sobrevivência na instabilidade.

Capítulo 6: Encontros e Desencontros

6.1. Desencontros

Comecei a escrita da primeira versão deste capítulo descrevendo algumas situações de encontros vivenciadas com as crianças, com a intenção de trazer alguma idéia sobre como se dão esses *acontecimentos* entre os meninos e os educadores terapêuticos no universo das ruas do centro da cidade de São Paulo. No entanto, enquanto descrevia, dei-me conta da necessidade de dar um passo atrás; percebi a importância de, antes de adentrar nesse campo de experiências, situar o quanto esses acontecimentos não são fenômenos simples, não se dão naturalmente, pela mera presença simultânea do menino e do educador terapêutico na rua.

Uma infinidade de razões pode marcar a configuração (ou não) de um encontro. Várias vezes as crianças não estão disponíveis para um contato e, não podemos negar, há vezes ainda que, por alguma razão, não é possível ao educador acolher o gesto de uma criança em determinado momento.

Como descrevi anteriormente, viver circulando é tarefa necessária de sobrevivência na rua. Isso exige que as crianças estabeleçam diferentes contatos com os variados atores que compõem o universo do centro da cidade, dependendo da necessidade que se faz presente num determinado momento. A fome, por exemplo, pede pelo contato com os transeuntes ou comerciantes locais na busca de conseguir o que comer. O frio e a chuva pedem por espaços mais abrigados, muitas vezes compartilhados com outras crianças e jovens. A necessidade de proteção, por sua vez, pede pela associação a uma figura de liderança ou um 'pai de rua'. As aventuras pedem o grupo. Os truculentos contatos com a polícia deixam as crianças em estado de alerta e mais receosas a qualquer espécie de aproximação. E a utilização de drogas exige a relação com traficantes e todo um circuito de proteção para os momentos de maior 'brisa' (entorpecência).

Nós, educadores terapêuticos, aparecemos como uma das possibilidades de encontro, fazendo parte desse circuito, muitas vezes concorrendo com as vantagens proporcionadas pelos contatos efêmeros, pelas drogas, que se encaixam como uma luva para atender ao imediatismo que impera na vivência de rua. Andamos pelas ruas nos ofertando e buscando por nossa “clientela”, concorrendo com tudo isso e, muitas vezes, aguardando o tempo necessário para cada criança permitir uma aproximação.

Mas é importante marcar que não são apenas as limitações colocadas pela circulação vertiginosa da rua e o tempo pessoal de cada criança que determinam as possibilidades dos encontros nas ruas. Não poderia também deixar de lembrar que a disponibilidade do educador é campo que merece muita atenção no trabalho que desenvolvemos.

Ao falarmos sobre a disponibilidade do educador terapêutico, estamos inevitavelmente tratando de sua abertura para receber as comunicações e compartilhar momentos com crianças. E, no trabalho que realizamos, é um estado de disponibilidade que está, invariavelmente, atravessado pela possibilidade de ouvir a narrativa de vidas marcadas por abandonos, rupturas, maus-tratos, negligência e violência física e psicológica. É impossível não sermos afetados pelo que vivemos com eles ou pelas histórias que nos trazem. É necessário respeitar o quanto é suportável se aproximar da dor do outro e dimensionar também o que de fato é possível abarcar e oferecer.

Trata-se de uma abertura que precisa ser favorecida e sustentada pela instituição e equipe com quem o educador trabalha, enquanto lugar para o qual ele possa voltar, ser acolhido e ter companhia para elaborar e buscar dar sentido para as intensas experiências vividas. Supervisões e reuniões diárias mostram-se como imprescindíveis suportes nesse sentido, como discutirei mais adiante (no capítulo 7).

Diante de todos estes fatores, um encontro entre a criança e o educador parece emergir da possibilidade de intersecção de dois campos de disponibilidade, do educador e da criança, num dado momento, em que ambos estão num estado de abertura, pelo menos mínimo, para que uma experiência de troca significativa possa ocorrer.

Os encontros acontecem quando há a comunhão entre crianças arriscando-se a fazer comunicações e educadores em abertura para receber, deixar-se afetar e poder colaborar *eticamente*.

Como nos fala Safra (2004, p. 62):

No momento em que uma criança dirige-se a alguém, se há uma comunicação, mesmo que silenciosa, haverá uma realização, mas, por outro lado, se o Outro não é alcançado, há uma experiência de queda e solidão infinita. Todo gesto é uma ousadia, que implica em risco.

Mas apesar de todas essas dificuldades que a rua e as próprias limitações humanas impõem, podemos dizer que felizmente acontecem encontros entre as crianças e os educadores terapêuticos (ETs).

6.2. Encontros

Os encontros entre as crianças e os educadores terapêuticos (ETs) acontecem das mais variadas formas.

Muitas vezes ocorre do educador e a criança “interessarem-se” um pelo outro quando estão num grupo maior, geralmente quando a equipe chega a uma determinada região de referência e, a partir do desenvolvimento de uma atividade mais coletiva, de maneira não intencional, acabam por partilhar uma brincadeira, um jogo ou uma piada e dali um campo maior de proximidade se configura.

Também não são raras as vezes em que os educadores chegam numa região e, a partir de uma proximidade com as crianças que estão lá naquele momento, observam interesses diferentes e acabam por se disponibilizarem mais individualmente, um lendo história para João, outro jogando xadrez com Pedro, outro colorindo com Wesley.

Outras vezes o educador é convocado para um encontro, antes mesmo que tenha voltado a sua atenção para a criança. Ela se dirige ao educador, investe num contato, através de

um pedido de material para colorir, solicitando companhia para cuidar de uma dor ou fazer uma ligação para casa.

Às vezes ainda, o contato permanece por significativo tempo, numa troca de olhar ou um cumprimento de longe, ora gestando a possibilidade de uma aproximação maior, ora evidenciando-se como o limite possível de contato para essa dupla.

Quando comecei o trabalho no Quixote, havia uma frase que ouvia quase diariamente daqueles que já trabalhavam com crianças e adolescentes em situação de risco há tempos, nos momentos de supervisão e capacitação, quase como um ‘mantra institucional’: “Não atender ansiosamente às demandas ansiosas”.

Tratava-se de uma frase que buscava nos alertar sobre um cuidado, de nossa parte, para não sermos capturados pela atmosfera de urgência que a rua impõe, onde impera o imediatismo, o aqui e agora, com sucessivas demandas que normalmente descaracterizam-se pouco tempo depois.

Instigada, mas um tanto ainda sem saber sobre o que versava efetivamente, carregava essa frase comigo durante minhas andanças pelas ruas, buscando refletir sobre seu sentido a partir do que ia experimentando nesse tão novo universo para mim.

Contudo, conforme fui habitando mais as ruas e me encontrando com as crianças, não demorou para que as ‘demandas ansiosas’ passassem a me atravessar, reverberando numa série de questionamentos: como não atender urgentemente às solicitações de crianças em situações tão emergenciais? Como não tentar convencer uma criança de que um abrigo, por pior que fosse, era melhor do que ficar naquelas ruas tão violentas? Como não atender ao pedido de R\$1,00 (um real) de uma criança que me diz estar com fome? Como esperar Janaína manifestar vontade de cuidar de um machucado, quando estamos vendo que seu dedo está cada vez mais inflamado? Difícil respeitar Eduardo, com apenas 10 anos de idade, que não quer sair da rua e ficar exposto a todas as formas de violência junto à sociabilidade da cracolândia.

Questionamentos que pareciam querer traduzir o impacto do encontro com as situações de abandono e vulnerabilidade a que as crianças ficam expostas pelas ruas do centro da cidade. Vontade de fazer algo rápido. Desejo de interferir de forma imediata. Difícil segurar a vontade de interferir urgentemente sobre a violenta situação de testemunhar crianças abandonadas à própria sorte pelas ruas, a mercê de todas as formas de violência e exploração. Crianças cinzas, apagadas, à margem da condição humana. Infâncias impedidas, sonho de futuro anestesiado, às custas de um uso abusivo de drogas.

Urgência, ansiedade, necessidade, emergência. Sentimentos recorrentes no trabalho que realizamos, mas que precisam ser acolhidos e digeridos sistematicamente pela equipe, para que não desviem o nosso olhar sobre o que realmente pode contribuir no encontro com uma criança nessa condição.

Se ficarmos detidos nesses sentimentos primeiros, corremos o risco de ter atitudes assistencialistas (doando bens imediatos) ou incorrer em posturas mais educativo-doutrinárias, em ambas, ofertando aquilo que supostamente acreditamos faltar ao outro.

Faz-se importante poder atravessar esses sentimentos para que possamos ir ao encontro do Outro, deixando emergir aquilo que efetivamente se faz necessário para ele. O que nos contam as crianças sobre suas necessidades? Não apenas isso, como também atender o que se impõe de forma terapêutica, ética.

Vejamos o que nos diz Maurício sobre isso, a partir do relato da educadora com quem se encontrou:

“Num desses encontros conheci Maurício, novo pra mim, mas já conhecido pelos outros. Tímido e travesso, com uma roupa séria (camisa e calça “de crente” como diz) passou espiando na saída do metrô do Vale [do Anhangabaú], quando chamamos. Começamos a conversar e ele conta, com um tom meio grandioso, das aventuras. O rolê não sei aonde; do dia em que subiu em um viaduto para lançar aviões de papel nos carros, assustando as pessoas; do amigo que fazia aviõezinhos na escola; os modelos dos aviões: aqueles que iam longe, os que iam rápido,

os que eram pontiagudos. Da lembrança, vem o convite, e ficamos então, ele, eu, Olavo, Beto e Wilson⁴⁵, fazendo aviões de papel.

A brincadeira vira corrida, competição, experimentações “será que dá pra colocar esse pequeno pra voar junto com o outro?”, as dicas “tia, aponta pra luz daquele poste que voa melhor! Joga mais forte!” “Olha o meu está fazendo curva!”. Todo mundo pegando folha sulfite, de caderno. A gente também lembrando: do amigo que fazia avião daquele jeito, do modelo que fazia quando era pequeno. Chegam outras crianças, que começam a conversar, a desenhar com o Olavo. Mas Maurício continua. Mira na Bandeira, que vê longe, joga pra dentro da grade, chama pra mostrar. A brincadeira vai cansando, mas ele continua pulando e chamando.

Começamos a tirar fotos. Ele se encanta novamente. E começa a me mostrar alguns lugares e tirar fotos. “Tia vamos tirar foto do japonês da banca, da moça do caixa, do tio do churrasco grego, ali ó!”. As personagens escolhidas ficam entre surpresas, sem graça e incomodadas, mas Maurício persiste, vai mostrar a foto, pergunta se querem outra, tenta uma piada. Me apresenta a mulher que lhe dá bala, a “esposa do japa da banca”. Pede que eu tire uma foto do seu olho, muito verde, que arregala e abre mais com a mão “pra ver por dentro”.

A manhã passou depressa naquele canto de calçada. Quando nos levantamos, Maurício e Jaqueline/Sabrina caminham com a gente um tempo. Quando continuamos, Maurício olha para os outros ETs que estão mais a frente e pede que eu me despeça por ele. - “a gente se vê!” (Relatório Institucional, abril de 2008).

Após um período de aproximações, reconhecimentos, com aviões decolando e aterrissando em aeroportos de diferentes mundos, do compartilhar das lembranças escolares e da espertice das técnicas de aviação, Maurício parece ter se sentido em terras firmes para então fazer um pouso - a brincadeira cansa, mas ele continua chamando. Apresenta à educadora um pouco do que vive, convidando-a a um passeio. As fotos ajudam a testemunhar o que se vê, e às vezes aqueles que são vistos retribuem ao olhar, pela oferta de balas por exemplo. E então termina o encontro fazendo um pedido preciso: para tirar uma foto bem de dentro.

A solicitação de Maurício pede a nossa atenção. Maurício pede um registro. Maurício pede por um olhar. Mas não um olhar qualquer, apressado. Pede por um olhar que possa ver

⁴⁵ Olavo, Beto e Wilson: educadores terapêuticos.

por dentro. Um olhar que seja capaz de ver o que há mais fundo. Um olhar que seja capaz de refletir o que há de único, singular ali.

É o que também parece pedir Nataly:

“Oi tia, me leva no médico? Acho que estou grávida... Foi assim que adentramos no universo de Nataly. Mais duas visitas, no Vale, e já suspeitávamos que a sua suposta gravidez era mais um desejo do que uma realidade, fato que se confirmou com dois testes de urina, um na UBS Santa Cecília e outro no Hospital São Paulo. Mas Nataly nos trazia algo, era um pedido de cuidado, uma atenção especial; um olhar parecido com àqueles que são lançados às mulheres gestantes. Pedia prioridade.” (Relatório Institucional, novembro de 2006)

Esse parece ser o pedido de muitos meninos quando nos encontramos com eles nas ruas. Um olhar que possa atravessar o ‘menino de rua’ e focar na sua singularidade, individualidade. E, se estamos apressados, urgentes em nossas emoções, perdemos de vista essa dimensão da comunicação.

É impressionante como a visibilidade pública muitas vezes mascara a invisibilidade que carrega em sua essência. No universo das ruas, as crianças tornam-se violentamente invisíveis aos olhares. Todos iguais, crianças e adolescentes, todos, meninos em situação de rua, com os mesmos rostos, cores cinzas, vestimentas sujas e esfarrapadas, socialmente munidos das mesmas posturas e necessidades. Todo um contexto no qual a dimensão da singularidade não encontra solo fértil.

Contudo, essas experiências de invisibilidade não se iniciam com a chegada das crianças às ruas. Vêm de antes. Como afirma Guimarães (2007a), tratam-se das razões mesmas que levaram esses garotos e jovens a deixarem suas casas, relações familiares e comunitárias. *“São crianças desencantadas que chegam às ruas. Desencantadas por não terem sido acolhidas e respeitadas em suas necessidades fundamentais constitutivas”* (p. 07).

A proximidade com as famílias dessas crianças e adolescentes, tanto através de seus relatos quanto a partir do contato direto, evidencia as profundas problemáticas que atravessam seus cotidianos, *“situações complexas e adversas que vão de dificuldades a riscos”* (Fender,

2007, p. 36). Em sua maioria, tratam-se de núcleos familiares que vivem em regiões periféricas extremamente pauperizadas, marcadas pela falta de recursos de apoio, de assistência, de educação e de saúde. Lida-se com uma inserção instável e informal no mercado de trabalho, com abuso de álcool e outras drogas, e situações de violência de diversas ordens, o que provoca grande instabilidade emocional. Em sua composição, não são raros os relatos de trocas frequentes de parceiros, relações conturbadas entre filhos de relacionamentos anteriores com os atuais padrastos, perdas abruptas por morte, prisões e abrigamento de crianças. Toda uma realidade que nos aproxima da compreensão de que são famílias também em extrema condição de vulnerabilidade e risco, muitas vezes impedidas de atender às necessidades fundamentais de seus filhos.

Percebemos que o processo de desenraizamento familiar e comunitário dessas crianças é gradual. Carregam em suas biografias idas e vindas da escola, até a configuração de uma evasão ou expulsão escolar mais efetiva; experiências de precoce circulação pela família estendida, sendo tuteladas por diferentes membros da família a cada etapa da vida; consecutivas mudanças de bairro e cidade, impedindo o estabelecimento de relações significativas com a comunidade. E, nesses contextos, é expressiva a ausência de dispositivos de proteção. *“Em função de um meio ambiente marcado por humilhações e opressões, herdadas das famílias uma impossibilidade de constituição ética”* (Guimarães, 2007b, p. 48).

Notamos também que a chegada às ruas, denunciando esse histórico de exclusões em sua faceta mais radical, também é processo gradativo, que se inicia com visitas acompanhadas por amigos, depois uma noite de aventuras em terras distantes, até que se estabeleça uma inversão mais significativa de lugares entre a casa e a rua, passando a última a representar o espaço privilegiado de desenvolvimento e estabelecimento de relações cotidianas.

Pelas ruas, as crianças parecem que estão fugindo e buscando. A vinda para as ruas parece ser uma tentativa de interromper os ciclos de abandono e exclusão, movida pela esperança e necessidade ética de terem suas condições e realidades reconhecidas, algo que deixa de ocorrer em seus bairros e contextos familiares. Essas crianças, que não encontram na

família e na comunidade um ambiente humano capaz de refletirem-nas, parecem buscar nas circulações pelas ruas da região central da cidade, de grande visibilidade pública, obter algo de si de volta, através de uma complexa forma de exposição.

O acolhimento humano devotado é condição fundamental para que o homem possa constituir-se e sentir-se real. Sem o olhar do outro a criança não encontra as bases necessárias para se apresentar ao mundo, reconhecer-se em sua singularidade e estabelecer uma relação significativa com a vida (Winnicott, 1990).

Nas ruas, nos encontramos com crianças que, muitas vezes, não sentem que têm um lugar ao qual pertencem. Sem receberem de volta aquilo que estão dando, o mundo se apresenta a elas como algo sem sentido, como algo a que ajustar-se ou a exigir adaptação, simplesmente fruto do acaso ou vontade do outro, sem que seja possível contribuir com qualquer tipo de atividade ou ação. A impossibilidade de estabelecer trocas significativas com o mundo traz à criança um sentimento de inutilidade e deixa dúvidas sobre o valor da vida (Winnicott, 1975).

Sem encontrar oferta de hospitalidade ao singular do si mesmo, a criança fica impedida de agir a partir do gesto criativo, fica impedida de alcançar a possibilidade de ser o que é e posicionar seu destino, originar novos sentidos e responder à sua existência. Vive avizinhada, ameaçada com a possibilidade de não-vir-a-ser (Safra, 2004).

Estamos diante de sofrimentos que não podem ser reduzidos ao aspecto psíquico ou social, mas devem ser compreendidos em seus aspectos ontológicos, porque são experiências que fraturam o *ethos* humano⁴⁶. Sofrimentos decorrentes da impossibilidade de morar, estar e constituir-se como um habitante no mundo humano (Safra, 2004).

⁴⁶ “*Ethos é compreendido como as condições fundamentais que possibilitam o ser humano morar, estar e constituir-se como um habitante no mundo humano*” (Safra, 2004, p. 115).

Como vimos anteriormente, pelas ruas as crianças vivem circulando pelos mais variados espaços públicos e pelas instituições, e nós, como educadores terapêuticos, somos uma das possibilidades de encontro possível dentro desse contexto.

Nesses encontros, buscamos contribuir para a gradativa transformação da experiência de rua em outras formas de viver, a partir da oferta de uma presença que possa reconhecê-las em suas singularidades, favorecendo uma apropriação pessoal do mundo.

Como educadores terapêuticos, buscamos favorecer experiências de inserção no mundo aparentadas com o si mesmo, como condição fundamental de constituição ética (Safra, 2004). Para tanto, um jogo na calçada, um banho, um convite para uma atividade na instituição, são oportunidades para que a criança possa existir na relação com alguém capaz de ressoar, revelar aspectos do si mesmo, possibilitando a sua própria existência enquanto ser. Além disso, de acordo com Guimarães (2007b), ter um lugar na relação com o outro abre espaço para o sonho, experiência fundamental para que possamos nos projetar para o futuro e nos sentirmos responsáveis e ativos no mundo.

O cuidado essencial nesse fazer pelas ruas está posto por uma presença viva e atenta que oportunize uma apropriação das experiências vividas, colocando-as sob o domínio do gesto, restituindo ou inaugurando a possibilidade de criar a si mesmo, o outro e o mundo por meio da própria ação (Safra, 2004).

Muitas vezes, tudo o que temos a oferecer às crianças somos nós mesmos orientados por uma ética. Nossa função está permeada pela nossa singularidade, nossos sentimentos e intuições humanas e o manejo acontece no calor de cada encontro. Precisamos estar presentes de forma autêntica para olhar, escutar, deixarmos-nos afetar pelo que elas nos comunicam e sermos capazes de refletir essas comunicações.

Nosso trabalho é artesanal, de investimento e apostas, mas há questões que são maiores. Não esqueçamos que estamos mergulhados no contexto de sociabilidade da rua e, nela, as relações, os lugares, são provisórios e circulantes. Um *bom* encontro com uma criança

na rua não é, de maneira alguma, sinônimo de continuidade de relação, regular no espaço e tempo. Mesmo que tenhamos um início “trilhado”, isso não assegura que esse vínculo não viverá períodos de sumiço, afastamentos ou evitação da criança quando vê um dos educadores terapêuticos circulando pelas ruas.

Algumas vezes, um “bom encontro” é a única oportunidade de contato que temos com um menino, que, depois, não vemos nunca mais. Um educador nos conta sobre uma experiência desta natureza:

“Mais uma segunda-feira tipicamente atípica na região da Luz, a Cracolândia. Ando com Olavo [educador terapêutico], em direção a massa de qados-farrapos-humanos que vêm em nossa direção, tangidos pelos boiadeiros-fardados-humanos. No caminho, um senhor, morador de rua, intrigado, interroga nosso fazer. Aos meus pés um menino avesso ao caos do seu entorno, dorme na calçada. Sem nenhuma expectativa, mergulhado na realidade esquizo, passo a mão na sua cabeça e lhe desejo uma “boa noite”. Ele desperta ao toque, confuso me olha. Agacho e agora temporalizado com o sol escaldante lhe cumprimento: ‘Bom dia’.

O encontro se sucede de uma forma muito bonita. Como cê chama? Alex. E aí, tá de boa? Acordou só agora? Um rapaz passa e vendo nossa conversa comenta: - E aê muleque, nunca mais faça isso de novo não viu!! Cês acreditam que ele tava dormindo dentro de uma mala?!! E se você se sufoca João? Olho assustado para o menino, me esquivo pensando no saco de dormir que uso para acampar, volto tonto pra cueza da cena: - Peraê velho, cê dormiu dentro de uma mala? É, de náilon, quando acordei tinham me deixado no meio da rua!!

Putá que pariu... Respiro e continuamos a conversa. O Olavo termina com o senhor e agacha. Pergunto se ele curte desenhar, responde que sim. Olavo introduz então sua arte. Alex gosta de desenhar moto, os dois começam um desenho, eu entro com a investigação de uma possível história. Enquanto Alex narra e eu anoto, Olavo desenha cenas quadro a quadro. Surge ali a produção de uma história em quadrinhos.

O enredo vai e volta conforme a flutuação do pensamento de Alex:

O motociclista bate no ônibus, um pedaço da motocicleta voa e quebra o vidro. Como ele chama? Hum, Reinaldo, então ele vai pro hospital. Onde? Fica no Itaim Paulista, chama Santa Marcelina. Então? Então ele morre. Alguém vai no enterro? Sua namorada, na verdade ela tava na garupa, mas sobreviveu. Como ela chama? Bruna. Deixo os dois entretidos com os desenhos e começo a fazer o meu, simbolizando aquele encontro. Uma tempestade, que só ameaçava,

agora começa a cair. Guardamos as coisas, Alex se levanta, um rapaz da CAPE⁴⁷ faz sinal para ele do outro lado da rua, mas antes de ir se dirige a Olavo: - Fala pra ele tio, fala qual o nome do motoqueiro. É Bruno. Ué? Bruna não era o nome da namorada dele? Fala tio, quem é o Bruno. Bruno é ele!! Antes de sair mostro o meu tosco desenho: um menino deitado no chão perto de um farol, depois sentado com vários lápis coloridos ao seu redor, depois em pé caminhando com o céu começando a ficar colorido e por fim num parque, essa cena já toda colorida.

- Esse sou eu!! Acordei assim, vi vocês, desenhei e agora saio assim...

Então, aquele recheio de mala, nóia da Luz, menino, Alex, Bruno, foi simhora, sem a formalidade dispensável do 'tchau'" (Relatório Institucional, março de 2007).

Nesse trabalho, a intervenção é, fundamentalmente, acompanhar, *estar junto*, nos deixando contaminar pelos seus cheiros, rostos e histórias, ressoando aquilo que a criança com quem nos encontramos naquele momento nos traz.

Precisamos o tempo todo tolerar a frustração e nos defrontar com a nossa impotência. Muitas vezes investir significa aguardar o gesto do Outro e essa é uma tarefa muito difícil nesse trabalho, já que o tempo passa rápido na rua e a degradação das crianças é intensa. No entanto, são elas quem permitem ou não a aproximação e definem a possibilidade de ajuda possível.

Cotidianamente nos defrontamos com os limites do nosso fazer. Encontros, por vezes mais regulares, outras vezes mais esporádicos e, por vezes ainda, únicos. Fazemos parte da vida dessas crianças pelo período que é possível, buscando contribuir para que possam ter experiências de encontros éticos, que favoreçam suas constituições e possibilitem o vislumbre de outras alternativas de viver para além das ruas, enquanto única possibilidade de inserção possível.

⁴⁷ O que é a CAPE (Centro de Atenção Permanente e de Emergência) é um serviço que presta assistência à população em situação de rua através da oferta de serviços de abrigo provisório.

Capítulo 7: Potências e impotências dos encontros

Neste capítulo abordarei aspectos importantes da potencialidade humana nos encontros e as impotências sentidas quando eles não ocorrem. Para tanto, considere a importância da experiência de confiabilidade (7.1), da corporeidade (7.2), da possibilidade de brincar (7.3) e de transitar com alguém significativo pela cidade (7.4), enquanto facetas significativas do trabalho realizado com as crianças pelas ruas.

7.1. Confiabilidade

Winnicott nos ensina que a confiabilidade é característica central do ambiente facilitador no estabelecimento dos fundamentos da saúde mental. É apenas quando a criança não precisa se preocupar com a questão da previsibilidade ambiental que ela pode ter a tranquilidade e segurança para retirar-se em experiências de relaxamento, de descanso, base fundante, como vimos no capítulo 3, para a emergência de um gesto espontâneo em direção ao mundo. Um gesto em direção ao mundo só pode ser sentido como real enquanto expressão do si-mesmo, quando pode emergir de um estado de relaxamento.

Posto que é apenas a partir do gesto espontâneo, refletido por um outro devotado, que a criança pode vir a reconhecer-se, constituir-se em torno de uma unidade (*Self*) e relacionar-se com o mundo de forma pessoal e criativa, temos que o sentido do si-mesmo e do mundo estão diretamente ligados à confiabilidade ambiental. (Winnicott, 1975)

Podemos compreender que confiável é aquele ambiente que, em termos de cuidado e presença humana, *não impõe* uma modulação externa e fornece clima emocional aparentado à singularidade, ao ritmo e às características pessoais da criança. No entanto, esse ambiente só adquire efetivamente o estatuto de confiável se ele assim revelar-se e mantiver-se ao longo do tempo, tornando-se, por assim dizer, um ambiente contínuo e predizível.

São as qualidades de continuidade e previsibilidade que conduzem à experiência de confiabilidade ambiental, necessária para o alcance de um viver criativo. É a confiabilidade no ambiente que nos permite alcançar um estado transitório (transicional), capaz de relacionar mundo subjetivo e realidade objetivamente percebida, concebendo e habitando o mundo de forma pessoal e significativa (Winnicott, 1975).

Quando a imprevisibilidade ambiental prevalece, sem poder prever e confiar, a criança não tem oportunidade de entregar-se aos acontecimentos da vida, fica o tempo todo tendo que tomar conta do ambiente e, portanto, comprometida em sua possibilidade de desenhar um gesto próprio em direção ao mundo. Fica vetada em sua espontaneidade e o mundo é reconhecido apenas como algo a que se ajustar.

7.1.1. A continuidade na descontinuidade da rua

A presença diária das mesmas pessoas nas mesmas regiões de abordagem, desde o princípio do trabalho, evidenciou-se como uma importante estratégia para a aproximação e estabelecimento de vínculos com as crianças. Poder perceber que, diferente da maioria dos transeuntes, voltamos, mantemos compromisso com encontros marcados, nos relacionamos continuamente respeitando suas personalidades, sempre nos pareceu fundamental para o estabelecimento da confiança necessária para o trabalho que pretendemos desenvolver.

No entanto, num contexto de tamanha instabilidade como é a rua, onde os espaços mais se configuram como passagens do que permanências, favorecer experiências de continuidade e previsibilidade não é tarefa fácil. É necessário ter muita criatividade e, na maioria das vezes, são as próprias crianças quem nos dão pistas sobre o melhor caminho a trilhar.

Lembro-me que, numa tarde, estava sentada com uma garota, recém-conhecida, em frente à saída do metrô República, colorindo alguns desenhos xerocados que ela havia ganhado. Manteve-se entretida pintando alguns personagens da turma da Mônica e apenas

me contou seu nome e sobre seu apreço pelos desenhos. Terminada a pintura, Amanda despediu-se, acenando a necessidade de encontrar o que comer e foi embora, sem sinalizar qualquer intenção de sua parte em revermo-nos. Sem previsão para um reencontro, fui embora levando os desenhos e dúvidas sobre o valor da experiência vivida.

No entanto, depois de aproximadamente duas semanas, voltamos a nos encontrar no gramado do Vale do Anhangabaú e a primeira coisa que Amanda me pediu foi para ver os desenhos coloridos naquela tarde. Mesmo antes de olhar os papéis, lembrava da maioria dos personagens que havia colorido.

A partir dali, passei a guardar os desenhos das crianças em plásticos individuais, etiquetados com seus nomes, numa pasta que carregava comigo na mochila durante as andanças. Aos poucos, sabendo dessa minha atitude, quando voltávamos a nos ver, nos mais variados tempos, algumas delas pediam para rever os seus desenhos, expressando grande satisfação em poder reencontrá-los.

Pedro, por exemplo, expressava muito apreço por ter um plástico só. Muitas vezes, depois de revisitar todas as produções já feitas, pedia mais folhas para produzir mais. Sentia que, a partir da oferta de um lugar pessoal, único, conforme íamos alimentando “seu plástico”, estávamos também alimentando a nossa relação.

Safra (1999) nos ajuda a compreender que, *“ocupar um lugar no mundo é ocupar um lugar na vida de outro. Somente a partir dessa experiência é que o olhar [da criança] poderá se voltar para o mundo com curiosidade e desejo”* (p. 80).

Nesse trabalho, investir na relação muitas vezes significa poder esperar; esperar que o encontro possa acontecer como fruto de um gesto pessoal da criança em nossa direção. É importante favorecer a experiência de que a relação é uma criação própria, tal como Winnicott assinala ser importante para o bebê a experiência de que aquilo que ele encontra no mundo é fruto de seu gesto espontâneo. Só assim as crianças podem estar numa relação com alguém

que possa inserir contribuições, sem que isso seja vivenciado como uma expropriação de sua capacidade criativa (Winnicott, 1975).

Exercendo junto à criança determinadas funções ambientais que possam favorecer uma apropriação pessoal do mundo, temos experimentado que deixar aparecer na criança alguma necessidade frente a sua atual condição, ou esperar florescer um desejo para podermos nos dedicar, tem se mostrado o melhor caminho para que alguma mudança se realize. Afinal, a criança precisa criar o mundo, reconhecer-se nele e ser reconhecida pelo outro em sua singularidade, para assim viver uma vida significativa, pois *“é através da apercepção criativa, mais do que qualquer outra coisa, que o indivíduo sente que a vida é digna se ser vivida”* (Winnicott, 1975, p. 95).

É essa presença constante e não invasiva, respeitando o ritmo e o processo de construção, deixando a relação desenhar seus próprios caminhos, que nos permite ir tornando-nos, gradativamente, um ponto de referência para as crianças em meio ao vai e vem tão vertiginoso das ruas.

Encontrar com as crianças nos vários espaços por onde circulam também se revela como um importante recurso na constituição de uma relação de confiança, como nos conta uma educadora.

“Robson foi um dos primeiros meninos que conheci quando comecei a trabalhar no Quixote. Conheci-o numa tarde no Moinho [sede do projeto]. Brincamos de massinha e me impressionei com seu sorriso, sorriso largo, grande e cheio de doçura, daqueles que se esticam os lábios e apertam os olhos. Nunca mais o encontrei no Moinho, mas nas ruas trocávamos “ois”, “bom dias” e sorrisos.

Menino quieto, me lembro que não falava de sua vida, nem se abria muito para conversas mais profundas, só sorria.

Este mês Robson foi internado com pneumonia, nos ligaram da Santa Casa, ele havia dito que era atendido do Quixote e fomos, eu e a Telma, visitar o menino. Quarto cheio de crianças pequenas e suas mães, médicos, enfermeiras, medicação na veia, televisão e Robson. Deitado na cama, magro, seus olhos grandes pareciam maiores. Pareceu feliz em nos ver, há alguns dias estava lá e queria ir embora. Dissemos que ele estava muito fraco ainda e que tinha

que se recuperar totalmente antes de sair, porque senão voltaria para lá. Não reclamava, a comida era boa e gostava de desenhos. Conversamos com os médicos que o atendiam; eles disseram que ele era um menino bonzinho, que não dava trabalho, mas que ainda teria que ficar para tomar a medicação intravenosa e que se depois não fosse para um abrigo, teria que ficar lá para terminar o tratamento. Com a assistente social começamos a busca por informações, conselho tutelar, escolas. Em nenhum lugar os dados batiam, será que Robson existia?

Voltamos no dia seguinte, ele estava no quarto, brincamos, conversamos e levamos uma foto para lembrá-lo do dia em que veio ao Moinho. Dissemos da vontade que tínhamos de cuidar dele e de ajudá-lo no que necessitasse. Seus olhos ensaiaram marejar, nosso coração apertou. Estava difícil encontrar informações para ajudá-lo com os dados que ele tinha nos dado. Esse é mesmo o nome da sua mãe? Ela trabalha mesmo neste hospital? E seu nome é mesmo Robson? Ele chorou tão doído, que doeu em nós também. Percebemos o quanto estava difícil falar de sua história, de quem ele era, do que queria realmente. Queria nossa ajuda, mas não dava para pedir, não dava pra dizer o que acontecia com ele.

Depois do final de semana, chegamos ao hospital e Robson estava fazendo lições da escolinha da internação. Mostrou-nos seus desenhos e na gaveta do criado-mudo sua foto junto com um caderno amarelo. Olhamos as lições e no caderno estava escrito: “Robson Muniz da Silva”, embaixo “Mariângela Muniz da Silva”, mas embaixo, “Juliano Carmo Santos”. Ao lado deste nome uma seta dizendo “este sou eu”, mais embaixo “Mariângela Carmo Santos. Perguntamos: Então você é o Juliano? Ele ficou muito envergonhado e disse que era um irmão de rua.

Com este nome entramos na vida de Juliano. Uma história complicada, com questões que são difíceis de lidar. Posso entender porque Juliano precise esconder, não ser visto, nem encontrado. Mas e Robson? Robson é Juliano? Não sabemos... O que sabemos é que para Robson é difícil falar de si, se aproximar, deixar com que nós cuidemos um pouco dele. Ele é durão, forte, solitário e muito tímido, mas chora e se sensibiliza quando oferecemos nosso carinho e nosso cuidado. Um grande mistério para mim ainda, que me instiga, me provoca a estar cada vez mais próxima” (Relatório Institucional, abril de 2010).

Uma experiência de brincar junto na sede da instituição e os “ois” frequentes nas ruas, muitas vezes vão, silenciosamente, estabelecendo um vínculo entre o educador e a criança, do

qual nos damos conta apenas tempos depois, quando, por exemplo, recebemos um telefonema de um serviço a pedido da criança, onde se apresentara como acompanhada por nós.

Percebemos com Robson/Juliano que as visitas constantes das educadoras, ajudando-o a sustentar sua permanência no hospital e oferecendo companhia para atravessar essa experiência, foi fundamental para o estabelecimento de uma atmosfera de confiança, dentro da qual pôde dirigir-se às educadoras, legitimando-as como pessoas com quem se sentia seguro para apresentar aspectos difíceis de sua vida familiar.

Vamos movendo nossas ações de acordo com a legitimação que a criança nos dá para tanto. Sem a legitimação delas não há contribuição possível a fazer.

Num contexto em que estamos o tempo inteiro circulando, encontrando, perdendo de vista, reencontrando depois em outros contextos, percebemos que a experiência de continuidade pode e precisa ser favorecida através da constância das atitudes dos educadores, que, nos mais variados espaços por onde circulam, buscam manterem-se estáveis em seu estado de disponibilidade para ofertar às crianças uma presença capaz de reconhecer as singularidades e favorecer uma apropriação pessoal do mundo.

Trata-se de reverberar uma continuidade que vem marcada no próprio corpo do educador; um corpo habitado; atento. Um corpo que carrega a história do próprio vínculo (Barretto, 1998), como expressa um educador sobre como pode contribuir testemunhando as movimentações de Fumaça:

“O primeiro grande trabalho foi mudar o nome dele, como era mesmo; cisco, corisco, fagulha, fumaça... ah!! É mesmo Fumaça

Tarefa árdua dar nome a quem não tem nome, reconstituir uma história a partir de um apelido. E este apelido, tem mãe? E pai? Estão vivos? Há quanto tempo você mora na rua?

Sentimentos em carne viva... E como tocar uma ferida dessas? O toque suave é o não toque...

Depois de algum tempo, finalmente um nome, Rodolfo César, nome de galã de novela.

Mas Rodolfo César de quê? Da Silva tia, acho que é da Silva...

Tudo bem, agora você virou Rodolfo, mas isso é só o começo... Vai atrás da mãe, leva no hospital, procura uma vaga no abrigo, leva ele no CAPS, pede a perua da CAPE, atualiza a pasta dele, leva no cinema... Shiii voltou para a rua.

Não tem problema!! A gente nunca volta do zero, coisa vivida é história feita, sozinho é que ninguém agüenta..." (Relatório Institucional, abril de 2010).

Acompanhando as crianças em suas andanças, testemunhando suas experiências nos mais variados espaços por onde circulam, a nossa presença, física e emocional, vai aos poucos favorecendo uma vivência de continuidade pessoal, a partir da tessitura de fios entre experiências aparentemente tão fragmentadas, em contextos tão diferentes.

7.1.2. Cuidando de quem cuida

Além de ter que se haver diariamente com todos os sentimentos despertados por testemunhar crianças vivendo em condições tão desumanas e aviltantes, estar imerso num contexto de dispersão, barulho e circulação incessante, tal como é a rua, é tarefa também bastante difícil no trabalho que realizamos.

As experiências são intensas e a vivência de descontinuidade muitas vezes é radical. Para que um trabalho como esse possa acontecer, é fundamental que a equipe possa ter um lugar para falar dos encontros, dos desencontros, das angústias, expectativas e frustrações. É importante viver acolhimento e continuidade institucional, pois, como nos alerta Barretto (1998), "*só é possível dar holding para alguém na medida em que se experimenta relativa tranquilidade*" (p. 64).

Para podermos nos lançar ao dia a dia tão imprevisível, precisamos sentir haver um lugar de descanso para o qual possamos retornar, conversar e refletir, aprendendo uns com os outros, numa atmosfera de acolhimento e respeito.

As reuniões diárias, os espaços de supervisão e acolhimento e os relatórios institucionais revelam a necessidade constante de dar sentido ao que se vive. É notória a necessidade de falar sobre a vivência de se ter as ruas como principal local de trabalho, como uma forma de não sucumbir a tanta vertigem ou se acostumar com a condição das crianças nas ruas. É preciso se sentir dentro-fora para poder estar com as crianças empaticamente, ao mesmo tempo que mantendo a possibilidade de vislumbrar outras alternativas além da vivência de que a rua é a única inserção possível. Bem o descreve uma educadora:

“Há dois anos vou para os mesmos lugares quase que diariamente e, todos os dias quando me deparo com aquele cenário, me questiono em que momento nos tornamos pessoas capazes de achar normal ver crianças.... Em que momento se tornam imperceptíveis para qualquer dos nossos sentidos, não ouvimos ou sequer as vemos... Um sentimento esquisito me toma todas as vezes que por lá circulo; este serve de termômetro para que eu não deixe de ser um ET em tal terra. (...) Sentimento ora de angústia, ora de nojo, ora de revolta, mas também ora de ternura... Em especial, quando consigo me aproximar de alguma criança escondida pela carcaça de mini-pessoa-cinza e dela conseguir um sorriso, ou até mesmo resgatar a criança que ali está escondida. Tem ternura, quando junto ajudo a resgatar um desejo de que eles também voltem a ser estrangeiros naquela terra” (Relatório Institucional, Abril de 2009).

7.2. A corporeidade

Com algum tempo de trabalho, a aparência física passou a nos dizer um pouco sobre a situação ou o tempo de rua de algumas crianças. Não como uma regra, mas, muitas vezes, é possível inferir sobre alguns aspectos de suas circulações a partir de como se apresentam fisicamente.

Observamos que as crianças mais limpas, tanto corporalmente como em termos de suas roupas, normalmente chegaram ou voltaram recentemente para a rua ou são aquelas que, mesmo estando há significativo tempo pelas ruas, mantêm uma maior circulação pelos equipamentos de assistência ou estabelecem idas e vindas mais frequentes para suas casas.

Já os diferentes estágios de sujeira corporal, o esgarçamento das roupas, o abandono de calçados, o cabelo descuidado e comprido e os machucados recorrentes, vão nos informando sobre um processo gradual de maior imersão na dinâmica da rua. Quanto mais tempo na rua, maior a sua expressão no corpo.

Aprendemos com as crianças e jovens que apresentar-se “bem sujo” e com aparência de descuido é uma estratégia valiosa na hora de pedir dinheiro, pois mobiliza e comove as pessoas por serem imagens que sinalizam total abandono e falta de proteção.

Compreendo o valor dessa estratégia, contudo, há algo neste ‘deixando-se ficarem sujos e descuidados’ que vai saltando aos olhos de quem partilha momentos do dia a dia com eles.

Mais entregues à sociabilidade da rua, seus corpos vão literalmente tornando-se mais abandonados. Corpos cada vez mais miúdos, entorpecidos, com manchas na pele e mal cheirosos. Unhas compridas, dentes amarelos. E as roupas, cada vez mais desproporcionais aos seus tamanhos e descartáveis, vão denunciando o uso de uma assistência cada vez mais impessoal.

A vivência da rua vai deixando marcas no corpo e as cicatrizes e machucados vão emergindo como sinais das violências vividas nesse contexto, assinalando na própria pele as incidências cada vez maiores da falta de cuidados.

Percebemos que a permanência prolongada em circulação pelas ruas, paradoxalmente a deixarem as crianças e jovens mais expostos à visibilidade pública, vai também tornando-os cada vez mais invisíveis em suas personalidades. Vão ficando cada vez mais parecidos no anonimato. As aparências vão deixando de revelar idade e sexo, as estéticas ficam confusas. Aos olhos de quem passa mais apressado, todos são iguais, crianças e adolescentes são ‘meninos de rua’, com os mesmos rostos acinzentados. Algo que, em nossas próprias andanças, vai exigindo um olhar cada vez mais meticuloso para reconhecer feições já conhecidas através de todo aquele cinza que vai se acumulando, se sobrepondo aos traços que os personalizam.

Percebemos que as crianças e adolescentes vão precisando se virar mais pra sobreviver, lançando mão de diferentes posturas de acordo com o que precisam no momento em questão e com quem estão interagindo. Estratégias de pedir o que comer são diferentes das de pedir dinheiro, que também são diferentes das necessárias para pedir uma ajuda médica. É todo um processo de interação que vai recortando, ressignificando e redefinindo as relações sociais, como imagens de um caleidoscópio, criando inúmeras combinações provisórias, pautadas pela circularidade e pelo caráter fragmentário da dimensão espaço-temporal que caracteriza a rua. (Frangella, 2000)

Corpo abandonado, relações fragmentadas e circulação incessante: vivências que cada vez mais vão se retroalimentando e impossibilitando uma habitação pessoal no mundo. Parece que, tendo que se virar cada vez mais para sobreviver na impessoalidade das relações públicas, têm cada vez menos tempo para serem eles mesmos, além de se notar um desinvestimento gradual nas relações que não referenciam o viver nas ruas.

Quando voltamos a encontrar uma criança que não víamos há algum tempo, por exemplo, é notória certa impessoalidade nos primeiros contatos, precisando de tempo para que uma relação mais genuína volte a nos tocar e abrir possibilidade de comunicação. Nas conversas, são recorrentes os relatos das aventuras experimentadas na viração em uma linguagem mais impessoal. E seus corpos, muito agitados e extremamente exaustos, expressam os custos da circulação vivenciada.

7.2.1. Banhos

Num dia, fomos surpreendidos por uma experiência de significativo valor, quando uma educadora acompanhou um garoto a uma casa de assistência para que pudesse tomar um banho. Uma experiência reveladora, que nos trouxe informações importantes:

A educadora relatou sobre a sua relação com Bento:

“Estávamos caminhando em dupla pela rua, acompanhando João até o Moinho da Luz, quando Bento juntou-se a nós. Foi assim que o conhecemos: descalço, todo sujo e chupando um picolé, como quem o faz pela primeira vez. Neste dia ele participou da oficina de grafite e depois voltou para as ruas do centro, cenário no qual nosso vínculo com ele foi se estreitando nas semanas seguintes. Quando o encontrávamos, parávamos para conversar, jogar alguma coisa, deixar um bilhete enquanto dormia ou mesmo permanecer em silêncio ao seu lado. Fomos então conhecendo um pouco do seu mundo, os lugares por onde andava, os cantinhos onde dormia, os faróis onde se fazia de aleijado para ganhar uns trocados, suas histórias e aventuras atravessadas pelo crack, pela polícia, pela comunidade, seus companheiros de rua. A confiança entre nós foi crescendo e pudemos acompanhá-lo por duas vezes à Casa Restaura-me, local que oferece banho, troca de roupa e refeição. A vivência destes cuidados básicos tão fundamentais, aliada ao acolhimento da nossa presença, fez Bento remeter-se ao contexto familiar, falando bastante da mãe e da vontade de voltar para casa. Numa das vezes quis telefonar para o tio, Oscar, para pedir que a mãe viesse buscá-lo, mas só lembrava de um número com seis algarismos. Viemos saber mais tarde que apesar de Bento viver na rua, tem o costume de voltar para casa de vez em quando, onde passa por volta de três dias antes de retornar para a rua. (...)” (Relatório Institucional, Outubro de 2006).

As experiências de cuidado e atenção vividas com a educadora remeteram Bento às lembranças boas de sua casa, sua família e especialmente da mãe. Lembranças de cuidados. Desejo de voltar a estar com ela, mesmo que fosse temporariamente. Esperança de que o lar um dia possa vir a ser um lugar acolhedor.

Outra educadora também compartilhou uma experiência bastante significativa neste sentido, vivida com Fumaça:

“Fumaça apareceu no Moinho da República, como frequentemente tem ocorrido e pergunta por mim. Como tínhamos combinado a cerca de uma semana e percebo, com evidência, que ele não tinha dado conta sozinho de nosso combinado, proponho que procuremos um lugar para que possa tomar um banho. Seguimos caminhando até a Igreja da Consolação e lá somos informados que já há muito tempo não existe mais este serviço lá. Nos informamos com um morador de rua ali perto e este nos disse que a UBS República era o local mais próximo que poderíamos encontrar o tão esperado e urgente banho.

Chegando lá, soube que devido ao tumulto que as crianças vinham fazendo para usarem os banheiros da Unidade, o banho foi suspenso. Converso com a assistente social, procurando a indicação de um local mais próximo onde pudéssemos ir naquele dia, mas ao ver o estado que o garoto estava e também por estar acompanhado de um educador do Quixote, ela abre essa exceção. Ele, empolgado, agradece e vai para o chuveiro.

Sai de lá comigo, contando para as pessoas que tomou banho. Sinto que aquilo, nada freqüente ultimamente para Fumaça, o deixa 'diferente', mais acordado.

Durante todo o passeio, conversamos sobre seus amigos na rua; fico sabendo que ele tem um primo que também está na rua e é com quem ele conversa. Falamos então dos segredos que as pessoas têm e normalmente contam apenas para as pessoas que confiam. Fala de seu gosto por bolo. Conta que sua mãe uma vez fez um bolo de maçã e ele ajudou comprando os ingredientes. Parece bem fresco em sua memória, o que é raro que aconteça quando ele se refere a lembranças de sua casa e família.

Logo se despede, dizendo que vai arrumar alguma coisa para comer e que volta depois para conversar mais. Já é fim do dia. Ele volta, eu sei. Ele vai logo em seguida para a rua Guaianazes, junto à concentração de pessoas que fumam pedra [crack], eu sei disso também. Isso ele não esconde, mas busca, sem dúvida, alguma referência que o agrada, ou pelo menos instiga, em nós do Quixote.

Um garoto difícil, muito decidido a vida na rua, mas que pude perceber, balançando em alguns momentos. Logo escorrega, mas balança". (Institucional, maio de 2009)

As experiências de banho testemunhadas pelas educadoras, um outro significativo com quem tinham constituído um vínculo de confiança, puderam proporcionar a Bento e a Fumaça um reencontro com experiências afetivas. Presentificaram os cuidados humanos vividos junto às famílias, principalmente com suas mães, assinalando que também carregavam em suas constituições experiências satisfatórias de cuidados.

A vitalidade de Fumaça (naquele momento que estava mais acordado) nos fala sobre a vivência trazida por uma integração psicossomática. O corpo sujo e desvitalizado, que já não estava mais dando conta de se cuidar sozinho, estimulado pela persistência da educadora em achar um local para que tomasse banho, pôde ser investido e transfigurado em uma morada pessoal repleta de sentidos, onde existem primos, segredos e confiança, gosto por bolos e potencialidades a oferecer numa relação de troca com um outro significativo (Safra, 1999).

Habitar o corpo vivo, com biografia e marcado por cuidados de alguém devotado, devolveu a Fumaça, mesmo que momentaneamente, a possibilidade de ocupar um outro lugar

no mundo, para além da morada impessoal como ‘menino de rua’. Pedir e receber o olhar da cidade colocou-o em outro lugar no cenário público e assim suas lembranças tornaram-se “mais frescas”.

Podemos pensar em uma experimentação constitutiva no mundo, num acontecer que se abriu no corpo encontrado e transfigurado pela presença de um outro significativo. (Safrá, 1999). No entanto Fumaça nos comunica que ainda há um longo percurso a ser trilhado para que uma habitação mais pessoal possa ser alcançada como forma predominante de viver. Há muito a que se investir e constituir pela frente ainda.

De uma maneira mesmo que instintiva, sempre preocupamo-nos em nossas andanças e encontros, quando possível, e tendo vínculo para tanto, em reverberar às crianças suas condições físicas. Um educador testemunhou uma significativa experiência nesse sentido quando, depois de alguns dias apontando uma inflamação na gengiva, esta passou a ser uma preocupação do próprio garoto também, o que impulsionou uma busca da dupla por uma consulta com um dentista.

Usamos a nossa própria corporeidade para nos aproximar das crianças. Não um corpo meramente biológico, mas um corpo habitado por inúmeros encontros, desencontros, signos culturais, pela vida de nossos ancestrais e pelo pressentimento daqueles que virão. Podemos pensar na presença psicossomática do educador como o corpo materno, que carrega a presença de uma história e pode se fazer doação para ser criado pelas crianças (Safrá, 1999).

Assinalando a sujeira, os machucados que precisam de cuidados, calos dos pés rachados, uma tosse diferente ou mesmo o banho recém tomado, ofertando companhia para os cuidados necessários, temos a possibilidade de favorecer que seus corpos permaneçam habitados, significados sistematicamente pela presença do outro e sem sucumbir completamente à fragmentação e à coisificação decorrentes das exposições prolongadas nas vias públicas.

Cortadores de unha, balanças de farmácias da cidade, *band-aids* e fitas métricas, quando utilizados na relação com alguém com quem se tem vínculo e que está habitado por

esta postura ética, mostram-se recursos muitas vezes significativos no trabalho que pretendemos realizar.

Compreendemos com Safra (1999) que, de posse de um corpo que foi significado pela presença do outro, a criança pode dispor de uma vida imaginativa, que lhe dá a possibilidade de ocupar o vazio da ausência do outro com a sua capacidade de sonhar. E por intermédio do sonhar é possível perceber o mundo criativamente. Com o corpo elaborado imaginativamente, abre-se a possibilidade da criança de relacionar-se com os diferentes espaços por meio de operações estéticas nas quais pode medir, sentir e conceber o mundo por intermédio de seu corpo.

7.2.2. Corpos frágeis

Se as experiências de banho podem ser vividas como uma experiência de integração, ficar doente na rua, por sua vez, é muitas vezes experiência disruptiva e pode trazer vivências de intensas agonias.

Isso foi o que vivi com Tatiana num dos nossos primeiros encontros:

“No dia seguinte (terça-feira), logo pela manhã, regressamos para a região onde imaginávamos estar Tatiana. Ela não estava num primeiro momento, quando iniciamos atividades de pintura com outras crianças.

Logo chega Tatiana que, no entanto, não se aproxima... fica mais distante e assim, tento um oi sem resposta. Seu olhar está bastante aflito e isso me faz levantar e ir de imediato ao seu encontro. Tatiana está muito tensa, com medo, chorosa (lutando contra as lágrimas). Fala, trêmula, sobre não estar nada bem, fala de um medo terrível, verbalizado através de um medo muito grande de morrer. Em poucas palavras e do jeito que lhe é possível, conta que esta noite passou mal... Fica ainda mais desesperada ao dizer que sofreu duas crises de convulsão.

Qualquer tentativa de conversa não era possível e Tatiana nos pedia “pelo amor de Deus” (sic) para que a acompanhássemos até a Santa Casa. Impede qualquer tentativa de diálogo, gritando a necessidade de ir até a Santa Casa.

Vamos então...

O tempo todo, bastante apressada, Tatiana caminha na frente. É necessário sermos rápidos... Sua demanda é urgente. Aos poucos vamos compreendendo que a sua busca é por uma receita médica para conseguir certa medicação que sabe funcionar no seu caso. Sabe perfeitamente o nome das medicações e as dosagens que necessita, sendo precisa em termos de miligramas.

Pouco dava para conversar, mas viemos a saber, dentro deste contexto, que Tatiana sofria de crises de convulsão desde os setes meses de vida. Estava há mais de uma semana sem tomar os seus remédios que ficaram na unidade da Fundação Casa, onde esteve recentemente.

Tatiana desta vez, ao contrário de ontem, não permite quase nenhum contato físico. A vontade é de lhe dar um grande abraço acolhedor (acalmador, talvez), mas o máximo que permite são as pontas dos dedos nas suas costas.

O caminho até a Santa Casa é 'regado' a grande inaladas de tinner. Caminha aflita e solitária com sua garrafinha. (...)

Apenas em breves instantes falava conosco: desesperada, desabafava não entender porque Deus fazia isso com ela... Por que será que Ele não queria ajudá-la e fazia-a sofrer tanto com convulsões desde bebezinha?

Algumas vezes tentamos situar algo a respeito do tamanho do medo que sentiu por ter tido crises de convulsão sozinha na rua à noite, numa tentativa de ajudá-la a situar que aquele terror já havia passado, que agora era dia e estava em nossa companhia na busca de ajuda. Mas isso parecia não dar contorno ao que sentia, enquanto um registro espaço-temporal. A agonia era sem fim! (...)

Estávamos conectados, em algum sentido, à urgência de Tatiana e isso nos deu condições de realizar alguns manejos na Santa Casa de modo que logo pôde ser atendida” (Diário de Campo, setembro de 2006).

A sobrevivência nas ruas pede um estado de vivacidade, alerta e agilidade que ficam bastante fragilizados quando as crianças ficam doentes ou com uma dor forte. O encontro pede urgência e seus medos ficam mais expostos: medo de injeção, do hospital, da internação, de dormirem sozinhos, do fantasma.

A experiência vivida com Tatiana, como pudemos notar, foi extremamente intensa. Para além do medo de passar mal na rua sozinha, parece que, aos poucos, fomos entrando em contato com agonias de outra dimensão. Sentia gradativamente que suas angústias não pareciam assinalar exclusivamente a situação recém vivida, mas apontavam para a visita de um desamparo vivenciado desde bebezinha, como ela mesma bem localiza.

Questionando a Deus sobre as dores de sua existência, Tatiana parecia estar em contato com todas as experiências de desamparo experimentadas na tenra infância. As experiências de ficarem doentes por vezes as lançam em vivências de profundo desamparo, que parecem ter a ver com um reencontro com angústias originárias.

No caso de Tatiana tivemos a ‘sorte’ ou vínculo suficiente que nos permitiu acompanhá-la nessa vivência, buscando proporcionar alguma continência que a auxiliasse a atravessar tamanho desamparo. Contudo, há vezes em que esta proximidade não nos é permitida. Algumas crianças, assustadas que ficam, lançam-se a um uso mais intensivo das drogas até que uma intervenção mais diretiva tenha que ser realizada. Algumas vezes, conseguimos voltar a encontrá-las apenas nos hospitais, quando já estão internadas, como foi o caso de Robson, relatado anteriormente, que solicitou a nossa presença na unidade pediátrica.

7.3. O Brincar

No dia a dia refletimos constantemente sobre o uso de materiais lúdicos no trabalho que desenvolvemos. Refletimos sobre o valor da mochila lúdica; sobre os valores que carregamos dentro dela e a serviço do que esses objetos estão no contato com as crianças nas ruas do centro. Desde o princípio, essa discussão na instituição esteve envolvida com uma preocupação em não oferecermo-nos como um serviço que poderia tornar as ruas mais interessantes e ‘aconchegantes’ para os meninos, favorecendo uma estadia mais prolongada nessa complexa situação de vulnerabilidade e risco.

Lembro-me que, a partir de calorosas conversas sobre o que poderia interessar aos garotos, a primeira compra de materiais para a composição das mochilas lúdicas foi, como se poderia dizer, um padrão: materiais iguais para todos, que incluíam material gráfico diverso, alguns jogos de tabuleiro, massinha de modelar, jogo da memória e pega-varetas.

No entanto, as primeiras andanças já trataram de começar a individualizar as demandas e, de acordo com o que se experimentava nos encontros, a solicitação de novos materiais era cada vez mais individualizada. E, em pouco tempo, desenhos variados, bonecos de massinha, placares de jogo, lápis apontados, etc., começavam a contar histórias sobre momentos compartilhados.

Não apenas na composição interna, mas também não demorou muito para que as mochilas passassem a ficar cada vez mais personalizadas e inconfundíveis esteticamente. Além do símbolo do Quixote (QXT) grafitado em cores diferentes, surgiu uma pulseirinha do Nosso Senhor do Bonfim no puxador de um zíper, um chaveiro diferente pendurado, um lenço, uma bexiga. Para além de uma questão prática, já que todas as mochilas eram iguais e facilmente confundíveis, parecia que as andanças começavam a nos pedir reconhecimento para as nossas próprias singularidades, individualidades. Uma necessidade, talvez, para nos mantermos mais inteiros, discriminados, frente a ambientes tão despersonalizados, sem rosto, como o mergulho no universo da rua acaba por impor. Parecia que, diante da tamanha indiscriminação e invisibilidade pela permanência na rua, não nos bastava, muitas vezes, a identidade de ser um educador terapêutico do Projeto Quixote; precisávamos ter nome, rosto próprio, e as mochilas, até hoje, nos ajudaram nesta tarefa.

Do objetivo de estreitar o vínculo e conhecer um pouco mais sobre a dinâmica de cada uma das crianças com quem encontrávamo-nos, o uso da ludicidade foi revelando algo muito especial. Aos poucos fomos compartilhando uma nova e encantadora descoberta e, nas supervisões, passaram a ser relatadas experiências da seguinte magnitude:

“Somos Ets? Ou estas crianças é quem são? É difícil olhar para elas no estado em que elas aparecem, não dá pra acreditar que são crianças. Que seres elas são?”

Mas elas se revelam; se revelaram para mim. Quando sentamos e brincamos, um minuto que seja, fica claro que elas são crianças sim! Tão crianças ou mais crianças do qualquer uma criança que já vi na vida. Capazes de pirar [encantar] em bolas de sabão, de se verem no boneco de massinha, de conseguir parar quietinha e entrar nas histórias que o tio lê. Essa revelação é ainda mais doída, porque elas não são seres de outro planeta não. Às vezes, é difícil ver embaixo da sujeira preta do rosto, os olhos que brilham entre as bolas de sabão, mas quando vemos é uma alegria só” (Relatório Institucional, Outubro de 2009).

Muitas vezes não conseguimos trazer para as reuniões dados mais precisos sobre as crianças, como idades, nomes completos, etc., o que também é importante em nossa tarefa, mas trazemos algo de valor inestimável: o compartilhamento de experiências extremamente lúdicas e prazerosas com as crianças. Crianças de quem sabíamos apenas o primeiro nome, mas com quem havíamos compartilhado momentos propriamente de brincadeira.

Não falo aqui de suas capacidades para manusear os materiais ou assimilar regras de um jogo, o que também são habilidades importantes, mas assinalo essencialmente a possibilidade de porem-se em estado de trânsito (transicional), como postulado por Winnicott (1975), no excitante entrelaçamento da subjetividade e da observação objetiva. Dadas algumas condições ambientais para que elas sintam-se seguras e acolhidas (confiando), muitas vezes elas saem brincando.

É de extrema beleza e alívio perceber que, apesar das biografias marcadas por rupturas, violência e abandono e das tamanhas adversidades que encontram nas ruas, muitas crianças ainda mantêm preservadas as possibilidades de brincar, sonhar, criar. E encontrar a vivacidade da capacidade criativa que anda escondida em meio à brutalidade e indignidade que perpassam o modo de estar desses meninos traz muita vitalidade e esperança para o trabalho que realizamos, tal como experimentei num dia de andanças:

“Foi através da bexiga (alegre, infantil e colorida) que tivemos nosso primeiro encontro com um menino que se mostrou muito especial para nós. Não demorou a se colocar em brincadeira conosco. Ele tinha um lado muito bem humorado, brincalhão. Tinha um clown [palhaço] dentro dele. E foi o seu clown quem brincou conosco: mímicas, brincadeiras com os sons produzidos pelas bexigas (que agora eram três – as nossas duas e a dele) e dramatizações de “transusão de oxigênio” entre as nossas bexigas.

Um encontro que durou o tempo que podia e terminou com o “pequeno clown” se despedindo de nós para acabar de juntar dinheiro, para logo se integrar ao grupo que consumia crack. Mas foi embora levando a bexiga; carregava um pouco mais de colorido em sua imagem naquele momento” (Diário de campo, setembro de 2007).

Compreendemos com Winnicott (1975) que o brincar é universal, natural e próprio da saúde; um pressuposto que nos ajuda a reconhecer e valorizar os aspectos saudáveis das crianças com quem nos relacionamos.

O brincar é essencial porque nele a criança frui sua liberdade de criação, pode utilizar a sua personalidade integral e, assim, a partir da somatória de experiências deste valor refletidas de volta pelo outro, ela pode reunir-se e existir como unidade, formando a base do sentimento do eu (*self*), “*como expressão do EU SOU, eu estou vivo, eu sou eu mesmo*” (Winnicott, 1975, p. 83).

Se compreendermos que o brincar tem um lugar, que é o espaço potencial, e que este acontece apenas em relação a um sentimento de confiança relacionado à fidedignidade do outro, podemos também pensar que testemunhar o brincar dessas crianças é também testemunhar o fato de que elas ainda guardam a capacidade de confiar em um outro, apesar de tantas experiências frustrantes. Testemunhar o brincar é testemunhar que carregam a esperança de encontrar relações significativas que possam refletir sua criatividade; é testemunhar, em última instância, que guardam esperança para uma existência pessoal (Safra, 2004).

No entanto, o testemunho da capacidade criativa e da esperança por uma existência pessoal não é vivência isenta de conflitos e angústias, na medida em que essas crianças permanecem espalhadas pelas ruas, têm dificuldades para aderirem à rede de proteção e não conseguem manter-se mais efetivamente junto às famílias e estabelecer um pertencimento comunitário satisfatório. Pequenos ‘seres esperançosos’ que permanecem por aí, circulando

vertiginosamente, corrompidos pelo tempo, pela violência, em busca de um lugar de pertencimento pessoal em ambiente tão inóspito.

7.3.1. O brincar e a rua

Encontramos na literatura autores que discutem sobre o quanto o ambiente das ruas pode favorecer o desenvolvimento de habilidades específicas. No entanto, não são essas facetas que testemunho de modo mais expressivo no cotidiano das crianças pelas ruas do centro da cidade, ou, melhor dizendo, faz-se necessário reconhecer os altos custos dessas aquisições em ambiente tão adverso.

É importante frisar que, infelizmente, não são apenas os encontros propriamente lúdicos e criativos que retratam a realidade do trabalho que realizamos. Ao longo desses anos temos observado diferenças significativas quanto às possibilidades de brincar das crianças que acompanhamos, conhecendo algumas que, no contato, não nos dão qualquer notícia sobre a possibilidade de estabelecer uma relação a partir de sua personalidade com o mundo, aderindo de forma submissa a tudo o que se apresenta a elas.

Se por um lado algumas crianças já chegam às ruas comprometidas em sua capacidade de estabelecer uma relação criativa e pessoal com o mundo, por outro, como acompanhamos a partir das reflexões anteriores (7.1 e 7.2 deste mesmo capítulo), é notório o quanto o prolongamento do tempo em situação de rua vai criando uma aliança cada vez mais forte com uma forma de viver adversa às necessidades do viver criativo. Observamos o quanto a necessidade de cuidar o tempo todo da sobrevivência e segurança consomem um espaço e tempo que sufocam os processos criativos. O ambiente em que vivem oferece poucas condições para viver experiências de descanso e relaxamento.

Além do prolongamento do tempo em situação de rua, acompanhamos também que há ambientes nesta sociabilidade de rua de extremo poder de toxicidade, 'fagocitando' as crianças

com relativa imediatez. É, por exemplo, o que percebemos quando encontramos crianças com quem normalmente interagimos em outras regiões da cidade, na região da Luz.

Acompanhemos que uma educadora nos conta sobre este contexto:

“Já no caminho a diferença aparece: na região da Luz vou me aproximando de um espaço bastante hostil, sujo, com muito policiamento e crianças muito misturadas aos adultos e, conseqüentemente, muito mais similares a eles. As ruas estreitas reservam um lugar para os usuários: o da sombra. Nós, ao sol, tentamos achar crianças ali onde tudo se mistura e parece igual. A abordagem de rua fica difícil, os meninos parecem muito distantes de nós e, ao que me parece, deles mesmos.

Talvez minha visão sobre o Vale esteja equivocada, já que fui pra lá poucas vezes. Ainda assim, essa última ida me mostrou um lugar muito diferente do da Luz. Um amplo espaço, policiamento comum a outros lugares do centro da cidade, pessoas circulando pra cima e pra baixo e, no meio disso, um grupo de meninos. O uso da cola parece colocar os meninos em um lugar diferente daqueles da cracolândia, um lugar menos paranóico e mais lúdico. (...) Aquela situação e aquelas crianças me pareceram absurdamente diferentes daquelas que estão na Luz. O tempo da infância se fazia presente no Vale, enquanto que na cracolândia ele parece perdido. Me arrisco a dizer que a possibilidade do infantil dar as caras na Luz está no trabalho do educador e de seu olhar direcionado justamente para aquilo que parece estar perdido. Não só do educador, mas das pessoas que circulam pela região e que conseguem ver ali, naquela mistura de gente e de crack, uma criança com uma história, um percurso e alguns desejos. Me faz muito sentido pensar que aquele olhar diferenciado já é, por si só, uma intervenção, bastante terapêutica para aqueles meninos vistos como adultos, viciados e criminosos. Na minha experiência, os encontros e olhares com os meninos da Luz são muito sutis. Não me parece ter espaço para o lúdico, o desenho e os jogos, diferentemente do que ocorre no Vale. (...).” (Relatório institucional, Novembro de 2010)

Preocupamo-nos um tanto com o trânsito das crianças para a cracolândia pois, através da suspensão do brincar, parecem também nos informar sobre o desamparo e desencanto que também se experimenta vivendo-se pelas ruas da cidade.

Sobre o trabalho com essas crianças, tanto na região da Luz como com aquelas que mesmo em outros contextos são ‘menos dadas ao brincar’, Winnicott (1975) nos orienta que é necessário todo um trabalho no sentido de ajudá-las a tornarem-se capazes de brincar, pois é

só a partir dessa condição que é possível inserir enriquecimentos. Alerta que qualquer contribuição fora da área do brincar pode ser vivida como doutrinação e produz submissão.

7.3.2. Brincando junto

Como discutíamos anteriormente, no capítulo 6, para que possamos proporcionar às crianças experiências de inserção no mundo aparentadas com o si mesmo, precisamos estar presentes de forma autêntica para olhar, escutar, deixarmo-nos afetar pelo que elas nos comunicam e ser capaz de refletir esta comunicação.

Para Winnicott o trabalho terapêutico *“trata de duas pessoas que brincam juntas”* (1975, p. 59). E é enfático ao dizer que *“se o terapeuta não pode brincar então ele não se adequa ao trabalho”* (1975, p. 80).

No trabalho que realizamos pelas ruas percebemos que o modo como nos colocamos na relação com as crianças é fundamental para favorecer (ou não) oportunidades de experienciarem existir na relação com alguém a partir de suas singularidades e espontaneidades. Evidencia-se que a possibilidade de realizar alguma intervenção acontece apenas num encontro intenso, quando estamos presentes de forma pessoal, com nossa singularidade (Guimarães, 2007b).

Compreendemos com Safra (1999 e 2004) que para estarmos disponíveis a ofertar respostas estéticas e éticas é preciso posicionarmo-nos em um estado de disponibilidade tal que, naquele momento, a dor ou a experiência de quem fala deve tornar-se parte da própria realidade de quem escuta, vivida no registro da transicionalidade. É a possibilidade do terapeuta de mover-se na dimensão transicional que o permitirá vislumbrar as concepções a respeito da vida, do estar no mundo, as características etno-culturais que fundamentam a subjetividade de seu paciente e de seu vir a ser na relação com o outro.

Fazer do destino do outro o próprio, no registro transicional, constitui o que o autor denomina *Comunidade de Destino*, implicando um posicionamento em lugar de humildade e altruísmo ontológicos. Altruísmo compreendido como abertura para o Outro (posição em direção à transcendência ontológica) e humildade de se deixar desfazer para que se possa ocupar do mundo apresentado pelo interlocutor. Nesse posicionamento, terapeuta e paciente encontram-se implicados um com o outro pelas questões fundamentais do destino humano (o nascer, a ignorância, a finitude, a morte, a transcendência do Outro, o Outro em si-mesmo, a situação de fronteira da existência humana, etc.) e a partir desse lugar ético o terapeuta pode acolher a transcendência do Outro, a sua singularidade, colocando em diálogo o que o paciente apresenta no registro de seu idioma pessoal, na medida do possível (Safra, 2004).

Quando assim posicionados em suas andanças pelas ruas, percebemos que os educadores oferecem-se com mais inteireza nos contatos, disponibilizando-se a viver um campo de experiência com a criança, onde a criatividade e fluidez podem reger o tempo e dar o tom do encontro. Nesse posicionamento ético as mais variadas experiências compartilhadas, como uma conversa na calçada, uma brincadeira, a visita a um serviço de banho, podem ser vivenciadas na área da sobreposição entre o brincar da criança e do educador; área onde se torna possível inserir enriquecimentos, sem que as intervenções sejam vividas como submissão ou expoliação da capacidade criativa.

Testemunhamos também que, quando assim posicionados, os educadores passam a trazer para o seu trabalho objetos pessoais significativos, que também oferecem suas personalidades nos contatos com as crianças: gravadores, livros infantis, kalimbas⁴⁸, traca-tracas⁴⁹, tabuleiros de xadrez, etc. Não me refiro aqui a essas coisas como objetos em si, por sua funcionalidade ou estética. Não se tratam de gravadores ou livros, mas sim de um gravador específico em uso por um educador músico, que vê na melodia das palavras a possibilidade de

⁴⁸ Kalimba é um instrumento musical composto por lâminas de metal e uma caixa de madeira que faz a acústica do instrumento.

⁴⁹ Traca-traca é pode ser classificado como uma mandala, um brinquedo educativo. É um trançado de madeirinhas conhecido pelo sugestivo nome da “Escada de Jacó”, numa referência à sua capacidade de desdobrar “infinitamente” uma madeirinha sobre a outra.

comunicação profunda; um livro infantil narrado por alguém que teve a infância marcada pelo mundo mágico dos contos em companhia de alguém significativo.

Eis a experiência de nosso educador músico com seu gravador:

“A música no Vale

Durante estes meses de experiência circulando pelas ruas da região da “cracolândia” e Vale do Anhangabaú com um ET (educador terapêutico), aos poucos fui percebendo o quanto a música reverbera também por estes espaços.

A música, o som, não podem ser contidos. Eles se propagam.

Logo, a menos que nos percamos no vácuo da ruptura de laços com crianças e adolescentes que perambulam pelas ruas das grandes cidades, teremos a chance de abrir nossos canais auditivos e amplificar suas vozes, a sua música. Para que outros também possam ouvi-la, legitimando um lugar social há muito tempo negado.

A música cantada por eles, em sua grande maioria na forma de RAP ou funk (linguagens próprias da rua), ao contrário do que poderia se imaginar, carrega mensagens que se aproximam muito a um pedido de socorro.

Elas não cantam a história de um jovem ladrão que saiu pelas ruas para roubar, matar e drogar-se pelo resto da vida. Narram histórias tristes de pessoas que nasceram em lares desestruturados, na rua ou em qualquer outra situação de um ambiente árido, que torna a tarefa de humanização praticamente impossível.

Estes meninos cantam a dor, a tragédia de suas vidas, os motivos que fizeram da rua o seu sonho de um lugar melhor. Uma utopia de salvação.

A vida não ofereceu para eles elementos e repertório que os permitam harmonizar as suas vidas e músicas. Elas são cantadas em simples melodias entoadas por vozes timbradas através de muita droga e sofrimento.

Assim fomos percebendo a música como uma potência para estabelecer e estreitar vínculos com as crianças. As mesmas que antes eram refratárias e ainda desconfiadas de nossa presença, ao nos verem cantando com algumas outras, registrando letras num gravador, se aproximavam rapidamente pedindo para gravar também as suas músicas.

Há no Vale aquele que tenha habilidade com as palavras e que, no improviso, faz a sua música atraindo a admiração de todos. Há também aquele que, de tão louco de cola, não consegue sequer conectar uma palavra com a outra.

No entanto, quase todos querem deixar seu registro para depois ouvirem incessantemente. Todas às vezes como se fosse a primeira. Fica a dúvida se querem ouvir a música ou a mensagem que eles mesmos tentam passar a quem está por perto. Eles ouvem!? E nós?!” (Relatório Institucional, setembro de 2006).

Podemos pensar que a oferta desses objetos com os quais os educadores experimentam vivências (transicionais) significativas nos encontros com as crianças favorecem com que o meio ambiente humano configurado naquele momento de encontro possa ressoar em sentidos e significações, já que essas coisas, assim preservadas em seu registro ontológico, veiculam possibilidades de se estar no mundo e de se conceber a vida (Safra, 2004).

7.4. De mãos dadas pela cidade

Se por um lado a dinâmica da rua está sempre mudando, por outro a vivência que se tem é de que ela é sempre a mesma, enquanto um lugar de circulação aprisionante. Apesar da ilusória liberdade que se experimenta pela possibilidade de transitar pelos vários espaços da cidade, acompanhando as crianças nesses ‘entra e sai’ dos lugares, o que se nota é que elas permanecem sempre identificadas e se identificando com o lugar de ‘meninos de rua’. A nomeação menino de rua vai marcando o corpo e a história dessas crianças e adolescentes, perpetuando essa condição. (Ferreira, 2001)

Lembro-me que numa das primeiras vezes que acompanhei um garoto já conhecido a um serviço de saúde, chamou a minha atenção a forma como se dirigiu à atendente: ‘vai tia, me atende que eu sou menino de rua’. Uma apresentação inquietante que, sempre a mesma em diferentes lugares, parece frisar o lugar que esses meninos ocupam na relação com os diferentes atores da cidade, sempre o do “menino de rua”, confinados à rotina dos abandonados.

Num cenário em que muitas pessoas parecem já ter se acostumado a conviver com crianças e adolescentes nessa ‘condição’, notamos o quanto a nossa presença pelas ruas junto às crianças favorece uma ‘desnaturalização’ do lugar, como bem descreveu uma educadora:

“Segundo mês de trabalho na rua e já consigo perceber mais o vai e vem de cada dia. Vai e vem de carros, de pessoas que fingem que não vêem, mas principalmente um vai e vem de meninos sem lugar, sendo empurrados para todos os lados. A dinâmica movimentação da rua é constante.

Me chama atenção que, apesar da vizinhança hostil, estes meninos do Vale insistem, provavelmente, porque não tem um lugar melhor para ir...

Do lado da instituição para jovens, na quadra, eles não são bem-vindos. Me pergunto se para estas pessoas eles não são considerados jovens, ou se esta categoria “jovens-sujinhos” simplesmente não merece a atenção deles. Neste lugar o cadeado é a melhor solução.

Na frente da padaria, no meio de tantos transeuntes, a recepção é pior ainda. Muitas vezes há cenas de seguranças os afastando, policiais correndo com sprays de pimenta, mostrando poder e entrando na batalha do empurra-empurra e do “aqui não dá pra ficar”.

E nosso trabalho em meio a tudo isso? O que vejo são olhares de inquietação e de reprovação dirigidos para nós que estamos ali, justamente para lembrar que aqueles são meninos e que gostam de jogar damas, muito mais do que de empurra-empurra!

Em discussões com o grupo, passei a perceber a importância que apesar dos pesares esses olhares que a nós são dirigidos trazem. De alguma maneira a nossa presença no chão das ruas traz visibilidade para esses meninos. Ao nosso lado eles são vistos desenhando, jogando damas ou soltando bolinhas de sabão... E, nesses momentos, os olhares de estranhamento parecem quase lembrar que, por trás dos saquinhos de cola sempre na mão, estas infâncias insistem em aparecer.” (Relatório Institucional, Agosto de 2010)

Além da presença nas ruas, como experiências que buscam favorecer o rompimento da circularidade viciada, nossos convites às crianças para percorrer por outros espaços da cidade (andanças) ou mesmo o acompanhamento no acesso aos serviços da rede de atendimento normalmente também irrompem em vivências significativas.

7.4.1. Andanças

Um educador nos conta sobre suas andanças com João:

“Diante do pedido de ir ao dentista, procuramos um lugar que suprisse essa demanda. (...) Fomos até a praça sexta-feira e combinamos com João a ida para a próxima quarta-feira. Na quarta, conforme o combinado, o acordamos debaixo dos cobertores. Era um dia que fazia frio e ele demorou um pouco para se levantar. Ele mesmo tinha escolhido não ir com a perua que tínhamos disponível da prefeitura e fomos de metrô. Na caminhada da praça até o metrô João foi cumprimentando bastante gente e pedindo comida e cigarro a outras tantas. Ele ficou muito empolgado em entrar no metrô. Isso mostrou-se realmente um marco importante nesse encontro, pudemos notar o quanto o espaço da rua é limitante e limitado para esses meninos. Morar na rua inicialmente está associado à uma imagem de liberdade de trânsito, o que nem sempre é verdade. O mundo de João limitava-se apenas as redondezas da praça. Poder percorrer a cidade através do metrô trouxe inúmeras revelações; apesar de sentir a diferença diante dos outros transeuntes e, em alguns momentos, fazer questão de marcar isso, em outros, entregava-se a sensação de voltar a se perceber um menino de treze anos, que estava indo ao dentista, pegando o metrô. Nesses momentos de retomada de infância, lembrava-se de sua mãe e dos momentos que pegava o trem com ela. Essa ida ao dentista foi marcada por inúmeros trânsitos, dentre eles a locomoção em si (ruas, metrô, etc...) e o trânsito de João que perambulava entre os lugares de menino de rua e de uma criança de treze anos. (...)Essa ida provocou preparativos em nós e nele, pois João tomara um banho no dia anterior a nossa ida. Contudo, mesmo que tivesse tomado banho, estava na rua e com as roupas sujas. Quando estávamos no metrô, vimos saindo de sua touca de lã um pequeno bichinho parecido com um carrapato, que as pessoas que moram nas ruas chamam de “muquirana”. Ficamos junto matando os bichos que estavam na touca. (...)Depois, quando quis deitar no colo de um de nós, enquanto aguardávamos o atendimento, este fato veio a tona mostrando a dificuldade de nos aproximarmos de um jeito que ele queria, devido a falta de cuidados em que ele se deixava ficar. Ficou então mostrando a sua caspa, como uma forma de explicar a falta de cuidado, como um pedido.

Já tínhamos combinado com ele que almoçaríamos ali perto do hospital, antes da consulta, que era ao meio-dia. Porém, nas quatro quadras que andamos até lá, João ia parando em cada barraquinha de comida na rua para pedir pipoca, batata frita, cachorro quente, além de pedir cigarro para as pessoas. Acabou ganhando um cachorro quente e comeu inteiro. Comentamos que assim ele não teria fome para almoçar.

Depois de esperar duas horas na fila de atendimento conversando sobre morar nas ruas, lendo livros com ele, entramos para o atendimento. Porém, infelizmente o serviço odontológico

ali servia apenas para extração de dente, mas fomos muito bem atendidos. O dentista nos encaminhou para outro serviço odontológico nas redondezas que, quem sabe, poderia nos atender. Saímos correndo para conseguir ser atendido no outro lugar e ele foi pedindo comida no caminho. Pediu pipoca e depois uma cocada. Comeu apenas um pedaço da cocada e não a quis mais. Conversamos então sobre o quanto ele estava pedindo por fome e necessidade ou quanto pede por estar acostumado e está nesse lugar daquele que recebe. Não conseguimos novamente ser atendidos e João estava já desistindo. (...) Depois de arriscar desistir algumas vezes, voltamos até o dentista do Hospital São Paulo para pedir mais indicações de onde conseguir atendimento. Porém ele não estava mais lá.

Na esquina do metrô, um menino que parecia ter por volta de oito anos de idade fez malabares na nossa frente e pediu dinheiro. João falou como estava numa situação pior que a dele, pois além de não ter dinheiro, morava na rua. O menino riu de João e falou que ele era mendigo. Ele ficou muito irritado por ser alvo de preconceito e disse como o menino só iria se dar mal por ter esse preconceito. Voltamos ao metrô, conversando sobre não termos conseguido o atendimento, mas que, pelo menos, tínhamos conseguido um encaminhamento e iríamos, depois, conseguir ser atendidos no lugar certo. João comentou também sobre a feijoada que comemos no almoço.” (Relatório Institucional, março de 2007)

Todas essas experiências com João assinalam a possibilidade de aproveitarmos as diversas oportunidades de trânsito com as crianças pela cidade, como interessantes ‘estratégias’ para estender suas circulações, favorecendo outras formas de pertencimento.

Percebemos com João que, apesar da necessidade de em alguns momentos marcar a diferença entre si e os demais transeuntes, através de certas atitudes, o fato de poder se perceber como um menino que estava indo ao dentista de metrô acompanhado por adultos responsáveis e que carregava em si experiências de cuidado e atenção, que emergiram nas lembranças de quando pegava trem com a mãe, favoreceu a colocação da identidade de menino de rua em trânsito, na medida em que foi possível experienciar-se como parte da ‘comunidade humana’ (Safra, 2004) e não estranho à ela.

Compreendemos com Barretto (1997 e 1998) que o cotidiano pode ser apreendido como trama de produtos potenciais da interface entre a subjetividade e a cultura e que seu potencial terapêutico pode ser utilizado para favorecer o desenvolvimento do ser humano. O

acompanhamento terapêutico (AT), nessa perspectiva, é um procedimento clínico que busca potencializar essa dimensão simbólica⁵⁰ do cotidiano de um sujeito, considerando que o paciente se desenvolverá caso encontre condições favoráveis em seu ambiente. Através do exercício de determinadas funções ambientais, o acompanhante pode fornecer ao acompanhado experiências que possam suprir determinada(s) fenda(s) no *self*, decorrentes de inúmeros fatores ambientais que poderíamos resumir como desencontros com as necessidades de uma pessoa, que inevitavelmente ocorrem ao longo da vida.

Percebemos que os educadores terapêuticos, através da oferta de um lugar ético constitutivo, acompanhando e acolhendo as experiências dos meninos em meio aos acontecimentos da cidade, podem favorecer o estabelecimento de correlações pessoais com a realidade compartilhada, de maneira que o espaço do mundo possa ser (re) conhecido com significação pessoal, ampliando o horizonte de existência.

Subsidiados pela potencialidade terapêutica da clínica do AT, os educadores terapêuticos, pelo testemunho e manejo das experiências cotidianas, podem favorecer que as crianças e jovens possam vir a desfrutar da vida e de si mesmos de maneira criativa, resgatando o sentido de sua existência por meio daquilo que é significativo para eles.

Como afirma Barretto (1998), esse é um tipo de trabalho que exige do profissional a capacidade de se manter em um estado de disponibilidade capaz de discriminar, pensar e jogar (brincar) em qualquer situação em que esteja acompanhando uma pessoa, nos mais variados espaços da cidade.

7.4.2. Acesso à rede de proteção

Apesar da garantia de direitos instituída pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), ainda nos dias de hoje a inserção das crianças e adolescentes na rede de proteção não é tarefa fácil. Além das dificuldades próprias inerentes ao processo de transição da rua para espaços de

⁵⁰ Barretto (1998) nos esclarece que a dimensão simbólica, dentro desta perspectiva, “*não se restringe à dimensão discursiva (linguagem), mas compreende os gestos ou as imagens.*” (p. 177).

cuidado mais estáveis e regrados, muitas vezes, nesse trânsito, deparamo-nos também com problemas institucionais, onde a presença de um educador pode auxiliar nas mediações necessárias.

Uma educadora nos conta uma experiência neste sentido, quando um adolescente que acompanhava manifestou desejo de ir para um CRECA para aguardar uma festa em comemoração ao dia das crianças que ocorreria na sede do nosso projeto, dali a aproximadamente uma semana:

“Paulo participa da oficina de break e, perto da hora do lanche, recebemos a notícia de que havia uma vaga no Creca próximo de sua casa. Ele ainda sustenta seus planos em relação ao abrigo e vamos então eu e Laura acompanhá-lo.

Despede-se das pessoas do Quixote dizendo ainda ‘Tchau, to indo pro abrigo!!’ e quando a perua parte pela rua Mauá, ele grita ‘tchau seus nóia, to indo pro abrigo’. Indago-o quanto a sua expressão, e ele diz: ‘é esses cara que fica usando pedra⁵¹’. Pergunto se ele também era um nóia, responde sorrindo ‘não mais’.

(...) Logo que chegamos ao CRECA, a coordenadora nos informou que não havia vaga para Paulo e que a casa estava com número excedente de crianças. Mostrou-se bastante irritada com a situação, afirmando que ninguém havia consultado antes. Os agentes da CAPE ligam então para a central de vagas e nós ligamos para a Isis [assistente social do Projeto], para confirmar as informações. Neste meio-tempo a coordenadora recebeu um telefonema e voltou falando para nós que faria uma ‘caminha’ para Paulo. Paulo estava conosco durante todo este tempo, inclusive quando ela falou: “não vai ter problema ficar com ele aqui hoje, porque ele é tranquilo e, além do mais, amanhã já vai estar na rua mesmo”. Ele se manifestou neste momento, para se defender, contando de seus planos de ficar até o Dia das Crianças. Validamos seus planos e respondemos a ela que estávamos lá justamente para facilitar a sua permanência no abrigo. Percebemos porém, que ela não estava muito disposta a escutar. Deixamos nossos telefones e nos disponibilizamos a ajudá-la em qualquer necessidade relacionada a ele (permanência no abrigo, contato com família, etc..)

Felizmente, Paulo pareceu pouco afetado pela falta de acolhimento no abrigo. Ficou com umas folhas de passatempos ‘de lembrança’ nossa e pediu para tirarmos uma foto da recepção do abrigo no celular, para termos ‘de lembrança’ dele”. (Relatório Institucional, outubro de 2006)

⁵¹ Referindo-se às pedras de crack.

Percebemos que políticas públicas instáveis, o insuficiente número de equipamentos frente à demanda, e a escassez de recursos direcionada à assistência dessa população favorecem para que as pessoas, muitas vezes, trabalhem de modo insatisfeito e insatisfatório. Abrigos lotados não permitem o acolhimento adequado das crianças e as constantes fugas dos garotos contribuem para deixar os profissionais desacreditados da possibilidade de mudanças.

Na experiência com Paulo, o que testemunhamos é que ele sonha com outra inserção para si; deseja não ser mais um 'nóia'. No entanto, fica muito difícil sustentar um sonho de futuro para si quando o outro não o reconhece, ou pior, desacredita. Paulo parece ter encontrado alguma sustentação para a sua permanência no abrigo na relação com as educadoras.

No dia a dia do trabalho percebemos que reuniões de discussão de caso são imprescindíveis para a tessitura de uma rede suficientemente consistente para as crianças. Diante da pluralidade de ofertas e ações que existem na rede, espaços para discutirmos a singularidade de cada situação têm valor fundamental para que possamos estabelecer diretrizes comuns de cuidado. Somado a isso, notamos também que essas reuniões de rede ajudam as instituições, em nome de seus diferentes profissionais, a não se sentirem sobrecarregadas, em função da possibilidade de contarem umas com as outras no enfrentamento das dificuldades com que nos deparamos no dia a dia.

No estudo em que buscou refletir sobre os elos e paradoxos que emergem do relacionamento entre as concepções e práticas levadas a cabo pelos agentes institucionais e as crianças e adolescentes em situação de rua no centro da cidade de São Paulo na década 90, Gregori (2000) constatou que, menos caracterizados pela cooperação no atendimento conjunto, os serviços estavam atuando de maneira isolada, não maximizando esforços, não se somando. Apesar da constatação de experiências interessantes, não existia comunicação entre os organismos, formando, mais do que uma rede de proteção, uma trama institucional que passava a alimentar os aspectos da circulação e da viração, ao invés de romper e ajudar na constituição de um projeto futuro.

Para que um trabalho de abordagem de rua possa ser efetivo, no sentido de favorecer a transformação gradual do circuito de rua em outras formas de viver, é imprescindível que atue de forma integrada aos demais serviços que compõem a rede de proteção, principalmente levando em consideração as instituições que são importantes para as crianças, tanto nas regiões centrais como aquelas assinaladas por elas em suas regiões de origem. É necessário considerar que os garotos circulam por vários serviços e esse percurso traça em si uma rede que deve ser contemplada pela importância que têm para as crianças.

Como nenhuma instituição é completa, percebemos que os intercâmbios entre as instituições são de extrema importância para que possam interferir de diferentes formas e de acordo com suas especialidades na criação de um circuito alternativo à rua para essas crianças e adolescentes, onde novos vínculos e possibilidades de ser e estar no mundo possam ser vislumbradas. Trabalhar em rede, muito mais do que homogeneização de serviços, significa troca. Implica em construir-se uma rede de serviços suficientemente interessantes e receptivos, que possibilitem o reconhecimento e escuta dessas crianças e adolescentes, na singularidade de seus apelos. (Bedoian, 2007).

Para nós, profissionais que têm o trabalho atravessado pela questão da inclusão, Fujihira (2008) assinala a importância da questão ideológica do movimento de inclusão não se transformar em algo mais importante que a própria singularidade das pessoas. Assinala que há necessidade de que as pessoas encontrem meios de produzir gestos no mundo, o que não fica garantido apenas por estar ela 'encaixada' numa situação social, assim sendo, o que deve sobressair nesse processo é a importância das condições dos lugares, que devem contemplar as necessidades das pessoas.

Capítulo 8: Considerações Finais

Apesar da existência de crianças e adolescentes em situação de rua desde muito tempo, este ainda permanece sendo um grave problema, longe de ser resolvido nos dias atuais. Felizmente deparamo-nos cada vez mais com programas e iniciativas de atendimentos comprometidos com um cuidado responsável com a infância e a adolescência em situação de vulnerabilidade e risco em nosso país, porém ainda nota-se a necessidade de muito investimento no sentido do enfrentamento dessa complexa realidade. Ao refletir sobre o potencial terapêutico dos encontros entre educadores do Projeto Quixote e as crianças e adolescentes nas ruas da cidade, este estudo busca contribuir para ampliar as discussões dessa problemática, a partir de experiências de profissionais que atuam nas ruas do centro da cidade de São Paulo.

Pelas ruas, os encontros com essas crianças e adolescentes revelam que eles estão fugindo e buscando. Partem de contextos onde o abandono, a violência e a invisibilidade são as tônicas, e a chegada às ruas do centro da cidade, através de uma complexa forma de exposição pública, parece apontar para uma tentativa de interromper esses ciclos, movida pela esperança de encontrarem relações significativas a partir das quais possam estabelecer uma relação pessoal e significativa com o mundo.

Apesar das biografias marcadas por rupturas e abandonos, e das adversidades que encontram pelas ruas, os contatos com os meninos revelam que, se providas algumas condições ambientais para que se sintam acolhidos e reconhecidos, muitas vezes manifestam a possibilidade de ainda confiarem em um outro, o que, em última instância, expressa esperança para uma existência pessoal ainda não vivida.

Neste estudo foi fundamental compreender a importância de não reduzirmos os sofrimentos que essas crianças e adolescentes nos apresentam ao seu aspecto psíquico ou social, mas poder considerá-los em seus aspectos ontológico e constitutivo. Apesar da exclusão e do desenraizamento comunitário serem fenômenos que têm origem no campo social, estes

precisam também ser compreendidos como acontecimentos ontológicos, na medida em que rompem com a possibilidade das crianças habitarem eticamente o mundo humano (Safra, 2004).

Mais do que práticas ou ações específicas, esta investigação parece apontar para o fato de que o potencial terapêutico das intervenções dos educadores pelas ruas sustenta-se, fundamentalmente, na oferta de uma presença disponível, que favoreça a essas crianças e adolescentes estar em uma relação com alguém capaz de reconhecê-las em suas singularidades, o que constitui necessidade ética fundamental para que possam vir a se constituir, sentirem-se reais e estabelecerem uma relação significativa com a vida.

Nesse percurso, observamos que o estabelecimento de vínculos com as crianças e adolescentes tem um valor fundamental, pois só eles legitimam-nos como pessoas confiáveis com quem podem partilhar dimensões difíceis de suas existências e desenhar gestos criativos em direção ao mundo. E, num contexto de extrema instabilidade como é a rua, as vivências de continuidade e previsibilidade, que conduzem à experiência de confiabilidade, podem e precisam ser favorecidas através da constância das atitudes dos educadores, que, nos mais variados espaços por onde circulam com as crianças, buscam manterem-se estáveis em seu estado de disponibilidade.

As reflexões presentes neste estudo também apontam para a potencialidade terapêutica presente no acompanhamento das crianças em seus cuidados corporais. Assinalando suas condições corpóreas e oferecendo companhia para os cuidados necessários, temos a oportunidade de favorecer integrações psicossomáticas, restituindo a possibilidade da corporeidade ser uma morada pessoal repleta de sentidos, a partir da qual a criança pode dispor de uma vida imaginativa e se relacionar com os diferentes espaços do mundo por meio de operações estéticas nas quais pode medir, sentir e conceber o mundo por intermédio de seu corpo (Safra, 1999).

Também foi importante compreender que o modo como nos colocamos na relação com as crianças é fundamental para favorecer (ou não) oportunidades de experimentar existir na

relação com alguém que acolha suas singularidades e espontaneidades. Nota-se a importância de aguardar que o encontro possa ser vivenciado como fruto de um gesto pessoal da criança em nossa direção, pois só assim as crianças podem estar numa relação com alguém que possa inserir contribuições, sem que isso seja vivenciado como uma exploração de sua capacidade criativa. Para tanto, precisamos nos posicionar em um estado de disponibilidade tal que, no calor de cada encontro, as experiências das crianças possam tornar-se parte de nossas próprias realidades, vividas no registro da transicionalidade (Safra, 2004).

Além da presença nas ruas e das experiências que buscam romper com a circularidade 'aprisionante' deste contexto de sociabilidade, podemos notar que os convites às crianças para habitar outros espaços da cidade ou mesmo a companhia para o acesso aos serviços da rede de atendimento também podem proporcionar vivências significativas, na medida em que se experimenta outras formas de inserção, que colocam a identidade 'menino de rua' em trânsito. Os educadores terapêuticos, acompanhando e acolhendo as experiências dos meninos em meio aos acontecimentos da cidade, podem favorecer o estabelecimento de correlações pessoais com a realidade compartilhada, de maneira que o espaço do mundo possa ser (re)conhecido com significação pessoal, ampliando os horizontes da existência.

É importante, no entanto, não perder de vista que todo esse trabalho dos educadores terapêuticos acontece em meio a um circuito de sociabilidade onde viver circulando é tarefa necessária de sobrevivência e, neste contexto, uma infinidade de razões pode marcar a configuração (ou não) da possibilidade de encontros entre as crianças e os educadores.

Além das dificuldades próprias dessas crianças, que chegam às ruas marcadas por rupturas e abandonos, observamos o quanto o prolongamento do tempo em situação de rua cria gradativamente uma aliança cada vez mais forte com uma forma de viver adversa às necessidades do viver criativo, o que, algumas vezes, torna a aproximação e um contato mais pessoal difícil. Por vezes, o trabalho desenvolvido nas ruas pelos educadores desdobra-se em outras intervenções, como o acompanhamento em períodos de abrigo ou em retornos pontuais ou mais definitivos para casa. No entanto, um encontro significativo com uma criança

na rua não é, de maneira alguma, sinônimo de continuidade de uma relação e, algumas vezes, um único encontro é a oportunidade de contato que temos com um menino, que depois não voltamos a ver.

Fazemos parte da vida dessas crianças pelo período que é possível. Precisamos o tempo todo tolerar a frustração e nos defrontar com a nossa impotência. Muitas vezes investir significa aguardar o gesto do outro e esta é uma tarefa muito difícil nesse trabalho, já que o tempo passa rápido na rua e a degradação das crianças é intensa. No entanto, são elas quem permitem ou não a aproximação e definem a possibilidade de ajuda possível.

Diante das exigências e da intensidade das experiências cotidianas, o acolhimento da própria equipe, tanto através de espaços de supervisão como de formação, mostra-se um recurso fundamental para manter a saúde do trabalho e do trabalhador, como forma de não sucumbir à circulação incessante das ruas, permitindo lidar com todos os sentimentos despertados por testemunhar crianças vivendo em condições tão desumanas e aviltantes. Notamos o quanto esse campo de cuidado com as equipes ainda é pouco valorizado nos serviços de uma maneira geral, o que muitas vezes acaba por fragilizar práticas muitas vezes interessantes e qualificadas.

É importante assinalar que as reflexões deste estudo não tiveram, de maneira alguma, o intuito de apontar para uma homogeneização das formas de trabalho com as crianças e adolescentes em situação de rua. Ao contrário disso, como refletimos anteriormente, a diversidade das intervenções, de acordo com as especialidades dos serviços e as peculiaridades de cada encontro, torna-se importante para a criação de um circuito alternativo à rua, onde novos vínculos e possibilidades de ser e estar no mundo possam ser vislumbradas.

A análise das intervenções realizadas sugere que, através das diferentes práticas, podemos contribuir para a gradativa transformação da experiência na rua em outras formas de viver, a partir da oferta de um lugar ético constitutivo, através do qual essas crianças e adolescentes possam morar, estar e constituir-se como habitantes no mundo humano, a partir do estabelecimento de uma relação pessoal e criativa com a realidade. Mais do que um

problema social, estamos diante de uma questão ética, relacionada à possibilidade de crianças e adolescentes em situação de risco poderem se apresentar ao mundo, reconhecerem-se em suas singularidades e estabelecerem uma relação significativa com a vida.

Vale finalmente considerar que os estudos investigativos nesse campo e a experiência no atendimento dessas crianças apontam para o quanto a instabilidade das políticas públicas, a falta de diálogo entre serviços e a ausência de trabalhos mais efetivos com famílias, permanecem alimentando os aspectos da circulação e viração, ao invés de romper e ajudar na constituição de um projeto de futuro. São questões que merecem a nossa atenção, na medida em que favorecem a manutenção das crianças e adolescentes em situação de rua, e futuros estudos sistematizados nessa direção poderão trazer contribuições significativas para o enfrentamento desta realidade.

Referências Bibliográficas

Ales Bello, A. (2006). *Introdução à Fenomenologia* (I. J. T. Garcia & M. Mahfoud, Trad).

Bauru: EDUSC.

Alves, P. B. (1998). *O brinquedo e as atividades cotidianas de crianças em situação de rua.*

Pontifícia Universidade Católica, Rio Grande do Sul.

Alves, P. B. (1998). *O brinquedo e as atividades cotidianas de crianças em situação de rua.*

Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica, Rio Grande do Sul.

Alves, P. B., Koller, S. H., Silva, A. S., Santos, C. L., Silva, M. R., Reppold, C. T., et al. (2002).

Atividades cotidianas de crianças em situação de rua. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(3), 305-313.

Alves, P. B., Koller, S. H., Silva, M. R., Santos, C. L., Silva, A. S., Reppold, C. T., et al. (2001).

Brinquedo, trabalho, espaço e companhia de atividades lúdicas no relato de crianças em situação de rua. *Psico (Porto Alegre)*, 32(2), 47-71.

Amatuzzi, M. M. (2001). *Por uma Psicologia Humana*. Campinas: Editora Alínea.

Ataíde, B. D. Y. (2003). *Decifra-me ou Devote-te – História oral de meninos de rua em*

Salvador. São Paulo: Edições Loyola.

- Barreto, K. D. (2000). Uma proposta de visão ética no acompanhamento terapêutico. In: *Crise e Cidade – Acompanhamento Terapêutico*. São Paulo: EDUC
- Barretto, K. D. (2005). *A Ética e a Técnica no Acompanhamento Terapêutico: Andanças com Dom Quixote e Sancho Pança*. São Paulo: Unimarco Ed.
- Bedoian, G. & Menezes, K. (2008). *Por trás dos muros: horizontes sociais do grafitti*. São Paulo: Editora Peirópolis.
- Bedoian, G. (2007). Quixotinhos Urbanos: a rua a droga e a rede. In A. Lescher & G. Bedoian (Orgs.). *Conceitos e Estratégias para o atendimento de crianças e jovens em situação de risco*. São Paulo: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Projeto Quixote, UNIFESP.
- Campos, T. N., Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2000). (Sobre)vivendo nas ruas: habilidades sociais e valores de crianças e adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13(3), 517-527.
- Casas, F. (1998). *Infancia: perspectivas psicosociales*. Barcelona: Paidós Ibérica.
- Conceição, M. I. G., & Sudbrack, M. F. O. (2004). Estudo sociométrico de uma instituição alternativa para crianças e adolescentes em situação de rua: construindo uma proposta pedagógica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(2), 277-286.
- Dias, E. O. (1999). Sobre a confiabilidade: decorrências para a clínica. *Natureza Humana: Revista Internacional de filosofia e práticas psicoterápicas*, 1(2), 283-322.

- Fender, S. A. (2007). Famílias: Riscos e Desafios. In: Lescher, A. & Bedoian, G. (Org). *Conceitos e Estratégias para o atendimento de crianças e jovens em situação de risco*. São Paulo: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Projeto Quixote, UNIFESP.
- Ferreira, T. (2001). *Os meninos e a rua: uma interpelação à psicanálise*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Forster, L. M. K., Barros, H. M. T., & Tannhauser, S. L. (1992). Meninos na rua: relação entre abuso de drogas e atividades ilícitas. *Revista brasileira de psiquiatria*, 14(3), 115-120.
- Frangella, S. M. (2000). Fragmentos de corpo e gênero entre meninos e meninas de rua. In: *Cadernos Pagu (14)*. pagu@unicamp.br.
- Frontana, I. C. R. (1999). *Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola.
- Fujihira, C. Y. (2008). *Reflexões sobre a Inclusão: o trajeto de uma clínica do acompanhamento terapêutico focado na inclusão*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Gomes, R. (1994). A violência enquanto agravo à saúde de meninas que vivem nas ruas. *Caderno de Saúde Pública*, 10(1), 156-167.
- Gomes, R. (1996). Processo saúde-doença ligado à sexualidade de meninas que vivem na rua. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 4(1), 163-176.
- Graciani, S. S. M. (2005). *Pedagogia Social de Rua*. São Paulo: Editora Cortez.

- Gregori, M. F. & Silva, C. A. (2000). *Meninos de rua e Instituições: tramas, disputas e desmanches*. São Paulo: UNESCO, Instituto Airton Senna, Contexto.
- Gregori, M. F. (2000). *Viração: Experiências de meninos nas ruas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Guimarães, G. (2007a). Moinho da Luz- uma experiência de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua. In: Lescher, A. & Bedoian, G. (Org). *Conceitos e Estratégias para o atendimento de crianças e jovens em situação de risco*. São Paulo: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Projeto Quixote, UNIFESP.
- Guimarães, G. (2007b). *A clínica do desenraizamento: atendimento a crianças em situação de risco*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.
- Holanda, A. F. (2003). Pesquisa fenomenológica e Psicologia Eidética: elementos para um entendimento metodológico. In: Brus, M. A. T. & Holanda, A. F. (Orgs). *Psicologia e Fenomenologia – reflexões e perspectivas*. Campinas: Ed. Alínea.
- Justo, S. S. C. (2003). *Os meninos fotógrafos e os educadores: viver na rua e no Projeto Casa*. São Paulo: Editora UNESP.
- Lescher, A. D. & Loureiro, C. (2007). Refugiados Urbanos. In: Lescher, A. & Bedoian, G. (Org). *Conceitos e Estratégias para o atendimento de crianças e jovens em situação de risco*. São Paulo: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Projeto Quixote, UNIFESP.
- Lescher, A. D., SARTI, C., BEDOIAN, G., ADORNO, R. C. F. & LIMA, S. (1998). *Cartografia de uma rede: reflexões sobre o mapeamento da circulação de crianças e adolescentes em*

situação de rua na cidade de São Paulo. São Paulo: Ministério da Saúde, COSAM, UNDP, Projeto Quixote.

Maciel, R. A. (2005). *Sobre as circunstâncias em que transcorreu a infância de jovens que moraram nas ruas do município de São Paulo e os possíveis efeitos sobre suas personalidades*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Malfitano, A. P. S. (2008). *A tessitura da rede: entre pontos e espaços. Políticas e programas sociais de atenção à juventude - a situação de rua em Campinas, SP*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Mamede, M. C. (2006). *Cartas e Retratos: uma ética em direção à clínica*. São Paulo: Altamira.

Marcílio, M. L. (1998). *A História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores Ltda.

Martins, C. B. d. G., & Jorge, M. H. P. d. M. (2009). Situação de mendicância, trabalho precoce e prostituição infantil envolvendo crianças e adolescentes em Londrina, Estado do Paraná - 2006. *Acta Scientiarum. Health Sciences*, 31(1), 23-29.

Medeiros, M. (1998). *Olhando a lua pelo mundo da rua: representações sociais da experiência de vida de meninos em situação de rua*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

Medeiros, M., Ferriani, M. d. G. C., Gomes, R., & Munari, D. B. (2002). O significado de casa e rua para meninos com experiência de vida nas ruas: em busca de uma compreensão

- sobre as implicações para a saúde. *Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano*, 12(2), 1-12.
- Menezes, D. M. A., & Brasil, K. C. T. (1998). Dimensões psíquicas e sociais da criança e do adolescente em situação de rua. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 11(2), 327-344.
- Noto, A. R. (1998). *O uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua de seis capitais brasileiras, no ano de 1997*. Unpublished Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo.
- Nunes, E. L. G. (2004). *Adolescentes que vivem na rua: um estudo sobre a vulnerabilidade ao HIV/aids relacionada à droga, à prostituição e à violência*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Oliveira, A. A. P., & Ribeiro, M. O. (2006). O cuidar da criança de / na rua na perspectiva dos graduandos de enfermagem. *Texto & Contexto. Enfermagem*, 15(246-253).
- Oliveira, E. S. (2008). *Crianças e adolescentes em situação de rua - imposição inexorável: a experiência da Associação de Apoio a Meninas e Meninos da Região Sé (AAMM)*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Paludo, S. d. S., & Koller, S. H. (2008). Toda criança tem família: criança em situação de rua também. *Psicologia & Saúde*, 20(1), 42-52.
- Perez, O. C. (2005). *ONGs e governo: um estudo sobre as organizações não-governamentais que trabalham com meninos(as) de rua no centro de São Paulo e as relações com a*

- administração municipal*. Unpublished Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Petersen, C. S., & Koller, S. H. (2006). Avaliação psicológica em crianças e adolescentes em situação de risco. *Avaliação Psicológica* 5(1), 55-66.
- Ribeiro, M. O. (2003). A rua: um acolhimento falaz às crianças que nela vivem. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 11(5), 622-629.
- Ribeiro, M. O., & Ciampone, M. H. T. (2002). Crianças em situação de rua falam sobre os abrigos. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 36(4), 309-316.
- Ribeiro, M. O., Oliveira, M. A. F., Silva, A. L. A., & Barros, S. (2003). O papel das drogas na vida da criança em situação de rua. *Revista de Terapia Ocupacional*, 14(2), 79-84.
- Rocha, M. C. (2000). *A Experiência de Educar na Rua: Des-Cobrando possibilidades de ser-no-mundo*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Safra, G. (1999). *A Face Estética do Self*. São Paulo: Unimarco Editora.
- Safra, G. (2004). *A Po-Ética na Clínica Contemporânea*. São Paulo: Editora Idéias & Letras.
- Safra, G. (2006). Placement: modelo clínico para o acompanhamento terapêutico. *PSICHÊ-Revista de Psicanálise*, Ano X(18).
- Safra, G. (2006a). *Hermenêutica na Situação Clínica*. São Paulo: Editora Edições Sobornost.
- Safra, G. (2006b). *Apresentação de objeto e/ou reconhecimento do idioma pessoal*. Programa de Formação Continuada (PROFOCO). São Paulo.

- Safra, G. (2009). *Estudo do conceito de criatividade em Winnicott* [DVD]. São Paulo: Sobornost. (Aula 14 – 09 de junho de 2009 – série Pesquisa teórica em psicologia clínica e psicanálise).
- Santana, J. P., Doninelli, T. M., Frosi, R. V., & Koller, S. H. (2005). É fácil tirar a criança da rua, o difícil é tirar a rua da criança. *Psicologia em Estudo, 10*(2), 165-174.
- Santos e Silva, A., Reppold, C. T., Santos, C. L. d., Prade, L. T., Silva, M. R., Alves, P. B., et al. (1998). Crianças em situação de rua de Porto Alegre: um estudo descritivo. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 11*(3), 441-447.
- Santos, D. N., Bastos, A. C. d. S., Santos, M. F., Costa, J., & Santos, B. (2002). Atenção a crianças e adolescentes em situação de risco: características sociodemográficas dos participantes de um programa de acolhimento da prefeitura de Salvador e considerações gerais sobre o modelo de atenção. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria, 51*(4), 209-216.
- Tfouni, L. V., & Moraes, J. (2003). A família narrada por crianças e adolescentes de rua: a ficção como suporte do desejo. *Psicologia USP, 14*(1), 65-84.
- Villarosa, F. N. d., & Bunchaft, A. (1993). Meninos de rua e acesso aos serviços de saúde em Salvador-Bahia. *Revista baiana de saúde pública, 20*(1/4), 13-22.
- Winnicott, D. D. (1975). *O Brincar e a Realidade*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Winnicott, D. D. (1987). *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes Editora.

Winnicott, D. D. (1988). *Textos Seleccionados: da Pediatria à Psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora.

Winnicott, D. D. (1990). *Natureza Humana*. Rio de Janeiro: Imago Editora.

Winnicott, D. D. (2002). *Privação e Delinquência*. São Paulo: Martins Fontes Editora.

Yunes, M. A. M., Arrieche, M. R. d. O., Tavares, M. d. F. A., & Faria, L. C. (2001). Família vivida e pensada na percepção de crianças em situação de rua. *Paidéia*, 11(21), 47-56.